



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROPE – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM ECOLOGIA E PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEL**

SÔNIA SALETE ZAVAREZE

COMUNIDADE VOADEIRA E A GESTÃO DO TERRITÓRIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

GOIÂNIA, 2007



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROPE – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM ECOLOGIA E PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEL

SÔNIA SALETE ZAVAREZE

COMUNIDADE VOADEIRA E A GESTÃO DO TERRITÓRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Produção Sustentável da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ecologia e Produção Sustentável.

Professor orientador: Prof. Dr. Aristides Moysés

GOIÂNIA, 2007



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROPE – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM ECOLOGIA E PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEL**

COMUNIDADE VOADEIRA E A GESTÃO DO TERRITÓRIO

Aprovada em: 29/08/2007

Prof. Dr. Aristides Moysés (Presidente)
(Presidente)

Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa/UCG
(Avaliador Interno)

Prof. Pós Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro/UFMT
(Avaliador Externo)

Sei, cada vez melhor, que o único conhecimento que vale é o que se nutre da incerteza e que o único pensamento que vive é o que se mantém à temperatura da sua própria destruição.
(Edgar Morin, sociólogo francês, 1977)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação faz uma discussão teórica sobre desenvolvimento regional e local, agroecologia, desenvolvimento sustentável e sobre o processo de ocupação do Centro-Oeste nos anos 1960. Apresenta ainda uma descrição etnográfica e o perfil sócio-econômico da Comunidade Voadeira, vila de Barra do Garças – Mato Grosso, objeto deste estudo. Sua realização contou com a contribuição de várias pessoas, cuja gratidão registro aqui.

Ao Prof. Dr. Aristides Moysés que, como meu orientador, desde o momento da entrevista na seleção, demonstrou interesse pelo projeto, profissionalismo e competência. Com sua simpatia, sempre se preocupou em incentivar à leitura e à participação em congressos. Suas indicações bibliográficas, questionamentos, contribuições e correções neste trabalho foram importantes para me fazer crescer e, inclusive, ousar.

À Prof^a. Doutoranda Marilene Marzari e ao Prof. Pós-Doutor Hidelberto de Sousa Ribeiro, pelas contribuições inicialmente na elaboração do projeto e, posteriormente, na indicação bibliográfica, na leitura e contribuições para este trabalho. Profissionais amigos, com os quais se aprende a disciplina, o gosto pela leitura e o zelo pelos materiais.

Ao Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa, pelas importantes contribuições e fundamentais sugestões de bibliografia, quando da qualificação do projeto.

Ao Prof. Mestre Francisco Silvério Adams e à Prof^a. Mestranda Luciene de Moraes Rosa, colegas de moradia, pelo apoio durante o período de estudos em Goiânia. A eles, meu carinho e a certeza que esses laços de amizade contribuíram para fortalecer-me nos momentos de dificuldades. Juntos, pudemos fazer da Matemática uma ferramenta para as economias domésticas; da Geografia, um

instrumento para nossa localização nessa capital antes desconhecida para nós e, da História, momentos para construirmos a nossa própria história.

Aos profissionais do IBGE/Barra do Garças – MT, EMPAER/MT, SEBRAE, Cartório do 1º Ofício, Prefeitura Municipal, Rede CEMAT, EMASA e INCRA, pelo fornecimento de dados, informações e materiais que muito me foram úteis na construção desta dissertação.

Aos moradores da Comunidade Voadeira, pela contribuição e paciência durante as entrevistas e aplicação dos questionários, os quais, por vezes, alteravam a sua rotina para me atender.

À Secretaria de Estado de Educação, especialmente ao Prof. Esp. Sérgio da Rocha Barrientos, Diretor da Escola Estadual “Antonio Cristino Côrtes”, pelo empenho na viabilização da minha licença para qualificação, e aos demais Profissionais e alunos daquela Instituição, pelo carinho mantido durante minha ausência.

À diretoria do SENAC, pela licença concedida durante o mestrado, e aos colegas da instituição, pelo apoio em realizar mais esta etapa de minha vida acadêmica.

À Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa da UCG, aos professores e funcionários da secretaria do programa do Mestrado Multidisciplinar em Ecologia e Produção Sustentável, extensivo aos profissionais da secretaria do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Aos colegas, especialmente à Cleonice e à Marisa, pela atenção e sinceridade que sempre me dispensaram.

Aos amigos, que me compreenderam pelos momentos de ausência, em virtude dos trabalhos do mestrado e, principalmente, pelo apoio e incentivo. Espero poder retribuir essa “fraternidade”.

À minha família, fonte de inspiração, de força e de energia para alcançar sempre novos objetivos.

RESUMO

Barra do Garças é um município do Leste do Estado de Mato Grosso, às margens do Rio Araguaia. De origem garimpeira, é composto de índios e migrantes oriundos de várias partes do país. Alguns desses migrantes, por volta de 1950, ocuparam a Fazenda Voadeira. O proprietário, anos depois, negociou com os ocupantes, que regularizaram suas chácaras ou venderam o “direito” a fazendeiros da região. Da área remanescente da Fazenda, o proprietário doou 10 alqueires ao Estado, em cujo espaço está localizada a Vila Voadeira. Parte dessa área foi grilada por fazendeiros e agregada às suas propriedades. Uma alternativa econômica encontrada pela Comunidade, agora sem área para plantio, foi criar a Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira e produzir derivados de caju, planta abundante na região. Apesar da importância histórica para a região, por ter sido caminho para Cuiabá e sede de um posto de telégrafo, que, à época da Fundação Brasil Central, impediu a Revolta do Veloso contra o governo JK, a Comunidade sofre um processo de decadência. Atualmente com 71 moradores, forma uma “ilha” entre as fazendas e chácaras e os moradores sofrem carência dos serviços básicos. Nossa pesquisa baseou-se no estudo teórico do processo de ocupação do Centro-Oeste, na sustentabilidade e na questão agrária e, com aplicação de questionários e entrevistas, foi possível fazer uma descrição etnográfica da Comunidade, estudar as relações sócio-econômicas e avaliar a sua sustentabilidade. A conclusão que se teve foi de que não há sustentabilidade nas atividades da Comunidade e, por isso, indicamos algumas ações, com objetivo de geração de renda dentro da perspectiva sustentável e que podem servir de exemplo para outras comunidades da região.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade, produção, caju, sustentabilidade.

ABSTRACT

Barra do Garças is a municipal district of the East of the State of Mato Grosso, located at the banks of the Araguaia River. Of the epoch the gravel washers, it is composed of Indians and migrants originating from of several parts of the country. Some of those migrants, about 1950, occupied Voadeira Farm. The proprietor, years later, it negotiated with the occupants, that regularized their small farms or they sold the "right" to farmers of the area. Of the remaining area of Finance, the proprietor donated 10 bushels to the State, in whose space is located the Voadeira small town. Part of that area was taken illegally for farmers and joined to their properties. An economical alternative found by the Community, now without area for planting, it went to create the Association of Residents and Small Producing of the District of Voadeira and to produce derived of cashew, it plants abundant in the area. In spite of the historical importance for the area, for it being road for Cuiabá and headquarters of a telegraph position, that, to the time of the Brasil Central Foundation, it impeded Veloso's Revolt against the government JK, the Community suffers a decadence process. Now with 71 residents, it forms a "island" between the farms and small farms and the residents suffer lack of the basic services. Our research based on the theoretical study of the process of occupation of the Center-west, in the sustainability and in the agrarian subject and, with application of questionnaires and interviews, it was possible to do a description ethnographic of the Community, to study the socioeconomic relationships and to evaluate its sustainability. The conclusion that one had was that there is no sustainability in the Community's activities and, for that, we indicated some actions, with objective of generation of income inside of the maintainable perspective and that can serve as example for other communities of the area.

WORD-KEY: community, production, cashew, sustainability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO	23
1.1 O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE	23
1.2 NOVAS FORMAS DE GERENCIAMENTO DOS TERRITÓRIOS	29
1.3 O PAPEL DO ESTADO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	33
1.4 O PAPEL ESTRATÉGICO DAS COMUNIDADES NO GERENCIAMENTO DOS TERRITÓRIOS – NOVAS FORMAS DE PLANEJAMENTO	41
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROECOLOGIA: CONCEITOS QUE SE COMPLEMENTAM	43
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ORIGENS E CONCEITOS	44
2.2 PEQUENAS COMUNIDADES E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	53
2.3 AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE PARA AS PEQUENAS COMUNIDADES DE LAVRADORES	59
3 REGIÃO CENTRO-OESTE, REGIÃO DE FRONTEIRA AGRÍCOLA A PARTIR DE 1960	64
3.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CENTRO-OESTE NOS ANOS 1960	64
3.2 O RECENTE PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE: COMO INCORPORAR AS COMUNIDADES QUE VIVEM DA AGRICULTURA TRADICIONAL	69
3.3 O MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS	73
4 COMUNIDADE VOADEIRA: UMA RADIOGRAFIA SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL	80
4.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS MORADORES DA COMUNIDADE VOADEIRA	87
4.2 A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES E A COZINHA COMUNITÁRIA	104
4.3 ENTRAVES ENDÓGENOS E EXÓGENOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE VOADEIRA	108
5 COMUNIDADE VOADEIRA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	116
5.1 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE VOADEIRA	116
5.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAIS E PRODUTIVAS DA COMUNIDADE VOADEIRA	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSITIVAS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXOS	142

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas
APLs – Arranjos Produtivos Locais
AS-PTA/RJ – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa/Rio de Janeiro
BASA – Banco da Amazônia
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CURTUSA – Curtume Santo Antônio
DSG – Departamento de Serviços Geográficos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER/MT – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
EZ/EC – Empowerment Zones and Enterprise Communities (Zonas de Empoderamento e Comunidades Empreendedoras)
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social
FBC – Fundação Brasil Central
FNDR – Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia
GTP – Grupo de Trabalho Permanente
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LEADER – Ligações entre Ações de Economia Rural
LOADDT - *Loi pour l’Amenagement et lê Développement du Territoire* - Lei para Gestão e Desenvolvimento do Território
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Sem-Terra
ONG – Organização Não-Governamental
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Programa de Integração Nacional
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PPP – Parcerias Público-Privadas
POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agroindustriais e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPA – Plano Pluri-Anual
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA – Programa de Distribuição de Terra e Desenvolvimento Agroindustrial
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SLP – Sistemas Locais de Produção
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Plantas de caju em chácara vizinha à Comunidade	62
Fig. 2 – Mapa de localização de Voadeira e limites do município.....	74
Fig. 3 – Mapa da Gleba Taquaralzinho	82
Fig. 4 – Comunidade Voadeira	84
Fig. 5 – Parreiral	87
Fig. 6 – Projeto Arquitetônico da Comunidade Voadeira	89
Fig. 7 - Casa de adobe ainda utilizada pelos moradores de Voadeira	90
Fig. 8 - Esgoto despejado na via pública de Voadeira	90
Fig. 9 - Campo de futebol de Voadeira	91
Fig. 10 – Mapa das migrações para Mato Grosso	92
Fig. 11 - Casa de pau-a-pique e o cultivo de horta em Voadeira	93
Fig. 12 - Presença constante do fogão a lenha	101
Fig. 13 - Cozinha Comunitária com uso de fogões a lenha.....	101
Fig.14 - Degradação da área do entorno do Córrego Voadeira	102
Fig.15 - Produção artesanal de doces	105
Fig.16 - Latrina ainda presente em algumas residências de Voadeira	109
Fig.17 - Cozinha Comunitária de Voadeira	111
Fig.18 - XVI Festa do Caju	128
Fig.19 - Comercialização dos produtos Voadeira na II Feira das Águas	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividade de origem e atividade atual dos chefes de família da Comunidade Voadeira e do entorno	94
Tabela 2 - Renda familiar da Comunidade Voadeira e do entorno	95
Tabela 3 - Faixa etária dos moradores da Comunidade Voadeira e entorno	99
Tabela 4 - Número de filhos das famílias da Comunidade Voadeira e entorno	100

INTRODUÇÃO

O processo de expansão da fronteira agropecuária na Amazônia se deu, de forma muito rápida, com a colonização da região, iniciada na década de 1960 e incentivada pelo Estado. Esse feito permitiu a entrada do capital no campo, processo este denominado “modernização conservadora” que provocou grandes impactos ambientais na região, além de expulsar os pequenos agricultores do campo.

De grande extensão territorial, com imensas riquezas naturais e com baixa densidade demográfica, a Amazônia, nos anos 1960, era vista pelo Estado como um perigo para a Segurança Nacional. O Estado referia-se a uma “cobiça internacional” pela região, por parte dos países carentes de matérias-primas e dos países com alto contingente populacional.

A necessidade de integrar física, econômica e socialmente a Amazônia ao restante do Brasil requereu do Estado um planejamento que atendesse às necessidades da política territorial embutida de princípios geopolíticos para a ocupação e expansão da região. Para esse propósito utilizou-se o Programa de Integração Nacional (PIN), que, além de contribuir para a integração da Amazônia ao restante do Brasil, contribuiria para a exploração de seus recursos naturais, utilizando a força de trabalho dos agricultores das regiões Centro-Sul e Nordeste que migraram para a Amazônia.

Essa utilização da força de trabalho nordestina e centro-sulina não aconteceu de forma aleatória. Deu-se pela seca que tornava a vida do nordestino vulnerável às questões climáticas e pelo processo de concentração fundiária crescente, tanto na região Nordeste como na região Centro-Sul, em que se desencadeou a modernização da agricultura, com o cultivo de monoculturas,

intensificada na década de 1960. Além disso, essa utilização foi marcada por conflitos, uma vez que os migrantes encontraram problemas para se instalarem nos locais de destino, como a falta de infra-estrutura, a falta de moradia e a falta de emprego.

A especialização da produção, denominada “modernização conservadora”, trouxe conseqüências negativas às pequenas comunidades. Este não é um fato isolado; ocorreu em diversas partes do país e é conseqüência da chegada do capital ao campo. Em Mato Grosso, por exemplo, levou ao acirramento das atividades agropecuárias, movidas pelos altos investimentos, momento em que se inicia a pressão sobre os pequenos produtores.

A cidade de Barra do Garças é um exemplo histórico desse fato, pois localiza-se na divisa do estado de Mato Grosso com Goiás, numa região denominada Vale do Médio Araguaia e, nos anos de 1950 a 1970, recebeu grande contingente de migrantes, atraídos pela chegada da Expedição Roncador-Xingu, posteriormente transformada em Fundação Brasil Central, que objetivou desbravar a região, construir pontes, estradas e cidades, para apoio logístico e permitir a entrada do capital no campo.

A partir de 1970, Barra do Garças tornou-se pólo que atendia os grandes projetos agropecuários, fato que levou a um processo de acúmulo dos antigos moradores. Estes aí se encontravam em busca de melhoria do nível de vida, cuja trajetória foi marcada por sofrimento, sonho e desencanto. Alguns deles vindos para trabalhar em garimpos e, quando da sua decadência, passaram a desenvolver agricultura de subsistência.

Os altos investimentos em projetos agropecuários facilitaram a “modernização conservadora” que levou à especialização da produção, principalmente de *commodities*. Esse processo ocorreu em diferentes regiões do país e o estado de Mato Grosso não fugiu à regra. As características geográficas e climáticas da região, as pesquisas da EMBRAPA para adaptação das sementes ao tipo de solo e os altos investimentos destinados à agropecuária foram os principais fatores que desencadearam fortes pressões às pequenas comunidades, como aconteceu com os moradores da Comunidade Voadeira, no final da década de 1960.

Para melhor compreender a história dessa Comunidade, necessário se faz descrever a trajetória de seus moradores, pois, assim como muitas comunidades

do interior do país, foram pressionados pelo capital e obrigados a migrarem para diferentes regiões, em busca de melhores condições de vida.

Esses moradores da Comunidade Voadeira, na condição de migrantes, chegaram a Barra do Garças na década de 1950 e ocuparam a Fazenda Voadeira, incentivados por um político da região que afirmava aquela não ter dono aquela área. Vindos principalmente da Bahia e do interior do estado de Mato Grosso, instalaram-se às margens do Córrego Voadeira, formando ali uma vila – a Comunidade Voadeira.

Situada a 18 km da cidade de Barra do Garças, a Comunidade, no seu início, tinha a agricultura de subsistência como sua principal atividade. No entanto, anos depois, esses moradores foram surpreendidos pelo aparecimento do proprietário da fazenda que propôs a venda e escrituração dos lotes ocupados. Alguns deles negociaram o pagamento e obtiveram escritura de sua área. Outros acabaram sendo convencidos pelos fazendeiros do entorno a venderem o “direito” e tiveram que migrar para outras áreas, ou, até mesmo, para a cidade.

Em consequência, a Comunidade Voadeira passou a sofrer um processo de decadência, motivo este que nos despertou para este estudo, que é uma tentativa de mostrar o processo de ocupação do espaço, fazer uma análise do seu perfil sócio-econômico e a sua descrição etnográfica. Visa, ainda, avaliar se há sustentabilidade nas atividades e identificar algumas de suas necessidades, para propor alternativas de geração de renda, com base no desenvolvimento sustentável.

O interesse por estudar a Comunidade Voadeira iniciou-se em 1998, quando da participação de uma Ação Cívico-Social e efetivou-se a partir de 2005, quando do início da pesquisa de campo, que se deu por visitas locais e conversas informais, entrevistas com moradores e lideranças, aplicação de questionários e análise de documentos.

Como todo estudo teórico, é composto por categorias comuns ao meio acadêmico. Dessa forma, faz-se aqui a justificativa pela opção de uso. Uma das categorias utilizadas com frequência é “ambiente”, para representar a expressão habitualmente encontrada na literatura como “meio ambiente”, uma vez que “ambiente” é definido como “aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas, por todos os lados; lugar, sítio, espaço, recinto” e “meio” é o “lugar onde se vive, com suas características e condicionamentos geofísicos; ambiente” (HOLANDA, 2004). Ainda, “por *ambiente*, pode-se entender o resultado das relações

complexas que se estabelecem entre a Natureza e as Sociedades” (ROHDE, 2005, p. 91). Entende-se como suficiente a utilização do termo “ambiente”, uma vez que, em dado momento, “meio” e “ambiente” tornam-se sinônimos.

Resgatam-se aqui alguns conceitos para esclarecer as denominações adotadas neste trabalho. Em pesquisa documental, referente à Vila Voadeira, encontram-se divergências nas denominações, que variam entre Vila e Distrito. No entanto, a fonte oficial, o IBGE, tem em seus registros a denominação de Vila.

Nesse sentido, cabe esclarecer algumas definições, a saber: comunidade é “qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns”; vila é um “conjunto de pequenas habitações independentes, em geral idênticas, e dispostas de modo que formem rua ou praça interior, por via de regra, sem caráter de logradouro público”; distrito é a “divisão administrativa de município ou cidade, compreendendo geralmente mais de um bairro” (HOLANDA, 2004).

Porém, pela natureza do trabalho que se está desenvolvendo e pela dinâmica do local da pesquisa, adota-se a denominação de Comunidade Voadeira para definir a Vila Voadeira, uma vez que a população abrangente comunga de características peculiares locais, tanto no aspecto geográfico como no cultural e no econômico.

Outro esclarecimento que se faz necessário refere-se ao termo Voadeira que nomeia a vila, pois, em pesquisa documental, encontra-se a denominação “Voadeira” e “Avoadeira”. Com essas variações, opta-se por adotar o termo Voadeira, uma vez que já está sedimentada essa expressão na Comunidade.

Ainda em relação à Comunidade Voadeira, há documentos que a definem como Distrito, inclusive a própria Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira leva essa denominação. No entanto, o IBGE afirma que Voadeira é apenas uma vila. Em pesquisa documental junto à Prefeitura Municipal de Barra do Garças não se encontra nenhuma lei que faça menção à elevação de Voadeira à categoria de distrito.

Quando se faz referência ao “entorno” de Voadeira, refere-se às onze fazendas e chácaras vizinhas que compõem esta pesquisa, todas dentro do município de Barra do Garças e parte é formada por propriedades que fazem limite com a Comunidade Voadeira.

Feitos esses esclarecimentos, pretende-se, a partir daqui, não mais tecer comentário a respeito da adoção das categorias indicadas, nem mesmo a respeito da nomenclatura em relação à Comunidade, objeto da pesquisa.

Em 1998, a Comunidade Voadeira¹, foi contemplada com uma Ação Cívico-Social, numa parceria entre o SENAC, uma rádio local e o Ministério do Exército, além de outros órgãos públicos e iniciativa privada. Nesse evento, como funcionária do SENAC, me foi possível presenciar a participação maciça da Comunidade local e do entorno, em busca de serviços como: registro de nascimento, carteira de identidade, registro no CPF, corte de cabelo, consulta médica e odontológica, motivo que despertou meu interesse em desenvolver algum trabalho para melhoria da qualidade de vida desses moradores. Desde então, a idéia amadureceu e, sete anos depois, tive a oportunidade de desenvolver a pesquisa de mestrado na Comunidade.

O despertar para esse estudo se deu pelas características peculiares da Comunidade, por ser formada basicamente por nordestinos migrantes, pobres, que vieram em busca de melhores condições de vida e, embora encontrando um espaço em que puderam se instalar, com o passar do tempo, sofreram as pressões do capital e acabaram por ter seus sonhos transformados em sofrimentos e frustrações.

Hoje, com apenas 71 moradores no núcleo central, a Comunidade procura desenvolver alternativas de sobrevivência com a produção de doces de caju e seus derivados, além de criação de galinhas e cultivo de horta para o consumo. Uma população rural tradicional, que mantém ainda os costumes de suas origens culturais, com uma vida simples e precária em relação aos serviços básicos garantidos pela Constituição Federal, tais como saúde, educação, transporte, saneamento, lazer e emprego.

A Comunidade Voadeira é composta por uma pequena estrutura urbanística e possui um monumento histórico onde funcionou, por mais de 50 anos, o Posto Telegráfico, fazendo conexão entre Cuiabá e Goiás e foi desativado em 1963. Em 1981, a Comunidade, numa forma de organizar-se e aliar forças, criou a Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira, cujo

¹ Nome originário da Fazenda Voadeira, que foi desmembrada e parte dela foi vendida na forma de chácaras, aos migrantes oriundos de Cícero Dantas – BA, Goiás, Minas Gerais e outras regiões do Mato Grosso e do Brasil, que haviam ocupado a Fazenda na década de 1950. A Comunidade Voadeira está constituída numa parte da referida fazenda que foi doada ao Estado na década de 1960.

objetivo é congrega os moradores e desenvolver um trabalho sócio-educativo e demais atividades econômicas, profissionais ou culturais, bem como defender os interesses da Comunidade e contribuir para a solução dos problemas que afetem as atividades da Associação (ESTATUTO REFORMADO, 2004).

Quanto ao cultivo do caju, na região, uma característica bem peculiar o difere das produções em larga escala: as plantas de caju são antigas, cultivadas sem tecnologia e seus derivados são produzidos de forma bem artesanal. A Associação desenvolve atividades de produção de doces da fruta, desde 1991, e possui, entre seus associados, um grupo de cotistas que são os mentores da Cozinha Comunitária, construída em 2001, com o objetivo de produzir doces e comercializá-los para gerar renda.

A comercialização da produção da Cozinha Comunitária acontece na Festa do Caju, evento que acontece há 16 anos na Comunidade e já faz parte do calendário das festas populares do município. Outras formas de comercialização dos produtos é no dia-a-dia dos moradores, em feiras livres e mercearias do município, além da Casa do Artesão, em Cuiabá.

Todas essas iniciativas são insuficientes para a geração satisfatória de renda, uma vez que a Cozinha Comunitária, segundo o líder do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Barra do Garças, opera apenas com 20% de sua capacidade produtiva, por falta de matéria-prima.

Nesse sentido, justifica-se o **objetivo** da pesquisa de estudar as relações sócio-econômicas da Comunidade, fazer uma descrição etnográfica do local, avaliar se as atividades desenvolvidas na Comunidade são sustentáveis e verificar se os fatores culturais da população interferem na escolha das atividades ali praticadas.

O trabalho se iniciou com um estudo teórico sobre a ocupação do Centro-Oeste nos anos 1960, desenvolvimento regional e sustentabilidade. Para a pesquisa de campo utilizou-se uma **metodologia** qualitativa e quantitativa, pois a coleta de dados se deu pela aplicação de questionários com todos os 24 chefes de família da Comunidade Voadeira e com 11 chefes de família dos moradores do entorno. Foram feitas, ainda, entrevistas com os moradores mais antigos, com lideranças do SEBRAE e da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira. Utilizou-se, ainda, de dados coletados junto aos órgãos públicos, tais como: Cartório do 1º. Ofício, Prefeitura Municipal, Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural (EMPAER) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A **hipótese** inicialmente considerada foi a de que a Comunidade Voadeira sofreu um processo de saída de seus moradores, devido à falta de infra-estrutura básica para buscar outras atividades alternativas de renda. E que as atividades desenvolvidas pelos remanescentes na Comunidade, como a produção de doces de caju, de seus derivados, de outros doces, bem como atividades no parreiral e como diaristas, em fazenda, seriam sustentáveis. No entanto, no decorrer da pesquisa, pôde-se constatar que o principal fator que desencadeou a saída dos moradores da Comunidade foi a falta de terras para desenvolver a agricultura de subsistência e que as atividades desenvolvidas pelos remanescentes da Comunidade não têm sustentabilidade.

O **problema** que se coloca, neste estudo, é tentar compreender por que, a partir do final da década de 1960, a Comunidade passou a sofrer um processo de saída de seus moradores, ficando seus remanescentes a buscar novas fontes de renda, antes encontradas nas atividades de agricultura. Buscou-se, ainda, investigar se a produção de doces de caju e de seus derivados, hoje desenvolvidas na Comunidade, têm sustentabilidade e saber por que esses moradores não desenvolvem outras alternativas de geração de renda, utilizando-se dos recursos que o Cerrado oferece.

O interesse pelo estudo da Comunidade Voadeira aumentou, ao se constatar que é o núcleo populacional mais antigo de Barra do Garças, cujos moradores desenvolviam atividades agrícolas em terras consideradas as mais férteis da região e, no entanto, com a chegada dos investimentos estatais, sofreram um processo de estrangulamento, encontrando-se hoje numa pequena “ilha” entre as fazendas do entorno, sem possibilidades de expansão de seus lotes, ou mesmo de criarem alternativas sustentáveis de geração de renda. Estão, sim, relegados ao abandono, ao descaso do poder público, e as perspectivas apontam para a sua extinção, caso medidas urgentes não sejam tomadas.

Dessa forma, é importante estudar alternativas sustentáveis para geração de renda, livres da degradação do ambiente. Há que se pensar num projeto para a Comunidade que incentive a diversificação da produção e o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que estimule o contato com a natureza, a ética de reverência pela vida e o debate sobre os problemas ambientais.

É mister que cada comunidade preserve suas características próprias, sua cultura, sua forma de vida, seus costumes. Nesse contexto, acredita-se que, para poder nela intervir, é necessário levar em conta as condições naturais do lugar, a cultura do povo e a forma como esses grupos percebem o ambiente.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que a Comunidade Voadeira tem características próprias, pois é formada por antigos pequenos produtores agrícolas, tradicionais, de cultura nordestina, ligados à terra e que, hoje, sem área para trabalhar, necessitam de apoio para retomar atividades agrícolas e manter a tradição e a cultura ainda muito arraigadas.

O que se pôde constatar foi que os fatores culturais dos moradores impedem o desenvolvimento sustentável na Comunidade, pois eles são apegados às práticas do passado, como o despejo de esgotos nas vias públicas, o uso constante do fogão à lenha, o uso da queimada e o desmatamento da região. Acrescente-se a isso outros fatores, como a idade avançada de parte desses moradores, a baixa escolaridade ou inexistência dela e a falta de espírito empreendedor, que dificultam o desenvolvimento de novas atividades.

Entende-se, então, que a pesquisa é de fundamental importância para o desenvolvimento de perspectivas que possam beneficiar a Comunidade em estudo, através de projetos de ação local que visem à sustentabilidade econômica, sem deixar à margem as preocupações ecológicas, a ética, a cultura e as relações sociais da população.

Nesse sentido é que pudemos constatar que na Comunidade a possibilidade de desenvolvimento sustentável pode estar nas atividades ligadas ao turismo, uma vez que as características da região favorecem esse tipo de atividade, principalmente pelas questões geográficas, pela riqueza dos mananciais, bem como pela produção artesanal de doces e pelas características culturais dos moradores.

Os dados coletados para traçar o perfil sócio-econômico da Comunidade, as atividades desenvolvidas pela Associação, as atividades junto ao parreiral e outras atividades temporárias foram tomados como referência com o objetivo de analisar a atual situação da Comunidade, avaliar se há sustentabilidade nas atividades e indicar algumas ações prioritárias possíveis de serem desenvolvidas, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Como conseqüência disso, procurou-se demonstrar no decorrer dos capítulos que se seguem:

a) que a modalidade de ocupação, na região de Barra do Garças, na década de 1970, contribuiu para que os grandes empreendimentos da agricultura e da pecuária se desenvolvessem nos moldes capitalistas;

b) que a Comunidade Voadeira, habitada por migrantes desde a década de 1950, sofre as conseqüências do processo de expansão do capital na agricultura;

c) que a Cozinha Comunitária não consegue manter atividade constante, por falta de matéria-prima e que isso se dá pela falta de área para plantio de frutíferas, sendo, por isso, insustentável;

d) que as atividades alternativas para geração de renda, como as de diaristas em fazenda, empreita de roçado etc. não são regulares, fato que deixa os moradores em estado de insegurança;

e) que a Comunidade Voadeira está longe de ter as condições mínimas de saneamento básico, saúde, transporte, emprego e educação garantidos pela Constituição Federal;

f) que a região de Voadeira sofre um processo de degradação ambiental, sendo necessário de imediato um projeto para sua recuperação, tendo em vista tanto a preservação do manancial hídrico bem como a oferta de lenha muito utilizada pela Comunidade;

g) que as atividades desenvolvidas na Comunidade não têm sustentabilidade.

Como resultado da pesquisa, o primeiro capítulo trata do Desenvolvimento Regional e Local, em seus aspectos teóricos, estuda as novas formas de gerenciamento dos territórios, com exemplos de experiências bem sucedidas, baseadas em Arranjos Produtivos Locais. Discute, ainda, o papel do Estado na formulação das políticas públicas voltadas à produção sustentável e qual o papel estratégico das comunidades no gerenciamento dos territórios.

O segundo capítulo põe em discussão o desenvolvimento sustentável e a agroecologia. Esses dois conceitos, complementares entre si, contribuem para uma alternativa sustentável nas pequenas comunidades de lavradores.

O terceiro capítulo apresenta o processo de ocupação da Região Centro-Oeste, nos anos 1960, marcada pela chegada do capital ao campo, motivo da exclusão das pequenas comunidades que vivem da agricultura tradicional. Apresenta, ainda, o desenvolvimento do município de Barra do Garças, na década de 1960 e 1970, momento em que recebeu um volume elevado de investimentos

estatais e instalaram-se grandes empresas agropecuárias. Nesse sentido, o município é avaliado no contexto das políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável.

O quarto capítulo desencadeia um estudo histórico e etnográfico da Comunidade Voadeira e apresenta o seu perfil sócio-econômico. Para finalizar o capítulo, é feita uma análise das atividades desenvolvidas na Comunidade, mostrando que não há sustentabilidade.

O quinto e último capítulo traz um estudo dos fatores endógenos e exógenos que interferem nas atividades econômicas desenvolvidas na Comunidade, mostrando que são entraves e contribuem para a insustentabilidade.

O trabalho se encerra com algumas ações propositivas para melhoria das condições de saúde, saneamento básico, lazer, educação, infra-estrutura e geração de renda, na Comunidade, com vistas à sustentabilidade.

1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL - ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, a discussão sobre o desenvolvimento regional e local leva em conta a contribuição teórica de vários pesquisadores sobre o assunto, como também as discussões recentes desencadeadas pelo Ministério da Integração Nacional, sobretudo com o lançamento dos documentos oficiais “Política Nacional de Desenvolvimento Regional” e do “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2007-2020”. Esses documentos, mesmo sendo de caráter indicativo, podendo resultar em políticas públicas, são de grande importância, face ao tema em discussão, pois trazem contribuições para a reflexão em âmbito local.

As discussões macro-regionais, com certeza, proporcionam elementos para analisar o desenvolvimento local e, a partir dele, lançar um olhar crítico sobre o objeto deste estudo - a Comunidade Voadeira. Do ponto de vista metodológico, será feita uma releitura teórica sobre o assunto, com base no levantamento histórico sobre o desenvolvimento da região Centro-Oeste, desde o século XIX.

1.1 O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Levando em consideração o histórico do Centro-Oeste brasileiro, o estudo de Leme (2003) mostra que a atividade principal dessa região, no século XVIII - a mineração - entrou em decadência no final do mesmo século, deixando a região em situação de pauperização, o que levou sua população a viver da agricultura de subsistência e da criação de gado. No entanto, ainda segundo Leme (2003):

Esse pauperismo só começará a ser revertido no início do século XX, inicialmente pelos efeitos dinamizadores da expansão cafeeira paulista e pela presença das ferrovias que trouxeram estímulos significativos às áreas meridionais da região. Estas últimas viriam a tornar possível o escoamento regular e seguro da produção primária e, no sentido inverso, o abastecimento de bens manufaturados provindos dos núcleos mais avançados do Sudeste (p. 621).

Após 1930, de acordo com o mesmo autor (2003), a região foi favorecida com investimentos do governo federal para a integração nacional e ocupação das fronteiras agrícolas, via política pública, denominada “Marcha para o Oeste”, quando

foram implantadas obras de infra-estrutura em comunicação e transporte, permitindo a integração com a economia dinâmica do Sudeste.

Para Leme (2003), essa incipiente integração nacional favoreceu o crescimento populacional da região, ao mesmo tempo em que se abriram as portas para a modernização agropecuária impulsionada nas décadas de 1970 e 1980. O que contribuiu para isso foi a gama de incentivos fiscais, o crédito subsidiado, os programas governamentais, como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (POLOCENTRO), o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e outros, a concessão de terras públicas, a política de preços mínimos, o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em pesquisas e os investimentos em armazenagem, tornando a região uma das mais importantes produtoras de grãos e gado.

Segundo Cavalcante & Costa (1999),

Os projetos governamentais desse período como a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste), PIN (Plano de Integração Nacional), a TRANSAMAZÔNICA e muitos outros, tinham por objetivo criar condições à expansão do capital nessas regiões. A maioria dos órgãos vieram a beneficiar somente os grandes capitalistas e mais uma vez ficaram excluídos aqueles que não tinham acesso ao capital (p. 132).

Verifica-se, com isso, que, cada vez mais, se acentua a concentração de terras, com a abertura de estradas na região amazônica, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Rio Branco, etc., denominadas de “vias de integração nacional”. Esses eixos rodoviários levam também conflitos com grupos indígenas do Mato Grosso, ainda isolados, na medida em que seus territórios são invadidos e retalhados pelos projetos de colonização e de exploração agropecuária e mineral.

Nesse sentido, Becker (2005), adverte que, para entender melhor o processo em que se encontra a região amazônica, é preciso dissipar os mitos e as representações que a envolvem.

A Amazônia é parte do Brasil, e seus problemas decorrem de contradições intrínsecas ao modo de inserção do país no sistema capitalista mundial e à acelerada reorganização da sociedade brasileira, embora com feições particulares devido às especificidades regionais. Em coerência com o que ocorreu no país, a Amazônia não é mais a mesma dos anos sessenta – ela se constituiu numa selva urbanizada e industrializada, e a sociedade civil se organizou como nunca antes verificado (p. 223-4).

A autora esclarece que hoje a grande fronteira expressa um conflituoso processo de transição para um novo padrão de inserção do Brasil no sistema mundial capitalista. Segundo ela, esse processo é consequência, tanto das rápidas transformações do sistema capitalista no final do milênio, como do esgotamento do modelo desenvolvimentista comandado pelo Estado. Por isso, concorda-se que, para qualquer tomada de decisão política, é fundamental conhecer a dinâmica desses vetores, pois as transformações são intensas e a sociedade brasileira precisa determinar o seu sentido.

Como resultado dessa dinâmica de ocupação da fronteira, em termos espaciais, Leme (2003) faz um balanço para mostrar que os incentivos estatais consolidaram as áreas mais dinâmicas e capitalizadas da região, beneficiando principalmente a atividade produtiva privada, considerando-se a fertilidade natural dos solos e as políticas de aproveitamento dos cerrados. Isso facilitou o diferencial da produtividade, o que levou a região a se tornar forte produtora de *commodities*, como o caso da soja, inserindo-se no mercado internacional.

Atividades tipicamente urbanas concentraram-se em algumas sub-regiões e em municípios de maior influência regional, levando à precarização das condições de vida nos grandes centros urbanos e poucas oportunidades empregatícias. Essa concentração é consequência da forma de desenvolvimento implantada na região, impulsionada por uma agricultura altamente mecanizada que demanda um conjunto de profissionais e de vários tipos de instituições, forçando um fluxo migratório em direção aos centros maiores. Processo decorrente de uma ação combinada entre o Estado e o capital privado que, segundo Leme (2003):

[...] transformou a realidade econômica e social do Centro-Oeste, pois estimulou fortes movimentos migratórios, modificou o perfil do trabalho e do emprego, submeteu a pesquisa e a extensão rural aos interesses dos grandes capitais e estabeleceu as condições para a implantação das grandes empresas do *agrobusiness* (p. 628).

Na década de 1990, segundo o autor, pelo fato de as terras do Centro-Oeste já estarem praticamente ocupadas, ocorreu redução nos fluxos migratórios. Entretanto, nas maiores aglomerações, o crescimento populacional continuou, agora, com fluxo intra-regional, favorecendo uma concentração que tende à metropolização.

Esse processo é decorrente da concentração da propriedade fundiária, da especulação imobiliária, que provoca a expulsão de pequenos produtores e são as

responsáveis pelos sérios danos ao ambiente, como a contaminação das águas e a erosão do solo, levando-o ao empobrecimento.

A expansão da monocultura de soja e de criação de gado, desenvolvidas amplamente na região Centro-Oeste, levam à exclusão dos pequenos produtores, como explica Almeida (1998)²:

É fato preocupante para nós brasileiros o quadro da fome e da desnutrição no país. O Brasil conta com cerca de 150 milhões de habitantes. Na região Centro-Oeste, principal núcleo do bioma Cerrado, vivem aproximadamente 10 milhões de habitantes, sendo que quase três milhões estão na zona rural. No Brasil estima-se que há 31 milhões de indigentes e na região Centro-Oeste, essa parcela representa mais de um milhão e meio, sendo que 45% desses indigentes encontram-se na zona rural (p. 15).

É possível fazer uma relação da análise de Almeida com o objeto deste estudo, a Comunidade Voadeira. A Comunidade sofre as conseqüências excludentes provocadas pela chegada do capital na região, fazendo com que passe a sofrer uma pressão econômica pelo assédio dos fazendeiros do entorno. Para não se desfazerem de suas propriedades, os moradores submetem-se a trabalhos, como de diaristas e no sistema de empreita, sem garantia dos direitos trabalhistas. A chegada de novos fazendeiros, com novas tecnologias, provoca a degradação ambiental na Comunidade e impede o desenvolvimento sustentável.

Por isso, falar em desenvolvimento regional exige, como contrapartida, a adoção de políticas públicas que, ao mesmo tempo, incorporem e mantenham as famílias de pequenos produtores em suas terras, no seu espaço. A esse respeito Leme (2003) lembra que:

¹ Dados de junho/2002 apontam que 815 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem por subnutrição, a maior parte das quais são mulheres e crianças dos países em desenvolvimento. Segundo o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), 54 milhões de pessoas passam fome na América Latina e Caribe. Na América do Sul foi registrada uma redução do número de pessoas subnutridas, que passou de 42 milhões para 33 milhões, mas na América Central houve um aumento de 17 a 19% e no Caribe de 26 a 28%. Nesse sentido, ele afirma que apesar da importância estratégica da agricultura para combater esta situação, nos últimos 10 anos o crescimento do setor agrícola no continente foi fraco, alcançando apenas 2,7% no ano 2000. Um dos fatores que impede o crescimento da mesma deve-se à concorrência dos países mais desenvolvidos, cuja agricultura é fortemente subsidiada pelos respectivos estados. Para o filósofo Peter Singer, "basta que nestes países [mais ricos], se deixassem de alimentar os animais domésticos à base de cereais de soja e estes alimentos fossem distribuídos pelos necessitados para pôr fim à fome no mundo". <<http://confrontos.no.sapo.pt/page4.html>>, acesso em 22/06/2007. Segundo o IBGE, no Mato Grosso, 500 mil pessoas (20% da população) vivem com até 1 salário mínimo e 54 mil pessoas vivem com ½ salário mínimo. Para maiores detalhes consultar <<http://jt-gonzaga.zip.net/>>, acesso 24 junho 2007.

[...] seria crucial a adoção de uma política de desenvolvimento que resgatasse o planejamento regional com dimensão nacional e contemplasse potencialidades e heterogeneidades regionais, não apenas incorporando áreas já dinamizadas, mas atuando decisivamente na promoção do soerguimento das áreas deprimidas, através de políticas ativas e integradas de redistribuição de renda, reforma agrária, crédito ao pequeno produtor e pesados investimentos em serviços públicos. Em outras palavras, buscar um desenvolvimento não excludente, contraposto à visão de “apropriação” da Região, que se pauta na exportação de grãos e inclui apenas alguns setores do Centro Oeste. Evidentemente, isso é impensável sem o fortalecimento do setor público e de sua capacidade de coordenação e intervenção (p. 631).

Considerando essa perspectiva, Becker (2002) afirma que desenvolvimento regional deve ser definido como um mecanismo de mudanças econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica ocorre a partir da comunidade e da iniciativa dos próprios agentes locais, gerando mudanças internas estruturais e/ou qualitativas.

As pesquisas de Dunford (1994) apontam que, “a qualidade do desenvolvimento numa região e seu êxito na concorrência econômica serão maiores nas áreas em que o desenvolvimento se encontrar melhor planejado e organizado, e menos regulado pelo mercado” (p. 60).

Entre os desafios a serem enfrentados no processo de desenvolvimento regional estão os relacionados ao mundo do trabalho e os decorrentes da degradação ambiental que, para Becker (2003b):

Simultaneamente, trabalho, enquanto base social do processo de desenvolvimento humano, e natureza, enquanto base natural do processo de desenvolvimento regional transformaram-se em desafios socioambientais da localização do desenvolvimento capitalista. Regionaliza-se, porque é necessário, por um lado, defender-se da globalização econômica e, por outro lado, superar os desafios de um processo de desenvolvimento relocado pelo sistema. Por isso, parte-se do pressuposto de que o processo de regionalização socioambiental do desenvolvimento capitalista é, por um lado, necessidade do processo de globalização econômica e, por outro lado, possibilidade de um desenvolvimento local diferenciado e diferenciador. Essa é a outra dimensão, a dimensão socioambiental – sustentável, qualitativa, concreta, subjetiva, essencial – do processo de desenvolvimento capitalista (p. 97).

Becker (2003b), apoiado em Fausto (1987), define como movimentos contraditórios o global e o regional, uma vez que o desenvolvimento regional comporta a universalidade de ser global e, ao mesmo tempo, a singularidade de ser desenvolvimento local. Nesse sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento local

está ligado ao processo das diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional. Esses movimentos marcados pelo regional e pelo local, também são considerados como “antagônicos” no sentido de que, no capitalismo, o que é desenvolvimento para uns, não é desenvolvimento para outros; assim, produz riquezas para alguns e provoca a pobreza para outros. É um processo que no capital se movimenta em meio a constantes contradições e superações com contínuas respostas.

A proposta de uma política nacional de desenvolvimento regional é tema de discussão no Ministério da Integração Nacional, resultando num amplo conjunto de idéias, fruto de discussões de especialistas da área. Nessa proposta de desenvolvimento regional, segundo a Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional:

A política está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade esta que se desdobra em múltiplas dimensões, ambiental, socioeconômica e cultural e é capaz de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, a estruturação de uma sociedade mais justa (s/d).

A política a ser adotada para o desenvolvimento do Centro-Oeste, na visão de Leme (2003), é a de aprofundamento da especialização da produção de grãos e carnes, em áreas mais dinâmicas, não levando em conta os efeitos nocivos que esse processo provoca nas vidas dos pequenos produtores familiares, o que pode redundar no

agravamento das desigualdades intra-regionais e permanência do padrão de espacialidade [...], concentração populacional em pequenos números de cidades maiores, possível consolidação de algumas cidades médias nas áreas dinâmicas e, nas áreas estagnadas, grande número de pequenos núcleos que continuarão débeis e com perdas populacionais, enquanto prossegue a expansão das periferias metropolitanas (p. 633).

Nessa linha de pensamento, Fiamengue (2002), afirma que:

A política desenvolvimentista, intensificada pelos governos militares, havia acentuado o inchamento das cidades, provocado pelo êxodo dos trabalhadores rurais que atuavam como parceiros e meeiros, como também de pequenos proprietários, expulsos do campo pela modernização da agricultura (p. 173).

Isso implica dizer, na visão de Beduschi Filho & Abramovay (2003), que há uma necessidade premente de “organizações intermediárias”, principalmente da sociedade civil, que possam estabelecer os limites e atuações do município e aqueles sob a custódia do Estado, para que possam dar forma aos projetos estratégicos, cujo alcance permita a participação real de grupos sociais.

1.2 NOVAS FORMAS DE GERENCIAMENTO DOS TERRITÓRIOS

É conveniente considerar que os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, ao perderem em muito a capacidade de legislar sobre as políticas públicas, passam a deslocar essas responsabilidades ao terceiro setor. Nessa dinâmica surgem as “organizações intermediárias”, entidades da sociedade civil e de representantes dos trabalhadores que devem gerenciar certos territórios. Esses territórios, segundo Abramovay (2003), constituem-se de um conjunto de fatores naturais e de capacidades humanas que dão conta de construir alianças informais e organizativas, ao longo do tempo, as quais imprimem certa personalidade aos grupos sociais, traduzindo, assim, a sua identidade.

Um dos maiores exemplos dessas organizações, de acordo com Becker (2005), é o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), formado por iniciativas, especialmente de Brasília e São Paulo, e que congrega hoje 316 entidades, em sua maioria sindicatos, além da Coordenação das Nações Indígenas e de organizações de pequenos produtores rurais.

A leitura da distribuição espacial dessas organizações revela outra face da Amazônia, a face da sociedade. Os padrões detectados estão associados à intensidade de conflitos resultantes da combinação de vários elementos: estruturas produtivas, sociais e políticas; acessibilidade; origem geográfica e étnica; densidade da população; características dos quadros natural e cultural.

Whitaker & Bezzon (2006), apontam que, para o gerenciamento de determinado território por parte dessas organizações, deve-se considerar a biodiversidade, isto é, as frutíferas, as matas ciliares, os animais, os microorganismos, as madeiras nobres e outras que dão o equilíbrio à natureza. Por isso, a implantação desenfreada da industrialização provoca a devastação dessa biodiversidade e a substitui pela monocultura, criando os complexos agroindustriais

que excluem os camponeses e, concomitantemente, destroem também a sociodiversidade³. Sem a devida orientação aos principais interessados, o fato pode gerar preconceitos, nomeando o camponês como atrasado, incapaz e incompetente.

Políticas públicas de intervenção territorial precisam criar mecanismos de geração de riquezas, mas, para isso, as organizações devem estar conscientes da preservação do ambiente. Para os atores locais, a participação deve ser de forma ampla, que passe por múltiplas instâncias de decisão, sempre considerando que preservar com geração de bem-estar implica uma relação dialética em que o homem e o ambiente devem viver uma relação de reciprocidade. Segundo Beduschi Filho & Abramovay (2003), os atores locais devem participar da elaboração de projetos de natureza estratégica, bem como de preocupação com o seu desenvolvimento. No entanto, segundo Dantas (2002), há que se tomar cuidado para que não ocorra a imposição de técnicos.

Na grande maioria dos casos o que ocorre é que os interessados diretos [...] não são consultados. Os técnicos [...] revestem-se de um autoritarismo tal, que os faz se julgarem dotados de mais saber [...], o que pode ser entendido como uma clara questão de preconceito... (p. 198).

Beduschi Filho & Abramovay (2003), ao discutirem as experiências internacionais, mostram que a União Européia, nos anos 1990, levou a implantação do Programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), um conjunto de políticas em âmbito territorial, proposta inovadora, fundada em quatro pilares da sustentabilidade, quais sejam os aspectos econômicos, os ambientais, os sociais e os culturais.

Outro exemplo, de acordo com os autores, é o Programa Empowerment Zones and Enterprise Communities (EZ/EC)⁴, adotado nos Estados Unidos a partir de 1993, que engaja os cidadãos nas ações de planejamento estratégico, trabalho que vai desde a elaboração até a implantação e acompanhamento dos projetos, os quais devem contemplar quatro princípios básicos: “[...] oportunidade econômica, desenvolvimento sustentável, cooperação e parcerias nas comunidades e visão estratégica de mudança” (p. 9).

³ No caso específico do Centro-Oeste, a agroindustrialização cumpre este papel.

⁴ Zonas de Empoderamento e Comunidades Empreendedoras.

Diferentemente da estratégia de planejamento setorial, Beduschi Filho & Abramovay (2003), apontam que as experiências acima apresentadas não devem apenas ser vistas como a geração de recursos para regiões carentes e, sim, como formas de dar apoio a projetos com características inovadoras, como a participação ativa da comunidade na determinação dos rumos dos seus territórios, além de permitir a troca de informações e estabelecer parcerias entre os setores do mesmo espaço.

Os projetos construídos em âmbito territorial devem ter a sua implantação monitorada, avaliada e, ainda, contribuir para que os recursos não se destinem somente àqueles setores mais influentes da sociedade e, sim, a projetos que tenham como objetivo o desenvolvimento dos territórios em que residem as pequenas comunidades. Nesse sentido, Brandão, Costa & Alves (2005), afirmam que os projetos devem promover o desenvolvimento local e que este se amplie para seu entorno, para que as inter-relações aconteçam também em âmbito de todas as regiões, ativando a economia da qual participam como integrantes da cadeia de produção.

Esses projetos, para Brandão, Costa & Alves (2005), devem ser estruturados para que atinjam o desenvolvimento em termos de Arranjos Produtivos Locais (APLs), isto é, que sejam capazes de propiciar às empresas ali situadas um diferencial que represente inovação, diferenciação, lucratividade e competitividade, eliminando a cultura tradicionalista dos negócios da região.

Os APLs têm origem nas aglomerações⁵ que podem ter diversas origens e fins. Para Paiva (apud MORAES, 2003), o desenvolvimento das aglomerações produtivas pode passar por três momentos: o primeiro momento é o da aglomeração, o segundo é o do desenvolvimento da aglomeração, que é denominado de arranjo produtivo e, por último, quando esse arranjo produtivo começa a coordenar racionalmente o seu desenvolvimento tem-se um Sistema Local

⁵ Aglomerações aqui identificadas através do desenvolvimento endógeno, cujo desenvolvimento econômico se dá pela união da aplicação do conhecimento aos processos produtivos e da utilização das economias externas geradas nos sistemas produtivos e nas cidades, o que resulta em rendimentos crescentes e, ao crescimento econômico. Essas aglomerações são também denominadas *clusters*, ou seja, as empresas são estimuladas a organizarem-se em cooperativas, desenvolvendo sistemas complexos de integração. A esse respeito, veja WITTMANN, Milton Luiz; DOTTO, Dalva Maria Righi; BOFF, Vilmar Antônio. Estruturas Organizacionais em Rede e Desenvolvimento Regional: contextualização e complexidades. In: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta. (Orgs). *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 21.

de Produção (SLP). Moraes (2003) afirma que um SLP só existe de verdade quando “são constituídas as instituições regionais responsáveis pela governança e pela administração da solidariedade sistêmica, ou seja, quando há capital social” (p. 277).

O conceito de APLs discutido por Brandão, Costa & Alves (2005) e o conceito de SLP analisado por Moraes (2003), muito próximos nas suas intenções, somente existirão a partir do momento em que a comunidade esteja num grau de maturação, em termos de consciência, para que a dinâmica do trabalho esteja baseada na participação conjunta dos seus pares e cujos resultados tragam a essa comunidade inovação, diferenciação, lucratividade e competitividade. A importância dos SLP está em possuírem uma cultura empreendedora⁶, capital humano⁷, capital social⁸ e capital produtivo⁹. É necessária a busca das potencialidades e vantagens comparativas loco-regionais que contribuam para que os empreendimentos ganhem força, compartilhem recursos, estabeleçam parcerias, numa relação de compromisso e confiança, adquirindo, assim, identidade própria e competitividade, um diferencial para o desenvolvimento.

Para que os SLPs tenham efetividade, o desafio que Brandão, Costa & Alves (2005) apontam está em transformar a mera aglomeração de atividades produtivas em arranjos dotados de eficiência coletiva. Para tanto, é necessário que a política pública atue em três frentes estratégicas. A primeira, promovendo o desenvolvimento local; a segunda, fazendo com que o desenvolvimento local transborde para além do aglomerado e, finalmente, a partir de inter-relações entre vários aglomerados, ativando toda a economia meso-regional da qual participa.

Esses autores afirmam ser necessário que as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de APLs realizem um levantamento minucioso dos dados estratégicos dessas regiões, que vão desde a sua localização, história, principais

⁶ Cultura empreendedora: na origem, o termo refere-se a qualquer ação feita por alguém. Uma pessoa empreendedora é ativa, capaz de transformar o sonho em realidade, de fazer acontecer. Para aprofundar o tema, ver SINGER, Paul; PAULA, Juarez de. CAMPOS, Helliana Kátia Tavares. Cenário e Desafios. In: MELO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato. (orgs.). *Geração de Trabalho e Renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2006, p. 28.

⁷ Capital humano aqui é entendido como o investimento nas pessoas, como educação, por exemplo (Idem, ibidem, p. 29).

⁸ Capital social é “um misto de confiança, cooperação e organização” (Idem, ibidem, p. 29).

⁹ Capital produtivo não é apenas a soma das empresas existentes. Refere-se ao fato de que os empreendimentos precisam de logística, marketing, acesso aos mercados, acesso a crédito, enfim, sem esses serviços eles não prosperam (Idem, ibidem, p. 29-30).

produtos, instituições públicas e privadas ali presentes, até o estudo das potencialidades, ameaças e desafios que se apresentam.

1.3 O PAPEL DO ESTADO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Para Brandão, Costa e Alves (2005), o Estado é um agente pró-ativo na solução de problemas, sobretudo quando não há possibilidade de sua realização pelos agentes locais, seja por falta de instrumentos, seja por não possuírem autonomia. O objetivo deverá ser sempre o de projetar o local, apontando para um caminho mais promissor, no âmbito social. O Estado deve agir por intermédio de práticas que despertem interesse, mostrando à comunidade a real importância da competitividade, por meio de palestras, reuniões, fóruns, seminários e outros, de forma a favorecer a sustentabilidade dos projetos, pelo envolvimento dos agentes locais.

Além da ação do Estado, esses autores afirmam ser necessário propor ações que visem implantar ou ativar entidades de classe patronais e de trabalhadores; coordenar e participar da montagem de fóruns, agências, centros comerciais e cooperativas; solicitar do poder público a presença de instituições técnicas, acadêmicas, de pesquisa, de fomento, incubadoras e outras; estabelecer relações formais e operacionais com outras instituições; aumentar o grau de conectividade entre empresas, academia e governo; e, por último, desenvolver o espírito empreendedor dos agentes locais e regionais.

Contudo, afirma Moraes (2003), que, para promover o desenvolvimento do território, não basta às empresas se unirem para formar parcerias. É necessário “estudar o grau de aproveitamento dos seus recursos e potencialidades endógenas” (p. 280). Nesse sentido, é importante a participação dos agentes de desenvolvimento, como o poder público e as instituições de educação, no sentido de unir forças e instituir um modelo de cooperação empresarial. Para isso, é necessária a formação de capital social, tal como o existente no norte da Itália¹⁰, que estimula ações estratégicas coletivas.

¹⁰ O que aconteceu no Norte da Itália foi que um grande número de pequenas unidades de produção, aparentemente desfavorecidas em estrutura de comercialização, de acesso ao crédito, de escala produtiva e de intervenção nos mercados estrangeiros, conseguiu se destacar, conquistando um mercado interno e externo, obtendo lucros e gerando empregos. Em contrapartida, outras

Putnam (apud MORAES, 2003) afirma que as evidências históricas mostram que os fatores socioculturais, como capital social, tradições cívicas e práticas colaborativas têm papel fundamental na explicação das diferenças regionais. “Onde há tradição comunitária, a recorrência de compras e vendas e de trocas de informações faz nascer relações de fidelidade entre clientes e fornecedores” (p. 272).

Nessa mesma direção, Moraes (2003) afirma que o desenvolvimento loco-regional deve caracterizar-se por ter como eixo central as comunidades locais, as quais devem desenvolver estratégias e criar caminhos, com o objetivo de implementar processos de mobilização, organização e cooperação, isto é, que proporcionem o uso das capacidades, habilidades e competências da comunidade, com a identidade social e histórica do seu território. Segundo o autor:

Isso pode ser feito através do empreendimento e gestão dos seus fatores atuais e potenciais, assim como pela incorporação de conhecimentos e pela transformação de possibilidades externas em oportunidades internas, de modo a solucionar problemas ou atender a necessidades locais (p. 280).

A implementação de políticas regionalizadas, na visão de Brandão, Costa & Alves (2005), busca fortalecer internamente os processos de desenvolvimento, para garantir a sustentabilidade. Tais políticas, de acordo com Beduschi Filho & Abramovay (2003), contribuem ainda para reforçar a identidade local, situação que permite aos moradores modificarem a maneira de ver a sua própria região, quando o trabalho objetiva projetar os produtos produzidos regionalmente, tornando-os mais desejáveis no mercado, prospectando-os até mesmo no âmbito internacional, com traços peculiares que os tornem únicos. Sobre esse aspecto, Wittmann, Dotto & Boff (2003), afirmam ser mais provável que, quanto maior for o nível de confiança numa comunidade, maior será sua probabilidade de sucesso.

O exemplo dessa política, segundo Beduschi Filho & Abramovay (2003), vem dos Estados Unidos que implantou o programa EZ/EC para o desenvolvimento de comunidades carentes, na busca da sustentabilidade, fundamentado na idéia de

empresas maiores e mais bem equipadas passaram a perder mercado, fato que vinha a contradizer as convicções dos economistas de que pequenas empresas haveriam de entrar em declínio com o tempo. Para aprofundamento do tema, ver BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais na Itália. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Tradução: Frédérie Monié, Eliana Aguiar, Sieni Maria Campos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

que o sucesso de uma comunidade não depende exclusivamente dos recursos públicos. Nesse aspecto, é necessário um comprometimento dos envolvidos, na captação e aplicação de outros tipos de recursos que podem contribuir para o êxito dos projetos de desenvolvimento local.

Segundo esses autores, o importante é entender que a participação da comunidade na construção e gerenciamento dos projetos favorece a valorização das características e da cultura local, levando competitividade aos produtos nela produzidos. Esses projetos, de acordo com Brandão, Costa & Alves (2005), devem ter como princípio a redução das desigualdades, aliando a melhoria das condições de vida dos cidadãos à situação geográfica e demográfica.

Para que o desenvolvimento endógeno aconteça na própria comunidade, é necessário o autoconhecimento das potencialidades, ou seja, os atores locais organizados deverão fazer uma análise das suas potencialidades, das aptidões e das fragilidades, para traçar estratégias de ação, de forma a tirar o máximo de proveito em benefício dessa comunidade. Essa atitude organizativa representará o grau de maturidade e de comprometimento do grupo para com a sua comunidade.

No Brasil, durante os anos 90, a criação dos Conselhos Gestores, segundo Beduschi Filho & Abramovay (2003), é considerada importante, por abrir perspectivas de participação efetiva dos cidadãos, através de instâncias colegiadas, que definem o uso dos recursos públicos. Exemplo disso é a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural que coordenam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em âmbito regional.

Uma característica interessante do PRONAF, segundo esses autores, é que ele visa atingir uma grande maioria de produtores que nunca havia sido contemplada com financiamentos. Por exemplo, em 1999, 56% dos que foram beneficiados pelo programa nunca haviam contraído qualquer tipo de empréstimo bancário anteriormente. Isso revela que o programa possui um alcance social relevante. No entanto, alguns problemas relacionados principalmente ao tráfico de influência e ao poder local são apontados como entraves à democratização e acesso de todos os interessados aos recursos.

Para Beduschi Filho & Abramovay (2003), apesar da constituição de Conselhos Gestores com responsabilidades no planejamento local, os problemas elencados dizem respeito, nos municípios, a padrões vigentes de relação de dependência entre os indivíduos, entre os grupos sociais e entre as autoridades

públicas. Essa dependência impede que os representantes eleitos, os empresários e as organizações associativas, tanto de trabalhadores como de empresários, trabalhem com o objetivo de investir os recursos com vistas a uma estratégia de crescimento, voltada à vocação econômica local, que tenha a participação efetiva dos seus pares, com base em propostas inovadoras de desenvolvimento, que poderiam modificar o ambiente de forma sustentável.

Os autores acima citados apontam certa preocupação em relação à forma como se comporta a “malha produtiva” no interior do País, pois, na maioria dos casos, exprime baixos custos, ou seja, pouco investimento na produção em relação aos projetos e aos recursos recebidos, ligados à depreciação do trabalho e à devastação da biodiversidade. Para tanto, necessário se faz estimular a elaboração de projetos conjuntos, com a participação das associações locais, das empresas privadas e do poder público, de forma a efetivar contratos de desenvolvimento com o apoio do Governo Federal. Esses contratos requerem pessoas capacitadas para desenvolvê-los, possivelmente encontradas nas cidades interioranas de grande e médio porte, e que podem dar esse aparato às suas respectivas regiões.

Transplantando essa proposta para as pequenas comunidades, acredita-se que somente projetos de participação conjunta dos atores locais é que trazem resultados satisfatórios, com base na proposta de desenvolvimento sustentável. No entanto, para Beduschi Filho & Abramovay (2003), em decorrência das relações entre o poder central e as cidades do interior, tem ocorrido uma redução gradual dos repasses de valores automáticos para o desenvolvimento regional e/ou setorial, levando em conta suas vinculações com os projetos de desenvolvimento.

Esse programa também afirma que as universidades e faculdades do interior teriam apoio para capacitar profissionais, com o intuito de elaborar projetos direcionados a fomentar o empreendedorismo individual e coletivo. A formação de cooperativas de crédito e agências locais dessa natureza seria estimulada, com o objetivo de atenuar as assimetrias de informações entre o empreendedorismo local e o sistema financeiro convencional. Por último, dotaria organizações locais de personalidade jurídica, tanto de associações quanto do poder público e do setor privado, para o recebimento de recursos do Governo Federal.

Essa nova política nacional de desenvolvimento regional precisa ser uma política que venha de encontro às teses neo-liberalizantes e que exija a participação ativa e articuladora do Estado e do Governo Federal. Tal política, conforme Araújo

(1999) é apontada como alternativa para esse tipo de desenvolvimento, exemplo já adotado por outros países e a União Européia.

Do ponto de vista de mercado, Araújo (1999), lembra que as regiões que mais atraíram investimentos foram a região Sul e a região Sudeste. Porém, o Governo Federal patrocinou, via Programa “Brasil em Ação”, projetos prioritários na área de infra-estrutura e na área social. Desses projetos, os de infra-estrutura são os que têm capacidade de definir articulações econômicas inter-regionais e internacionais e, dessa forma, fluem na organização territorial do Brasil. Esses projetos diferenciam-se pela prioridade em integrar os espaços dinâmicos do Brasil com o mercado externo e dar acesso aos pólos dinâmicos na área agrícola, industrial, agroindustrial e agropecuária, ou seja, o governo dá prioridade à ampliação de áreas já competitivas. Além disso, as regiões Sul e Sudeste são as que mais concentram investimentos.

Para Araújo (1999), esses fatores apontados acima revelam que houve uma ausência de políticas regionais claras do Governo Federal, fato que deu abertura à “guerra fiscal” entre Estados e Municípios que objetivavam reforçar alguns pontos de dinamismo em suas regiões. Deu-se margem, então, à formação de “espaços não-competitivos”. Fazendo uma leitura mais profunda desses fatores, percebe-se que há a tendência de o país repetir a trajetória de concentração espacial e acirramento de desigualdades regionais, como o já sofrido desde a industrialização. A diferença é que o quadro atual é mais melindroso porque o país está se inserindo num mercado mundial de disputas acirradas e o Estado ainda é deficiente para definir e implementar diretrizes que possam se opor aos custos sociais de uma maior desigualdade regional.

De acordo com a análise de Araújo (1999), a inserção do Brasil na economia globalizada tende a ser bastante diferenciada pela amplitude e heterogeneidade econômica que se apresentam, fato que pode reforçar as históricas e profundas desigualdades já existentes. O Brasil é visto pelos interesses internacionais como mera “plataforma de operação”, pois visam apenas atender seus objetivos privados. Isso pode levar o Brasil a apresentar divergências regionais, como focos de pobreza em antigas áreas dinâmicas e vice-versa, para regiões pobres. Para tanto, necessário se faz desencadear uma ação pública que congregue educação e infra-estrutura de acessibilidade, evitando, assim, a fragmentação do

país ou o convívio de “ilhas de dinamismo” opondo-se a regiões de pobreza, retrocesso e isolamento.

No entanto, novos elementos se apresentam como atores nesse processo de regionalização dos investimentos, entre eles os Governos Estaduais, Municipais e Entidades Empresariais locais. Esses atores delineiam novas esperanças para a economia brasileira, porém não dispensam a ação firme do Governo Federal no desenvolvimento regional, como acontece na União Européia. Uma prática freqüente já acontece em muitas regiões do país, onde os atores locais se articulam para traçar e desenvolver estratégias de desenvolvimento local e regional. Os consórcios, segundo Araújo (1999), são exemplos em diversos Estados e dispõem de leis que os estabelecem e os estimulam e cuja atuação se dá em nível local, ampliado ao regional, facilitando a resolução de problemas e o melhor aproveitamento das potencialidades da região.

Sendo assim, Araújo lembra que uma política nacional de desenvolvimento regional requer mudanças profundas, pois as tendências de mercado mostram um aprofundamento das diferenças regionais herdadas do passado brasileiro, que provoca o abandono das áreas que já sofrem processo de exclusão. Esse fato desintegra as regiões e as mantém em processo de marginalização econômica, podendo resultar em custos sociais intoleráveis, com desemprego e aumento da pobreza e da miséria.

Para essa autora, a política nacional de desenvolvimento regional deverá ter como um de seus objetivos a redução sistemática das desigualdades regionais, procurando garantir melhor nível de vida às populações, nas diferentes regiões do País, com garantia de emprego produtivo, para que tenham mantida a sua subsistência, ou seja, o objetivo de equidade entre as populações e da eficiência produtiva, para garantir a competitividade no mercado nacional e internacional.

Além desses objetivos, Araújo (1999) ainda afirma que há a necessidade de buscar a integração dos espaços regionais, por uma “divisão espacial do trabalho que articule no interior da economia nacional das diferentes regiões, difundindo em todas elas os efeitos positivos do crescimento da economia e da inserção cada vez maior do país no mercado mundial” (p. 16).

Segundo Cardoso & Santos Júnior (2006), a governança democrática na municipalidade, bem como o êxito de experiências locais de governo na realização de políticas públicas, capazes de promover a cidadania, dependerão da forma como

se dispõem os arranjos institucionais no sentido de: impedir ou atenuar as práticas clientelistas vigentes e a detenção das esferas públicas por interesses corporativos e não públicos; produzir práticas e estruturas horizontais; experiências de participação e capital social; reforçar grupos sociais em condições vulneráveis e de exclusão, para reduzir o impacto das relações assimétricas de poder; e fortalecer laços associativos dos grupos locais, suas movimentações e suas organizações representativas, de forma a corroborar e fortalecer as relações de interação entre os diferentes atores com a presença do setor público. Dependendo desses elementos, mesmo em situações sociais semelhantes, os arranjos institucionais elaborados podem resultar em efeitos muito diferentes quanto ao capital social mobilizado e ao estabelecimento de práticas democráticas.

Na forma tradicional de abordar as políticas regionais brasileiras, Araújo (1999) afirma que a questão do desenvolvimento regional foi sempre tratada subsidiariamente e vista como um problema, cujas ações se centralizavam em regiões periféricas, de maior pobreza e caracterizavam-se por reivindicações, e, quando aplicadas, o foram em benefícios das elites conservadoras dessas regiões. Como forma de se universalizar o desenvolvimento brasileiro, atualmente se impõe a desconcentração das bases produtivas, bem como a descentralização de políticas públicas; que se trate cada região conforme suas especificidades, de modo a atender às heterogeneidades, no que tange às potencialidades, ameaças, problemas ou entraves, com vistas à inserção da economia brasileira na economia mundial.

Para esse propósito, segundo a mesma autora, é indicada a criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais, presidido pelo Presidente da República e com a participação de representantes do Governo, do Parlamento Nacional e de representantes não-governamentais, e que esse fórum decida os assuntos mais importantes da questão regional brasileira contemporânea, com vistas à distribuição mais eqüitativa das oportunidades de empregos produtivos e à busca de uma redução dos níveis de vida (classes sociais) entre os habitantes das diversas regiões do país.

Um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) é proposto como um instrumento de apoio, com objetivos e metas que visem minimizar as desigualdades regionais e contribuir, de forma adequada e com base nos interesses nacionais, para a inserção do País no processo de globalização em curso. O aporte

de recursos abrange os níveis federal, estadual e municipal, além de recursos privados ou de empréstimos, com gestão descentralizada em Comitês Regionais.

Ao observar as propostas, entende-se que são viáveis e necessárias, pois o país é de grande dimensão territorial e com características que variam de local para local, necessitando de propostas diferenciadas e que atendam aos interesses das comunidades das respectivas regiões, aglutinadas por características semelhantes, de forma que possam desenvolver ações conjuntas sempre com vistas à inserção dessas regiões no mercado nacional e internacional.

Além dos EUA, com o programa EZ/EC, a França possui legislação com tendência à descentralização das competências e maior articulação entre as instâncias e níveis administrativos, desde a década de 1980. Já em 1995, a *Loi pour l'Amenagement et le Développement du Territoire (LOADDT)*¹¹, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável e melhorou o papel das sub-regiões na operacionalização de programas estratégicos de desenvolvimento.

O Brasil, na opinião de Gohn (2006), pode espelhar-se nos exemplos dos países desenvolvidos que possuem projetos de desenvolvimento regional, cujos objetivos são a melhoria das condições de vida dos cidadãos através de uma distribuição econômica mais eqüitativa, renda suficiente, acesso à educação e serviços básicos de assistência à saúde, recreação, lazer e transportes, respeito às diferenças e às múltiplas identidades culturais, enfim, a busca de uma vida digna, em condições de exercício pleno da cidadania.

No entanto, diante de um mundo globalizado, no qual a natureza é tida como meio de produção importante e o padrão de necessidades materiais é cada vez mais exigente, aumenta o ritmo da degradação ambiental e faz-se necessário pensar em novos paradigmas de sustentabilidade. Nessa perspectiva, concorda-se com Wilson (2002), quando afirma que:

[...] cada ecossistema tem seu valor intrínseco. Assim como cada nação preza seus episódios históricos finitos, seus livros clássicos, suas obras de arte e outras medidas da grandeza nacional, também deveria aprender a prezar seus ecossistemas peculiares e finitos, ressoantes de um senso de tempo e lugar (p. 172).

Daí a necessidade de se estudar alternativas sustentáveis de como melhor trabalhar a terra, com vistas à não degradação do ambiente. Para isso, há

¹¹ Lei para Gestão e Desenvolvimento do Território.

que se pensar num projeto de incentivo aos camponeses à diversificação da cultura e ao cultivo de produtos orgânicos, estimulando o contato com a natureza, a ética de reverência pela vida e debate sobre os problemas ambientais.

1.4 O PAPEL ESTRATÉGICO DAS COMUNIDADES NO GERENCIAMENTO DOS TERRITÓRIOS – NOVAS FORMAS DE PLANEJAMENTO

É importante e necessário que as comunidades de camponeses estejam organizadas na forma de territórios, cuja denominação, segundo Mitidiero Jr. (2001), se dá quando uma área que é delimitada por características econômicas, administrativas, culturais, jurídicas e outras, é dominada pelo homem, quando este exerce seu poder.

Com esse modo de organização, abre-se a possibilidade de se fazer um trabalho voltado para que as pessoas permaneçam no seu espaço, ou seja, na sua propriedade ou no seu local de trabalho. Nesse aspecto, o planejamento regional deve partir de características de um conjunto de regiões predefinidas, para as quais são equacionados os problemas que bloqueiam o seu desenvolvimento. O mesmo se dá para a territorialização, que é considerada um caminho para o desenvolvimento sustentável.

A territorialização, para Mitidiero Jr. (2001), comportaria áreas em que o homem administraria, tendo características semelhantes em toda sua extensão, a exemplo da economia, da cultura, do bioma, enfim, proximidades de afinidades que facilitariam o desenvolvimento integrado de toda essa comunidade. Conseqüentemente, segundo Guimarães (2001):

[...] as novas bases de convivência que conferem governabilidade ao sistema político requerem, portanto, um novo paradigma de desenvolvimento, apto a inserir o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, considerar o crescimento um meio, e não um fim, proteger as oportunidades de vida das gerações atuais e futuras e, por conseguinte, respeitar a integridade dos sistemas naturais que permitem a existência da vida no planeta (p. 48).

Em se tratando de desenvolvimento regional, não há como esquivar-se de políticas, tais como as apontadas para o Rio Grande do Sul e que podem ser estendidas a outras regiões, uma vez que lá, segundo Paiva (2004), adota-se uma educação democrática, eficiente e promotora da autonomia, do empreendedorismo e

da autogestão dos trabalhadores; trabalha-se pela distribuição eqüitativa de outros recursos produtivos para além da qualificação para o trabalho (reforma agrária, acesso à propriedade urbana); enfrentam-se as dificuldades de acesso a crédito dos não-proprietários.

Nesse sentido, o setor público precisa se comprometer com o enfrentamento das crônicas dificuldades por parte dos micro e pequenos empreendedores, no que se refere a encontrar preço justo e mercado para sua produção; encontrar alternativas de transporte, como o fluvial e o ferroviário, articulando-os com o rodoviário, de forma a melhorar a logística.

Há que se ressaltar, ainda, a importância do capital social que, para Soto (2003), é a capacidade de uma comunidade em criar mecanismos de cooperação social fundamentados na confiança mútua, com vistas a gerar benefícios coletivos que incorporem sucesso econômico e desenvolvimento sustentado.

Por outro lado, a falta do capital social, segundo Ramos & Marino (2004), indica que não há uma forte consciência comunitária e os indivíduos não conseguem agir coletivamente. Isso se dá porque “as oportunidades estão concentradas na mão de poucos e com isso a mobilidade social não é algo que vale para todos” (p. 96-7).

Na Comunidade em estudo, o que se percebe é a falta de capital social para o desenvolvimento das atividades, pois é formada por nordestinos com tradição agrícola e que hoje não dispõem de área para trabalhar a terra. Além do que, fatores como a cultura, a idade avançada, o pouco grau de escolaridade e a falta de conhecimento sobre os meios de viabilizar financiamentos, os impedem de assumir papel de empreendedores, ou mesmo liderar projetos alternativos para a sustentabilidade da Comunidade.

No capítulo 2 entra em discussão o desenvolvimento sustentável e a agroecologia, formas alternativas encontradas por pequenas comunidades de lavradores, para trabalhar a terra e conservar os recursos naturais.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROECOLOGIA: CONCEITOS QUE SE COMPLEMENTAM

Este capítulo discute a questão do meio ambiente, tendo como referência o Fórum Mundial Rio-92, oportunidade em que se discutiram os efeitos provocados pela forma de desenvolvimento praticado no mundo todo, principalmente nos países em desenvolvimento, onde a agroindústria é a que mais agride o meio ambiente devido a uma legislação branda e à omissão das autoridades; por isso, desrespeitam-se as áreas de preservação ambiental, os mananciais, as margens de rios. Discute também as concepções de desenvolvimento sustentável e agroecologia e as contribuições que essas formas alternativas de desenvolvimento trazem para a preservação do ambiente, além de serem práticas alternativas da sustentabilidade econômica, principalmente para o pequeno produtor.

A agroecologia, entendida teoricamente como uma relação harmônica entre o homem e o seu ambiente, passa, nos últimos anos, a ser objeto de preocupação de equipes governamentais encarregadas da extensão rural, bem como de organizações não-governamentais, preocupadas com a sobrevivência de determinadas comunidades que têm no ambiente seu aliado. Por esse motivo, essas equipes passaram a estar sistematicamente junto aos moradores dessas comunidades, não só com a intenção de ensiná-los, mas também para fazer com que eles se tornem educadores-multiplicadores dessa concepção.

Entender o processo histórico que levou à formalização do conceito de agroecologia e de desenvolvimento sustentável, de acordo com Gonçalves (2005), exige uma volta aos anos 1960, em especial ao movimento hippie, momento em que os jovens iniciavam uma discussão a respeito dos efeitos que o processo de desenvolvimento industrial causa à natureza.

A partir de então, essa discussão tomou tamanha força que, no final do século XX, diversos fóruns mundiais foram organizados para discutir as causas e os efeitos provocados pela forma de desenvolvimento em vigor que via a natureza como algo que deveria simplesmente ser aproveitado ao máximo. A partir dessas discussões, surgiu a idéia de um novo modelo de desenvolvimento para o século XXI, o qual deveria compatibilizar as dimensões econômica, social, ambiental e tecnológica. Pelo menos em sua concepção, o modelo resolveria, de um lado, o

velho dilema, crescimento econômico com a redução da miséria e, de outro, resolveria a questão da preservação ambiental.

Um conflito teórico que vem de fato arrastando-se por mais de vinte anos, em abertas hostilidades contra o movimento ambientalista, já que este encara a forma de desenvolvimento econômico praticado como lesivo à natureza e os empresários como seus agentes mais representativos.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ORIGEM E CONCEITOS

Segundo Brüseke (1996), o Relatório do Clube de Roma: “Limites do Crescimento”, e a “Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano”, realizados em 1972, contribuíram para o avanço do debate acerca da sustentabilidade. A publicação de Ignacy Sachs, em 1976, do *Environment and styles of development*¹², teve sua parcela de contribuição nesse debate já que é um documento que formula o conceito de ecodesenvolvimento, atualmente entendido como desenvolvimento sustentável.

Nessa direção, em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas, reuniu-se na Noruega, ocasião em que elaborou um documento denominado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como “Relatório de Brundtland”, momento em que os governos signatários desse documento se comprometeram com a promoção do desenvolvimento econômico e social, em conformidade com a preservação ambiental (CMMAD, 1988).

Esse Relatório traz uma versão mais elaborada de uma das definições mais difundidas do conceito de desenvolvimento sustentável, concebido como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

Desde então, os estudos sobre desenvolvimento sustentável giram em torno do Relatório de Brundtland (1987), por meio do qual se definem as metas fundamentais para o desenvolvimento sustentável, os quais, segundo o autor (apud FERREIRA, 1998), são:

¹² Meio ambiente e estilos de desenvolvimento.

1) retomar o crescimento; 2) alterar a qualidade do desenvolvimento; 3) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; 4) manter um nível populacional sustentável; 5) conservar e melhorar a base de recursos; 6) reorientar a tecnologia e administrar o risco; 7) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (p. 124).

Como requisitos fundamentais ao cumprimento desses objetivos, o relatório aponta:

1) um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; 2) um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e constantes; 3) um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; 4) um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; 5) um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; 6) um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se (p. 124).

De acordo com essas orientações, a Conferência de Estocolmo e o Relatório de Brundtland iniciam um debate em que se coloca a interdependência entre ambiente e desenvolvimento, uma relação que passa a compor a agenda internacional sobre o ambiente, vindo a se fortalecer com a Rio 92, quando são sancionadas as propostas contidas na Agenda 21¹³.

Vale ressaltar que a Agenda 21 brasileira é um documento construído com a participação da sociedade e tem como objetivo auxiliar no planejamento para o desenvolvimento sustentável, de forma a fortalecer a participação da sociedade civil, por meio da cidadania ativa, para a construção da democracia participativa, em que toda a sociedade possa ser artífice na busca do desenvolvimento sustentável.

Ela contempla princípios e estratégias que auxiliam na formação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, tais como a inclusão social para uma sociedade solidária; estratégias para a sustentabilidade urbana e rural; recursos naturais estratégicos; governança e ética para a promoção da sustentabilidade. Essas responsabilidades necessariamente têm de ser

¹³ É um plano de ação a ser adotado global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientação para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas (MMA, Caderno de Debate: Agenda 21 e Sustentabilidade, 2006, n. 09).

compartilhadas entre governo e sociedade, pois é um desafio que implica mudanças nos padrões atuais e nos hábitos culturais arraigados nos diferentes setores da sociedade.

Para entendimento desses hábitos culturais, baseados na depredação indiscriminada da natureza, há que se remeter ao período pós-Revolução Industrial, momento em que se questiona a interdependência entre ambiente e desenvolvimento. No Brasil, esse impacto se traduziu naquilo que ficou conhecido por “modernização conservadora”, uma modernização, ancorada no ideário da chamada Revolução Verde¹⁴ da década de 1970, que busca a melhoria da tecnologia de sementes na pesquisa agropecuária e no uso intensivo de tecnologias agrícolas, no aumento da área produtiva e que traz consigo, conseqüentemente, a devastação.

Para Becker (1997), ambas as revoluções se utilizaram maciçamente dos recursos naturais e viam a natureza como objeto a ser explorado. Apoiaram-se na hipótese de que o próprio processo de exploração da natureza geraria as condições de sua auto-regulação. Hipótese levantada devido à grande quantidade de recursos naturais até então disponíveis na natureza; no entanto há que se considerar, nessa época, os poucos estudos a respeito da capacidade de suporte do ambiente.

Vale ressaltar que a busca desenfreada pela produtividade agrícola e que redundou na Revolução Verde se justificava pela busca de acabar com a fome no mundo. No entanto, Capra (1995) desmistifica essa justificativa, com base nas pesquisas de Moore Lappé Collins, mostrando que a quantidade de alimentos produzidos no mundo é suficiente para alimentar cerca de 8 bilhões de pessoas, número muito acima do dobro da população mundial daquela época. Nesse sentido, não se pode considerar que a escassez de alimentos é a causa da fome e, sim, a desigualdade econômica. O fato é que a mecanização da lavoura favorece apenas uma pequena elite e expulsa da terra milhões de pessoas, as quais, sem opções de trabalho, não têm condições de comprar os alimentos que estão disponíveis.

Segundo Giansanti (1998), a Revolução Verde deixa conseqüências catastróficas, tais como a homogeneização de sementes e culturas; a criação de

¹⁴ Baseada na melhoria do padrão QMG – Químico, Mecânico e Genético -, cujo objetivo é aumentar a produtividade das lavouras; momento em que se fortalece a monocultura, através da mecanização intensa, uso de herbicidas e inseticidas e uso de “sementes inteligentes”, melhoradas geneticamente para adaptarem-se aos diferentes tipos de solo bem como resistirem às pragas.

laços de dependência dos agricultores em relação à aquisição de insumos industriais; a perda da terra e migração para a cidade e a adoção de um modelo de consumo mundial padronizado, que acarretam a perda de identidade e pressões sobre o uso dos recursos naturais. Afinal, 1/5 da população mundial pratica o consumo suntuário (luxuoso); outro 1/5, consumo moderado. Eles representam a alta e média renda dos países de primeiro e terceiro mundo ou do ex-bloco socialista. O restante mal satisfaz as necessidades básicas.

Nesse aspecto, Graziano da Silva & Del Grossi (2000), afirmam que a Revolução Verde contribui para a manutenção e reforço da classe dos latifúndios, uma vez que somente grandes produtores possuem acesso a créditos, tendo condições de investir em altas tecnologias. Esses fatores contribuem para que o pequeno produtor fique em desigualdade competitiva e, muitas vezes, precise desfazer-se de suas terras, migrando para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste ou deslocando-se para os centros urbanos.

Nessa Região, segundo Theodoro, Leonardos & Duarte (2002), o ciclo modernizador das décadas de 1970 e 1980, que contemplou a viabilização tecnológica, veio a facilitar a pecuária e a agricultura em grande escala. O conjunto desses fatores, como informa Barbosa (1996), favoreceu a incorporação de novas áreas e a expansão da fronteira agrícola que, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do Centro-Oeste, representa, para alguns, a dinâmica “natural” do capitalismo que, para se desenvolver de forma ampla, deve incorporar o modelo tradicional de produção. Assim, os camponeses, na tentativa de opor-se às novas tecnologias, acabam arcando com o custo que isso representa e, sem condições de concorrer com os grandes capitalistas agrários, acabam sendo expulsos desse processo.

As conseqüências de tal prática estão atualmente rendendo preocupações relacionadas aos impactos ambientais e sociais, causando também uma inquietação em relação a um possível colapso energético. Para Jean Marc Von Der Weid, da Organização Não Governamental Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa/Rio de Janeiro (AS-PTA/RJ) e representante da Agência Nacional das Águas (ANA), se for mantido o ritmo e o estilo de desenvolvimento na agricultura, não se terá mais condições de praticá-la nos próximos 20 a 25 anos. Até 2025 o custo energético afetará profundamente a população. A agricultura hoje

praticada é grande consumidora de energia, estando extremamente vulnerável (informação verbal¹⁵).

Além do risco de um colapso energético, os efeitos do avanço da fronteira agrícola levam à exclusão de pequenos produtores e, uma vez, aliado à destruição de ecossistemas frágeis, principalmente pelas mudanças tecnológicas adotadas na prática progressiva da monocultura, provoca um descompasso no binômio exploração/reposição, pois o grau de exploração dos recursos naturais é incompatível com o tempo necessário à natureza para repô-los. As conseqüências são os indícios de esgotamento do solo, da falta de água, da erosão, da poluição, da extinção de espécies, do descontrole de insetos nas lavouras, dentre outros.

Nesse sentido, não é possível manter a hipótese de que a própria natureza teria a capacidade de se auto-regenerar, pois nem a natureza suporta as altas agressões antropogênicas e nem as ciências, como se percebe, são capazes de corrigir os danos causados a ela.

Diante desses impactos ambientais e sociais provocados pela monocultura em grande escala, resta discutir formas alternativas de minorá-los, e o “desenvolvimento sustentável” é a alternativa encontrada.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento passa a ser questionado já que, de acordo com Pelizzolli (1999), é “um termo que remete às ciências sociais e à economia, reportando-se a uma transformação artificial dos habitat da natureza, ao funcionamento, urbano, do ambiente construído” (p. 102). Para Riggs (apud CAMARGO, 2003), nas ciências sociais, a palavra “desenvolvimento” “sugere a evolução dos sistemas sociais humanos de mais simples a mais complexos” (p. 70). Souza (1993) afirma que desenvolvimento, nessa proposta, se define:

[...] pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais *per capita*. É um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade (p. 17).

¹⁵ Conferência proferida em 22/11/2006, intitulada: Dimensão Sócio-cultural e Econômica da Sustentabilidade: diversidade, solidariedade e mercados. IV Congresso Brasileiro de Agroecologia: construindo horizontes sustentáveis, da qual participei, em Belo Horizonte - MG, 20 a 23 de novembro de 2006.

Considerando a questão da preservação do ambiente, sem desconsiderar o conceito de desenvolvimento, há a necessidade de associá-lo a uma nova filosofia, da sustentabilidade; daí a concepção de sustentação que, para Pelizolli (1999):

[...] é um termo próprio da biologia, expressando o funcionamento dos ciclos naturais, nos ecossistemas flexíveis e em equilíbrio. [...] reporta-se ao ecossistema em equilíbrio dinâmico, em sua integridade assimilando a entropia e elaborando a emergência do caótico, onde se mantém o funcionamento de um sistema com pontos de equilíbrio e reestabilização que possuem um limite de alteração e adaptação (p. 102).

Para Brügger (1994), o termo “sustentável”, quando aliado ao termo “desenvolvimento”, adquire um sentido singular, único, uma vez que se refere à natureza homeostática (auto-reguladora) dos ecossistemas naturais, à capacidade de suporte, referente a recursos/população.

Com base nessa concepção teórico-filosófica, a intenção deste trabalho é entender se os moradores da Comunidade Voadeira têm consciência desse conceito e se, na prática, o desenvolvem. Nesse sentido, o que se busca perceber é se a sustentabilidade está presente nas atividades desenvolvidas pela Comunidade¹⁶.

Discutir essas questões implica uma reflexão histórico-filosófica da teoria que norteia a noção de desenvolvimento sustentável, mesmo sabendo que alguns pensadores se opõem ao uso da expressão “desenvolvimento sustentável”, uma vez que, para eles, “desenvolvimento” está diretamente associado a uma concepção difundida pelos tecnocratas do Estado. Segundo Boff (2004), para esses tecnocratas, o conceito de desenvolvimento está associado tão somente ao “aumento do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento econômico, modernização industrial, progresso tecnológico, acumulação crescente de bens e serviços, aumento da renda das empresas e das pessoas” (p. 74).

Como se pode observar, no capitalismo, o progresso e a acumulação de riquezas são prioridades, não levando em consideração outros aspectos tão importantes como a conservação ambiental e a distribuição mais eqüitativa dessas

¹⁶ Ao propor a pesquisa no referido local, a conjectura que se fez foi de que a sustentabilidade estaria presente nas atividades ali desenvolvidas. No decorrer da pesquisa de campo, observam-se alguns pontos críticos, discutidos mais adiante, que derrubam as hipóteses ora construídas. Situações como a degradação do Córrego Voadeira, a exploração da mata ciliar para uso da madeira como lenha, a pecuária desenvolvida às margens do Córrego, que provocam erosões, são algumas das constatações.

riquezas. Nesse sentido, Boff (2004) mostra que a categoria sustentabilidade, originária da biologia e da ecologia, comporta uma lógica contrária à capitalista. Para ele, “sustentabilidade representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação, à co-evolução e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada ser, até dos mais fracos” (p. 74).

Uma contradição é proveniente da própria palavra “sustentável”, pois, para o capitalismo, desenvolvimento implica expansão, aumento e ocupação de novas áreas ainda não agricultáveis; e um desenvolvimento com sustentabilidade é algo incompatível com essa proposta. Por isso, para Leonardo Boff, no modo de produção capitalista, o “desenvolvimento sustentável” vem apenas reafirmar como causa aquilo que é seu efeito. Ou seja, os capitalistas tentam mostrar que a pobreza é a causa da degradação ecológica, portanto, ao se reduzir a pobreza e se ter mais desenvolvimento, ter-se-ia menos degradação. Sendo assim, o autor defende que a categoria “sustentabilidade” deve estar livre de regulação capitalista; garantindo-a “à Terra, à Humanidade como um todo, à sociedade e à vida humana” (p. 77).

Pode-se então questionar se é possível pensar em sustentabilidade num país capitalista, pois este tem como premissa a busca do lucro. Dessa forma, não há como discutir a sustentabilidade sem contabilizar as perdas de espécies nativas nem mesmo as conseqüências ambientais do processo, ao se desbravar, por exemplo, uma área de Cerrado para substituí-la por uma monocultura de soja. O que se vê é a impossibilidade de se pensar em desenvolvimento sustentável no atual sistema, levando em conta a forma como alguns grupos se apropriam da natureza, ao mesmo tempo em que a degradam.

Grupos que defendem a agricultura sustentável, como o Movimento dos Sem Terra (MST), Agricultores Familiares, Sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONG's) e outros, surgiram na década de 1980 e vêm questionar esse tipo de desenvolvimento. Esse questionamento ocorre tendo como parâmetro a própria história do recente desenvolvimento agrícola, e, para Brandenburg (2005), nunca se presenciou, na história da sociedade brasileira, um processo de exclusão social de tamanha amplitude, envolvendo pequenos trabalhadores do campo, de modo geral.

Ao conjunto de forças que resistiram à modernização conservadora, aliou-se a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE), cujo papel é o de ser catalisadora desse movimento. Segundo Brandenburg (2005), por meio

da FASE, discutiram-se questões acerca das políticas agrícolas e das técnicas implementadas por essas políticas, incluindo-se aí as questões ambientais.

Essas discussões envolveram parte da classe agrônômica, de sindicatos de trabalhadores e dos grupos organizados, culminando na proposta de uma agricultura “alternativa”, de maneira a criar um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado no uso racional dos recursos naturais, para garantir as condições de sobrevivência às futuras gerações, principalmente as mais pobres, além de almejar a equidade social para a atual geração. No entanto, na ordem capitalista, de acordo com Moreira (1999), qualquer avanço, nessa direção, é entendido como uma menor concentração dos recursos produtivos, o que não põe fim às distinções entre as classes sociais.

Chegar a um modelo de desenvolvimento alternativo não é uma meta simples de ser alcançada, pois há uma demora por parte da sociedade em entender que o desenvolvimento sustentável é uma necessidade para a manutenção da vida no Planeta; isso requer contínuos debates, sejam eles na academia, nas organizações da sociedade, nas populações ribeirinhas, ou nos povos indígenas, cujo objetivo deve ser de desencadear projetos de desenvolvimento local sustentável, contribuindo para uma distribuição mais equitativa de renda.

Desde a Rio-92, tanto as entidades governamentais como os movimentos ambientalistas, passaram a discutir as questões ambientais como questões de políticas públicas. Isso, para Brandenburg (2005), significa que “Estado, mercado e sociedade civil passam a agir ‘ambientalmente’, embora com perspectivas distintas” (p. 3).

Nesse processo não é só o ambiente que é tido como ponto chave na discussão da sustentabilidade; temas relacionados ao crescimento populacional, ao nível de consumo e à distribuição de renda também fazem parte dos debates. Dentre os defensores da premissa de que toda a problemática de degradação ambiental encontra-se no crescimento populacional desordenado, Sachs (2002) é um contestador, ao considerar essa análise incoerente, visto que leva em consideração apenas o aumento populacional, principalmente das populações pobres, não-consumidoras e não das populações mais abastadas, nas quais o consumo é excessivo. Sachs defende que as populações mais ricas é que são as maiores responsáveis pela degradação ambiental, uma vez que estas são as maiores consumidoras.

Também se deve considerar que um dos grandes problemas da insustentabilidade diz respeito a países em que há um alto índice de concentração de riquezas e de consumo, onde há o descaso com a natureza, e ocorre a degradação ambiental; no entanto, esses países transferem a responsabilidade do processo aos outros, principalmente aos países em desenvolvimento e aos pobres. Assim, segundo Procópio (2001):

[...] os Estados Unidos da América, pelo consumismo de sua população é o país que, ecologicamente falando, mais custa no mundo. Nações da periferia mundial, amarradas pelas burocracias que deixam de incrementar as conhecidas alternativas de sustentabilidade, correm igualmente perigo. No caso brasileiro, os privilégios de suas elites, a generalizada corrupção e a perversa distribuição de renda sob o patrocínio do próprio Estado, proporcionalmente tinge de sangue, mais que noutros países, a natureza e o tecido social da nação. Daí a degradação ambiental associada à baixíssima qualidade de vida do povo. Daí também a violência (p. 117).

Para o citado autor, uma vez que a política dos países periféricos não está preocupada com as questões sociais e ambientais, pela falta de uma “ética da solidariedade”, pela falta de acesso à educação e pela má distribuição de renda, ela coloca em risco também sua democracia.

Nesse sentido, uma proposta alternativa de desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2002), deve incorporar “a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento” (p. 53). Conseqüentemente, não haverá a necessidade de migração para outras áreas o que, na maioria das vezes, provoca inchamento das periferias das cidades, levando ao processo de exclusão social.

Quando Sachs se refere à conservação da biodiversidade, torna-se possível fazer-se uma analogia com a importância que Capra (1995) dá à preservação de uma região selvagem, pois, para ele “o que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relações entre eles” (p. 260).

Desse modo, Capra reforça a importância de manter áreas nativas, para que se preserve toda a cadeia de espécies de uma determinada região, evitando-se a infestação de espécies exóticas, as quais podem interferir no equilíbrio ecológico do ambiente, provocando a proliferação de determinadas espécies em detrimento de outras, causando uma desordem naquela área. Um exemplo é o capim *Brachiaria*,

espécie exótica muito comum na Região Centro-Oeste, utilizada em pastagens de onde foi subtraída a vegetação nativa¹⁷.

2.2 PEQUENAS COMUNIDADES E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O uso dos recursos naturais locais para a manutenção das atividades rurais está presente em muitas comunidades ribeirinhas. No entanto, parte delas desconhece os processos de conservação e acaba contribuindo com a degradação.

Para se ter uma idéia do impacto que se causa com a degradação, que muitas vezes leva à extinção de espécies nativas, há que se mencionar a riqueza da diversidade de espécies do Cerrado. Segundo Almeida (1998), esse bioma compreende uma área nuclear de cerca de 204 milhões de hectares e abrange os Estados da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Pará, do Piauí, de Rondônia, do Tocantins e o Distrito Federal e estima-se que ocorrem cerca de 6.200 espécies de plantas vasculares nativas nessa região.

Nesse sentido, o Cerrado, ao invés de continuar sendo objeto de destruição para o desenvolvimento da agropecuária, pode ser utilizado, de forma

¹⁷ A referência ao caso do capim *Brachiaria* nos remete à pesquisa de campo realizada. Ao visitar a nascente do Córrego Voadeira, presenciou-se a infestação do referido capim até às margens do Córrego, em algumas partes do entorno do leito, local que deveria, por lei, ser destinado à mata ciliar. Como a região que apresenta essa configuração já foi local de moradia há 20 anos e hoje é destinada apenas à criação de gado, não há nenhuma preocupação do proprietário da área, quanto a reverter, ou, pelo menos, amenizar a degradação das margens do Córrego e de algumas fontes que o abastecem. Embora alguns entrevistados, proprietários de chácaras e fazendas que se utilizam de pequenas fontes que deságuam nesse Córrego, apontem sofrer problemas de falta de água para o consumo e para o gado, em certas épocas do ano, não demonstraram interesse em preservar as matas do entorno dessas fontes que acabam secando, levando-os a se utilizar das águas do Córrego Voadeira como alternativa. Esse Córrego é de fundamental importância para a manutenção de muitas atividades com o gado nas chácaras e fazendas do entorno e para uso doméstico (lavar roupas e louças) para algumas famílias do núcleo. A dificuldade em preservar é justamente pela falta de conhecimento por parte dos moradores, de como se dá o processo de preservação desses mananciais, pois se acredita que, a partir do momento em que essa população passa a entender da interdependência de todos os elementos da natureza e dos impactos causados pela ação antropogênica, haverá uma preocupação em garantir a preservação desses mananciais. Segundo depoimento de um morador, por volta de 1982 é que foi derrubada a mata até às margens do Córrego e substituída inicialmente por lavoura e depois por capim e pasto para o gado. Naquele tempo, segundo esse morador, era praticada a caça de animais como antas, catetos, queixadas e até onças, que eram encontrados no local. Hoje, notícias dos moradores dão conta de que, somente na Serra do Taquaral, onde se localiza a nascente do Córrego Voadeira, é que ainda aparecem a onça pintada e a anta, pois lá a mata continua virgem, por se tratar de uma área de difícil acesso.

extrativista, pois, devido a sua alta riqueza de espécies frutíferas, pode se constituir como alternativa para a geração de renda às pequenas comunidades, inclusive com a possibilidade de plantio das mesmas espécies para ampliar a coleta.

Frente às questões analisadas, compreende-se que o estudo da sustentabilidade requer o avanço do conhecimento científico, para entender a dinâmica das comunidades, dos ecossistemas ali presentes e de sua complexidade, pois está em questionamento nosso modelo conceitual de mundo, ou seja, está em jogo o que se convencionou chamar de paradigma tradicional.

Numa visão cartesiana, segundo Almeida (2002), na sua prática metodológica de ver o universo dividido em compartimentos estanques para compreendê-lo, pôde o homem, no final do século XX, constatar que a natureza não se deixa entender pelos instrumentos tradicionais de análise. Ela é “sistêmica, complexa, não-linear. Não funciona como a soma das partes que a compõe, mas como o produto da inter-relação das partes. Para ser compreendida, pede um novo paradigma: orgânico, holístico, integrador” (p. 54).

Um novo paradigma, contrário ao cartesiano, é encontrado na agroecologia, que, ao estudar as comunidades, leva em consideração os princípios agrônômicos, ecológicos e sócio-econômicos, com o intuito de entender e avaliar os efeitos da tecnologia, tanto sobre as práticas agrícolas como sobre a sociedade como um todo.

Há que se considerar ainda que as necessidades humanas são criadas pela cultura de cada sociedade. Nesse sentido, segundo o documento Nosso Futuro Comum (1991), necessário se faz promover valores que observem os padrões de consumo e que se restrinjam aos limites da capacidade ambiental. Isso significa que as sociedades atendam às necessidades humanas com o aumento de produtividade, assegurando a todos as mesmas oportunidades, ou seja, a distribuição eqüitativa dos recursos. A idéia se resume na compatibilidade do crescimento econômico com o desenvolvimento humano e a qualidade ambiental.

Na Voadeira, o processo em andamento, pelo que se pôde perceber, está baseado no velho paradigma cartesiano, pois o que se vê é a destruição da mata original para plantar capim a fim de alimentar o gado, conseqüentemente, contradizendo o paradigma da sustentabilidade, de modo que, parafraseando Thomas Khun (1990), o processo em que se encontra o desenvolvimento

sustentável na Voadeira está longe de ser a fase “pré-paradigmática”, momento em que um novo paradigma entra em conflito com o velho paradigma praticado.

Para entender melhor essa constatação, é necessário esclarecer que a Comunidade Voadeira é composta por 71 moradores, em lotes residenciais, variando de 200 m² a 1.000 m², sem área para plantio. Esses moradores são remanescentes do processo de expansão do capital, na região, uma vez que, antes, praticavam agricultura de subsistência e, com o passar do tempo, foram forçados a se desfazer de suas propriedades em favor dos grandes fazendeiros que compraram as pequenas áreas para incorporá-las às suas fazendas, com objetivo de criação de gado. Para os pequenos agricultores, resta apenas o lote das casas, cujas alternativas de sobrevivência passam a ser o trabalho como diaristas em fazenda e a produção de doces de caju e de outros frutos da região.

Espera-se que, em um período não muito distante, os moradores da Comunidade Voadeira e do seu entorno tomem consciência da necessidade de reflorestar as margens do Córrego Voadeira e adjacências, para garantir tanto os mananciais como a lenha e as frutíferas, muito utilizados pela Comunidade.

Essas ações podem abrir caminho para o desenvolvimento sustentável da Comunidade, uma vez que o conceito de desenvolvimento sustentável expressa mais uma insatisfação com o padrão atual de desenvolvimento e não uma versão acabada; é uma versão “transitória” de categorias teóricas e práticas de um novo patamar na relação sociedade-natureza. Inicialmente, como afirma Pires (1998), vistos como “anomalias”, porém, vão adquirindo *status* “à medida que oferecem melhores respostas aos problemas considerados relevantes” (p. 65)¹⁸.

¹⁸ Sob essa ótica é que iniciativas de pequenas comunidades que buscam desenvolver um projeto ambientalista ganham força. É o caso das reservas de extração de borracha em Xapuri - AC e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá - AM. Nesta última, o plano de manejo prevê programas de Extensão e Participação, Pesquisa e Monitoramento e Administração. “Mamirauá prova que, para implementar projetos práticos, os profissionais de conservação devem se envolver com aspectos financeiros, administrativos e políticos” (PRIMACK, 2001, p. 211). Mamirauá é um exemplo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável que está dando certo. Compõe-se de uma várzea que apresenta um alto grau de endemismo (espécies que só ocorrem naquele lugar). Os períodos de cheias e de secas determinados pelo Rio Solimões é que dão um formato característico à Reserva, provocando uma mobilidade dos seus moradores, cuja criação de gado é feita em balsas. A participação das comunidades em todo o processo de administração da Reserva, muito visitada por turistas do país e do exterior, é que lhes proporciona uma vida melhor. Para mais detalhes, consultar: PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. *Biologia da Conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

De maneira geral, o conceito de desenvolvimento sustentável requer pensar globalmente e atuar localmente, isto é, estimular projetos de desenvolvimento regional que levem em conta os quatro pilares básicos da sustentabilidade: o econômico, o ambiental, o social e o tecnológico. Dessa forma, as populações terão incentivos para permanecerem em suas comunidades, podendo preservar também suas raízes, sua cultura.

Para Camargo (2003), é preciso ter como premissa básica para o desenvolvimento sustentável, a crença de que o homem deve harmonizar-se com a natureza, fluir com ela, compreendendo suas transformações, adaptando-se e vivendo nos seus limites. A proposta de Jonas Hans, segundo Bursztyn & Bartholo (2001) reforça a importância de se ter uma “*modernidade ética*, não apenas uma *modernidade técnica*. Pois o princípio ‘sustentabilidade’ implica incorporar ao horizonte da intervenção transformadora do ‘mundo da necessidade’ o compromisso com a perenização da vida” (p. 167) [Grifos dos autores].

Em que pese a variedade de interpretações existentes na literatura e no discurso político acerca da sustentabilidade, a definição que se adota é a de que o desenvolvimento sustentável é aquele que garante o suprimento das necessidades de cada ser, com ética e equidade e, ao mesmo tempo, respeitando a natureza/ambiente.

Trazendo a preocupação da sustentabilidade para as regiões do Cerrado brasileiro, especificamente para a Região Centro-Oeste, observa-se que o modo de exploração e o modelo econômico adotado, propiciam a exclusão social. Para Leme (2003):

A forma de ocupação empreendida e a natureza da intervenção estatal que a caracterizou, com favorecimento irrefreado do capital privado, ignorando a questão social – em particular a democratização da propriedade -, redundaram no quadro descrito: áreas estagnadas e à margem do processo de “modernização” e aglomerações urbanas marcadas pela exclusão e pobreza, compondo cinturões de periferia nas maiores cidades. Os interesses que presidiram a ocupação produtiva – interesses de capital mercantil exportador – definiam o teor das políticas do Estado, a partir de suas articulações com setores do governo e da alta burocracia, e garantiam a intocabilidade da propriedade. Mesmo que a expansão da fronteira, no seu início, tenha funcionado como uma alternativa de acesso à terra e de reprodução da pequena propriedade, aliviando as tensões fundiárias, a valorização e a especulação que se seguiram, associadas aos programas de estímulos aos capitais, foram expulsando os pequenos produtores. Essa foi a tônica da ocupação (p. 631).

Fazendo uma análise das conseqüências desse processo, avalia-se que o modelo de desenvolvimento vigente, no qual se pratica a agricultura voltada para a produção de soja e a criação de gado, nas regiões do Cerrado, não atende a sustentabilidade. A hegemonia da monocultura provoca o empobrecimento da biodiversidade, aspecto mais preocupante da crise ambiental mundial que, para Teixeira (2004), é uma das que mais merece consideração, pois representa reduzir a possibilidade de uma dieta rica e variada, do fomento da produção alimentar, da melhoria da renda, da ultrapassagem de obstáculos ambientais e da recuperação dos ecossistemas.

Nesse modelo de desenvolvimento, as pequenas comunidades, estranguladas pelos grandes empreendimentos do agronegócio, ficam desassistidas, sofrendo grande parte de migrações para os centros maiores, que contribuem para o aumento da pobreza e da exclusão social, uma vez que, ao deslocarem-se para os centros urbanos, as pessoas, em sua maioria, não possuem qualificação para ingressar no mercado de trabalho, nem mesmo condições de habitação que lhes proporcionem qualidade de vida.

A vulnerabilidade da agricultura espelha a crise em que se encontra a natureza humana, a qual decreta de imediato um processo de transição ecológica. Para Guimarães (2001):

A transição ecológica caracteriza-se por uma verdadeira revolução dos padrões de produção e de consumo. Esta revolução desconectou-nos, um pouco de nossas necessidades biológicas, tornou-nos mais alienados de nós mesmos e do respeito aos nossos sócios da natureza, deixou-nos mais premidos pelo uso de quantidades crescentes de recursos de poder para garantir a incorporação (e destruição) de ambientes extranacionais capazes de garantir a satisfação dos padrões atuais (insustentáveis) de consumo (p. 54).

Essa transição a que se refere Guimarães está relacionada a diversos aspectos, entre os quais o tecnológico, já que este remete ao emprego de quantidades crescentes de energia, muitas vezes provocando o aumento da entropia (entendida como a medida da quantidade de desordem de um sistema). No aspecto ecológico, a transição refere-se à incorporação da natureza à cultura, à quebra do vínculo com a subsistência local, proporcionando a acumulação de bens de finalidades que não sejam a sobrevivência. No aspecto filosófico, a transição dá-se pela mudança da atitude de contemplação da natureza pela sua instrumentalização.

Tal instrumentalização é entendida como o uso da natureza pelo homem, em benefício próprio, considerando-a como objeto de uso e não como parte integrante do processo de desenvolvimento. Dessa forma, a maioria das práticas agrícolas e pecuárias em vigor infringe as leis básicas de funcionamento dos ecossistemas; por outro lado, não seria possível conceber uma comunidade civilizada sem esse processo de ocupação no Planeta.

Sobre esse aspecto, Mead (1970) afirma que é preciso assumir as conseqüências, considerando que jamais seremos capazes de retornar ao modo de vida de nossos ancestrais, mesmo resgatando sua sabedoria original, a qual nos auxiliaria a entender melhor o que vem ocorrendo, hoje, quando uma geração quase inocente de senso histórico precisa aprender a conviver com um futuro duvidoso para o qual não foi preparada.

Na visão de Brandenburg (2005), a implementação de políticas governamentais, no primeiro período da modernização agrícola, baseada no subsídio à agricultura, à extensão rural e à pesquisa agropecuária para modernizar o campo, aponta ainda para o progresso social e econômico. No entanto, esse discurso não se sustenta, uma vez que provocou todo um processo de exclusão do pequeno agricultor, que, para sobreviver, passou a se organizar em sindicatos e em instituições ligadas à igreja, como pastorais religiosas e associações, passando a questionar as políticas agrícolas e as técnicas implementadas por elas.

Esses grupos organizados passaram a propor soluções alternativas saudáveis, como a adoção de adubação verde, o plantio direto, o uso de biofertilizantes líquidos, a vermicompostagem, cujos projetos experimentais vêm sendo desenvolvidos em várias partes do país, principalmente na Região Sul, direcionados mais à agricultura familiar, pois esta é bem representativa em escala nacional. Nesse sentido é que a agroecologia passa a discutir não só os problemas em relação à adoção de técnicas alternativas de uso do solo, como também as questões sociais relacionadas à distribuição da terra, da renda e dos alimentos, os conhecimentos tradicionais dos povos e sua cultura.

2.3 AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE PARA AS PEQUENAS COMUNIDADES DE LAVRADORES

Na perspectiva de buscar alternativas sustentáveis para as pequenas comunidades de lavradores, Pires (1998) afirma que poderá ser uma evolução do atual modelo de produção agrícola para um modelo que combinará a agricultura tradicional com a alternativa. Para muitos autores, a solução para essa agricultura poderá ser específica para cada agroecossistema, substituindo-se a especialização pela diversificação de culturas, atentando-se para a saúde dos agricultores e dos consumidores, para a estabilidade do ambiente, assegurando os lucros dos agricultores a longo prazo e para uma produção que atenda às necessidades atuais da sociedade, considerando também as gerações futuras.

O autor menciona ainda outras técnicas, como as de reduzir a criação de animais, de estabelecer o manejo integrado de pragas, adotar formas de fertilização orgânica e verde, utilizar técnicas adequadas de plantio e trabalho da terra, fazer o controle manual de ervas daninhas, praticar a agroflorestação, a rotação de culturas, a integração da produção animal e vegetal, a economia de insumos, dentre outros, convergindo em três regras básicas: estabilidade, resiliência e equidade.

Todas essas alternativas de desenvolvimento sustentável tornaram-se referência a partir de experimentos realizados ao longo da história, uma vez que, para Gomes (1991):

É pela prática que o ser humano cria as condições materiais de sua existência na sociedade. É pela prática que estabelecemos a nossa união concreta com o mundo exterior, revelando-nos as sensações, as percepções, as representações, as quais funcionam como nexos entre os conhecimentos (sensorial e conceitual). É pelo mecanismo da prática – produção, experimentação, luta de classes – que testemunhamos a veracidade de nosso saber (p. 19).

Com base nesse cenário, segundo Schmidt (2001), é necessário fortalecer a agricultura familiar¹⁹, bem como reconstruir a cidadania no campo, apontando, como caminho viável, a agricultura orgânica, transportando-a da

¹⁹ Entendida como “uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas” (CARNEIRO, 1999, p. 329). Nesse sentido, a agricultura familiar exige que pelo menos um membro da família associe as atividades de administrador da produção e trabalhador. Inclusive, em algumas regiões do país, a agricultura é apenas um componente da economia familiar, pois cada vez mais outras atividades vêm sendo vinculadas, que não a agricultura propriamente dita.

marginalidade para elemento estratégico, por meio de análise das mudanças nas formas de comercialização e no perfil do consumidor dos produtos.

A participação da agricultura familiar na economia nacional, segundo Mota & Schmitz (2005), possui uma característica importante pela sua

participação na produção de alimentos e na geração de ocupações, equilibrando-se entre a maior ou menor destinação dos produtos ao mercado e ao abastecimento. [...] funciona como uma proteção quanto às oscilações do mercado, visando, em última instância, evitar que a família sofra as consequências da falta de alimentos (p. 200).

Cabe mencionar também as atividades rurais não-agrícolas nas pequenas propriedades cujos benefícios, segundo Carneiro (1999), vão desde o incremento na renda, até uma segurança para períodos de crise na agricultura ou de desemprego.

O Censo Agropecuário do IBGE 1995/96, para Oliveira (2004), expressa serem a pequena e a média unidade de produção, as responsáveis pela maior parte da produção agropecuária. Os dados apontam que, dos 17,9 milhões de trabalhadores rurais, 87,3% estão empregados nas pequenas unidades; 10,2% estão empregados nas médias unidades e apenas 2,5% estão empregados nos latifúndios.

Dessa forma, concorda-se com Mota & Schmitz (2005), ao afirmarem que os dados mostram que a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação no meio rural e também na economia nacional, de forma que necessita de maior investimento para o setor e que este seja continuado e melhor distribuído entre as regiões. Para os autores, muitas são as vantagens da agricultura familiar, pois, além de manter o homem no campo, garante a sua subsistência; contribui para a conservação do ambiente na medida em que utiliza pouco ou nenhum insumo químico; produz alimentos mais saudáveis e valoriza a cultura local, uma vez que os conhecimentos e técnicas de trabalho com a terra, na pequena propriedade do meio rural, geralmente são transmitidos de geração para geração.

Frente às evidências, para Caporal & Costabeber (2002) e Romeiro (2003), uma forma vantajosa seria estabelecer uma associação entre a agricultura familiar e a agricultura orgânica, fazendo prevalecer questões éticas, ou seja, a manutenção do homem no campo e a inserção dos produtos por ele produzidos no mercado, atendendo aos requisitos de agricultura agroecológica e a questão do desenvolvimento rural sustentável, que abrange as dimensões ecológica, econômica

e social, em primeira instância; as dimensões cultural e política, em segunda instância e a dimensão ética, em última instância.

Caporal & Costabeber (2002) afirmam que a dimensão ecológica abrange a permanência e reabilitação da base dos recursos naturais, cabendo aí a preservação e/ou melhoria das qualidades químicas, físicas e biológicas do solo e, também, a manutenção e/ou melhoria dos mananciais hídricos, da biodiversidade e dos recursos naturais em geral.

A dimensão social, para esses autores, compreende a equidade na absorção do usufruto dos recursos gerados e dos custos da produção desses recursos, por todos os segmentos da sociedade envolvida. A dimensão econômica visa aumentar a produção e a produtividade através de balanços agroenergéticos positivos. A dimensão cultural está pautada num modelo de intervenção que respeite a cultura local das populações rurais. A dimensão política envolve os processos democráticos de participação, cabendo o envolvimento dos atores em todas as instâncias decisórias, e a dimensão ética está relacionada ao comprometimento da vida no Planeta, com a qual temos responsabilidade direta pelas nossas ações sobre os recursos naturais.

Sendo assim, entende-se que a agricultura familiar encontra um caminho possível na agricultura agroecológica, cabendo aos participantes desenvolver associações e cooperativas que facilitem a viabilização da certificação de seus produtos, para competirem nos mercados mais próximos. Como exemplo, pode-se citar o caso apresentado no programa Globo Rural, de 30 de abril de 2006, em que uma cooperativa localizada próximo a Montes Claros - MG, por meio de seus cooperados, negocia a venda de derivados dos frutos do Cerrado, com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo esta a intermediária entre as creches e os asilos locais (GLOBO RURAL, 2006).

Esse exemplo mostra uma forma garantida de comercialização dos produtos, pois se trata de um mercado local, que possui familiaridade com o tipo de cultura, podendo, inclusive, garantir maior credibilidade do consumidor sobre os produtos, cuja qualidade os interessados poderão comprovar *in loco*.

A sustentabilidade na produção incorpora técnicas alternativas saudáveis, atendendo aos princípios da agroecologia. Sendo assim, é mister que essas alternativas tecnológicas menos agressivas ao ambiente, passem a fazer parte das políticas públicas e sejam disseminadas, de forma a atender as especificidades

regionais, buscando a potencialização do ambiente, com o mínimo de impactos, incorporando a prática do desenvolvimento sustentável.

Nessa linha de pensamento, o estudo da Comunidade Voadeira requer uma análise da estrutura sócio-econômica ali estabelecida, para verificar as condições de vida dos moradores e averiguar se há sustentabilidade nas atividades praticadas por eles. Ao conviverem moradores, frutíferas, araras, periquitos e tucanos, sendo o controle de pragas totalmente natural, a impressão que se tem, ao chegar à Comunidade Voadeira, é de que a modernidade ainda não chegou.

Nosso estudo mostra que a falta de terra para o cultivo de frutíferas ou para o desenvolvimento de outras atividades agrícolas, a falta de conhecimento a respeito da importância da preservação e conservação da natureza, são os principais indicadores da insustentabilidade da Comunidade. Exemplo disso é a matéria-prima (caju, jaca, manga e mamão) que, uma vez colhida nos próprios quintais das famílias de Voadeira, é insuficiente, levando a Associação a recorrer às chácaras e fazendas vizinhas para comprar (vide **Figura 1**), fato que gera aumento dos custos para a atividade.

Figura 1



Plantas de caju em chácara vizinha à Comunidade, 20/09/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Outro gargalo é a necessidade de comprar lenha, muito utilizada na produção de doces, o que contribui para a degradação ambiental, pois não há uma política de reflorestamento para a Comunidade.

Observa-se que a Comunidade Voadeira sofre com a falta de uma política que dê condições de manter as atividades ali desenvolvidas, cujos caminhos devem transitar, obrigatoriamente, pelas áreas social, ambiental, tecnológica e econômica, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

No capítulo 3 faz-se um levantamento da ocupação da Região Centro-Oeste, nos anos 1960, fomentada pelos altos incentivos estatais, suas contribuições e conseqüências para as pequenas comunidades de lavradores.

3 REGIÃO CENTRO-OESTE, REGIÃO DE FRONTEIRA AGRÍCOLA A PARTIR DOS ANOS 1960

Este capítulo faz um estudo do processo de ocupação da região Centro-Oeste que se acentua nos anos 1960 e 1970, pela grande quantidade de incentivos fiscais para o setor do agronegócio. Toda essa dinâmica, ao mesmo tempo em que gera divisas para a região, acaba por excluir as comunidades tradicionais que viviam da agricultura de subsistência, como é o caso Comunidade Voadeira, objeto deste estudo.

3.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CENTRO-OESTE A PARTIR DOS ANOS 1960

Para entender melhor o processo de ocupação da região de Barra do Garças, é importante analisar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento da região Centro-Oeste. Nesse sentido, a “Marcha para o Oeste”, um projeto geopolítico dirigido pelo governo para ocupar e desenvolver o interior do Brasil, lançado nos anos 1930, foi decisiva para o desbravamento da região.

Em 31/12/1937, de acordo com Cavalcante & Costa (1999), o governo de Getúlio Vargas anunciou a criação de uma política que visava à ocupação do interior brasileiro - a “Marcha para o Oeste”. De acordo com as diretrizes oficiais, a intenção da “Marcha para o Oeste” seria a expansão das fronteiras do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, ou seja, dever-se-ia promover a migração e ocupação do Centro-Oeste que teria como base trabalhadores da região nordeste.

Na década de 40, o Governo Getulista organizou a Expedição Roncador-Xingu, ainda como parte da “Marcha para o Oeste”, com o propósito de desbravar e mapear a estrutura fundiária e para saber quem eram os moradores da região. Segundo Cavalcante & Costa (1999) e Lima Filho (2001), a intenção de desbravá-la era para, em seguida, entregá-la à expansão capitalista. A expedição foi organizada pelo Ministro João Alberto, que fez o loteamento do povoado de Barra do Garças em um importante ponto de logística para um processo de desenvolvimento. O principal objetivo foi abrir uma estrada para a ligação do Sul com o Norte, fixar núcleos populacionais, ao longo das estradas, e uni-los por meio de linhas telefônicas.

Cavalcante & Costa (1999) revelam ainda que, em 1950, a expedição atingiu a Serra do Cachimbo, divisa do Estado de Mato Grosso com o Pará. Ela, ainda, estabeleceu a navegação regular nos rios interiores, provocou também o surgimento de cidades, como Aragarças e Nova Xavantina, a construção de treze campos aéreos e cinco rodovias, infra-estrutura que promoveu o desenvolvimento da pecuária e da agricultura nos chapadões. As regiões, antes ocupadas somente pelos nativos, viram-se integradas ao capitalismo; em contrapartida, os nativos sofreram massacres e perdas de suas terras.

A presença da “Expedição Roncador-Xingu”, da Fundação Brasil Central (FBC) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) na Amazônia proporcionaram vultosos empreendimentos os quais são responsáveis por todo um processo de desenvolvimento e integração da região ao restante do Brasil.

Nesses termos, Cardozo (1991), afirma que “O advento da Fundação Brasil Central no município de Barra do Garças, não obstante os limitados efeitos, em termos de proposta social, foi importante para o processo de desenvolvimento da região” (p. 86).

A FBC teve como tarefa essencial montar uma infra-estrutura com o objetivo de incorporar parte da região do Brasil Central ao mercado nacional, fato que originou uma onda desenvolvimentista, a partir da segunda metade de 1970. Nessa década, de acordo com Ribeiro (2001), o município de Barra do Garças foi um dos que recebeu maior investimento financeiro, atingindo uma influência política e econômica a um raio de 300 km, na região do Vale do Médio e do Baixo Araguaia.

Segundo Pietrafesa (2002), o processo de ocupação da região Centro-Oeste ocorreu, de forma mais intensa, nas décadas de 1950 e 1960, estimulando o crescimento populacional em Mato Grosso e Goiás, com migrantes vindos do Nordeste e de Minas Gerais. Contribuíram para o desenvolvimento da agricultura na Região, a partir da década de 60, tanto os investimentos governamentais na rede de transportes e armazenagem, como o desenvolvimento de pesquisas agropecuárias e a liberação de crédito agrícola subsidiado. A abertura dessa região para o capital, segundo Pietrafesa (2002), levou o governo a estimular a ocupação de áreas inabitadas existentes no País. Para isso, os projetos de colonização e migração espontânea pretenderam dinamizar a produção agrícola, aliada ao aproveitamento da mão-de-obra excedente, vinda principalmente do Nordeste.

No pós anos 1960, o Governo da União resolveu, frente aos graves problemas sociais, estimular a colonização de toda a região Norte e Centro-Oeste, através do projeto de integração nacional, o qual visou esvaziar as tensões existentes principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Sul. Para povoar a Amazônia, segundo Siqueira (1990), era fundamental investir em obras infra-estruturais: ferrovias, rodovias, colonização, reforma agrária, etc. Assim, o Governo Médici, em 1970, criou o Plano de Integração Nacional (PIN). Nesse momento a região de Barra do Garças foi integrada ao Projeto do Governo Federal como um pólo de desenvolvimento econômico, de modo que a construção da BR 158, de Barra do Garças a São Félix do Araguaia, tornou-se tão importante ao fazer a ligação da região com a Amazônia.

Com a construção dessa rodovia e com os múltiplos incentivos oferecidos pelo governo federal, deslocaram-se para a região grandes capitalistas que realizaram investimentos lucrativos na pecuária, na agricultura, nas madeiras, na extração de metais e em outras atividades. Esses capitalistas, vindos principalmente de São Paulo e da Região Sul, ao chegarem à região, receberam grandes extensões de terras e, através de financiamentos bancários, passaram a utilizar tecnologias modernas, as quais praticamente dispensam o trabalhador braçal. Assim, os trabalhadores que desenvolviam agricultura tradicional, baseada nos recursos naturais e no trabalho familiar e com alto grau de consumo, sofreram um processo de estrangulamento, ou seja, foram deslocados para áreas de difícil acesso ou para novas áreas de fronteira.

As próprias condições econômicas dos agricultores tradicionais não permitiram acesso a crédito, impedindo a modernização de suas atividades. Dessa forma, as alternativas encontradas foram de tornarem-se mão-de-obra do grande capitalista e, na medida de suas possibilidades, desenvolverem pequenos plantios para subsistência.

Essas comunidades tradicionais, formadas em sua maioria por nordestinos e nortistas que moravam na região, continuaram as atividades de subsistência, sem qualquer incentivo por parte do governo e vão formar a agricultura familiar na região Centro-Oeste, alguns guiados por “concepções milenaristas”, como afirma Martins (1996):

Pude observar que as migrações espontâneas do nordeste para a Amazônia, para um número muito grande de pessoas, estão

motivadas por concepções milenaristas. Em diferentes pontos de uma extensão de cerca de oitocentos quilômetros ao longo do rio Araguaia encontrei diversos grupos de camponeses que chegaram à região inspirados pela profecia do Padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio. E tive notícia de um grupo desgarrado, empenhado na mesma busca, que se estabelecera à beira do rio Tocantins. Esse lugar mítico é reconhecido como o lugar das Bandeiras Verdes, que ninguém sabe dizer exatamente o que é nem onde é. Mas, seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o nordeste árido e latifundista (p.54).

Isso pôde ser percebido no sonho dos moradores da Comunidade Voadeira, como afirma uma das primeiras moradoras do núcleo “[...] nós saímos de lá [de Cícero Dantas – BA], como quem ia para o céu” (M. M. S., 80 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 20 de setembro de 2006).

O processo de ocupação das regiões de fronteira, no Centro-Oeste, desde 1970 tem provocado grandes danos às populações locais que, nas palavras de Ribeiro (2001), ocorrem “primeiramente sobre as populações indígenas, depois sobre os camponeses pobres das frentes de expansão.” Uma análise mais detalhada “nos informa que o colono capitalizado do sul do país e o tipo de desenvolvimento implantado na Amazônia Legal foram cruciais para limpar do sertão aquilo que ‘não presta’, isto é, índios e posseiros.” (p. 52).

As palavras de Ribeiro (1993) revelam ainda que:

A partir da década de 1970 o Governo Federal monta um processo de colonização dirigida à Amazônia. Através do Programa de Integração Nacional – PIN, criou obras de infra-estrutura e montou uma dinâmica de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esses dois requisitos tornaram-se a linha de frente da valorização da região amazônica e sua posse efetiva pelo capital. (p. 06)

Nesse sentido, a política de colonização e assentamento, segundo técnicos do governo, tinha como finalidade permitir o acesso à terra de forma “mais humana e racional”. No entanto, o projeto intencionava, inicialmente, transferir colonos provenientes do Nordeste e do Centro-Sul do Brasil, áreas de fortes tensões sociais, decorrência da gritante concentração de terras por parte de grandes proprietários, que excluía grande número de trabalhadores do acesso à terra.

Segundo Ribeiro (1993), essa concentração é decorrente da história de apropriação de terras e do processo de modernização do campo iniciada na década de 1950, e que levou à substituição de culturas tradicionais, como feijão, arroz, mandioca e etc., pelas culturas de exportação, no caso, a soja, o trigo, o milho, o café e a cana-de-açúcar, fato que provocou a expulsão de grande número de camponeses que, expulsos das terras, segundo esse autor, acabam por se tornar força de trabalho para as obras de infra-estrutura implantadas pelo Governo Federal, tais como rodovias, ferrovias, aeroportos, hidrelétricas e portos, cujos objetivos são a reprodução, a acumulação e a ampliação do capital.

Num segundo momento, especificamente no final de 1973, o Governo Federal pôs fim ao projeto de colonização baseado na migração espontânea; para isso, a justificativa era a implantação de uma agricultura mais racional e em moldes capitalistas, como só o agricultor do sul do país poderia fazê-lo, uma vez que já estava acostumado a isso. Esse argumento, em vez de servir para reformular a proposta de colonização, contribuiu apenas para a substituição da agricultura de subsistência pela agricultura em moldes empresariais, com a produção em grandes áreas e uma exploração predatória.

A partir desse momento, Ribeiro (1993) afirma que o Governo Federal passou a adotar uma política de incentivo à colonização de pequenos produtores capitalizados, sob a iniciativa de empresas colonizadoras e cooperativas. Outra medida adotada foi a concessão de enormes parcelas de terras e incentivos fiscais a grandes grupos econômicos que quisessem se instalar na Amazônia.

Cavalcante & Costa (1999) retratam bem o processo de expansão do capital e suas conseqüências, no trecho a seguir:

A proteção do Estado aos grandes fazendeiros, latifundiários e empresários, bem como a expropriação e exploração exacerbada do trabalhador, levanta o problema da reprodução da posse e do posseiro.

A feição selvagem do capitalismo nas fronteiras agrícolas Mato-grossenses não se restringe apenas a exploração do peonato. A redução do contingente de trabalhador assalariado permanente, de pequeno parceiro a arrendatário, é o reflexo da expropriação progressiva, da ampliação dos latifúndios.

Isto ajuda a compreender o aumento assustador da posse e do posseiro, [...] (p. 136).

Todo esse processo de expansão do capital na Amazônia Legal dificultou o acesso do pequeno agricultor às terras da região, uma vez que a maioria não possuía poder aquisitivo para adquirir uma parcela de terras ofertadas pelas

cooperativas e empresas imobiliárias, fato que muitas vezes o levou à abertura de empréstimos bancários que, posteriormente, os obrigou a entregar suas terras como forma de pagamento.

Resta-lhe, então, de acordo com Ribeiro (1993), a opção de se tornar força de trabalho para o capital. As opções de trabalho aos destituídos de capital era trabalhar nos grandes empreendimentos em processo de implantação; ou a luta, ou a resistência, para permanecer na terra; uma luta que era acompanhada de reivindicações por melhores condições estruturais.

A região Centro-Oeste, especificamente o município de Barra do Garças, sofreu os impactos desse processo de desenvolvimento regional proposto pelo Governo Federal, uma vez que recebeu incentivos para implantação de toda uma infra-estrutura, destinada a dinamizar a região, tornando-a pólo de desenvolvimento.

A concessão de incentivos fiscais para fomentar projetos aprovados pela SUDAM e pela SUDECO²⁰ foi a forma de atingir uma produção agropecuária nos moldes capitalistas, ou seja, promover os grandes empreendimentos na região.

3.2 O RECENTE PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE: COMO INCORPORAR AS COMUNIDADES QUE VIVEM DA AGRICULTURA TRADICIONAL

Com o objetivo de acelerar ainda mais o desenvolvimento do Centro-Oeste, recentemente o Governo Federal criou o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2007-2020 (2006), cujo eixo norteador é o desenvolvimento regional sustentável.

A justificativa para o lançamento de tal Plano é que essa região possui uma dinâmica econômica resultante da rápida penetração da agropecuária, concentrada na produção de grãos e carne, com altos níveis de produtividade que ocupam um espaço crescente no agronegócio e nas exportações brasileiras. O excelente desempenho do comércio exterior dessa região, conforme o Plano Estratégico, embora com deficiências em termos de infra-estrutura econômica e

²⁰ Órgão criado pela Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967 e extinto em 1990. Está em discussão no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº. 184 de 07/06/2004, de recriação da SUDECO, com o objetivo de articular diferentes instituições e agentes para implementação das prioridades que promovam o desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste, e assumir o papel de agente articulador e coordenador de atores públicos e privados. Para maiores informações consultar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007-2020), Brasília, 2006.

logística regional, de certo isolamento e elevados preços de transporte, é compensado pela alta produtividade (obtida pelas condições do relevo e qualidade da tecnologia agropecuária) e o baixo custo da produção de soja (30% menor do que o norte-americano).

Diante do elevado dinamismo da economia regional, lembram os formuladores do documento governamental que as condições de vida da população do Centro-Oeste foram bastante limitadas. Apesar dos indicadores sociais serem melhores que a média nacional²¹, a realidade social da Região contrasta com a acelerada expansão da economia que deixa um rastro preocupante de degradação ambiental e pode comprometer a sua própria sustentabilidade.

Outro fator preocupante que o plano aborda é o nível de escolaridade e alfabetização na década de 1990²², pois o Centro-Oeste registra pouco mais de 10% de não-alfabetizados, ainda muito acima do Sul e do Sudeste, sendo o Mato Grosso o Estado da região com o maior número, com registro de 11,6% na população de 15 anos e mais. Tem ainda o menor índice de escolaridade da Região, com 5,5 anos médios de estudos. Em se tratando do esgotamento sanitário, conta apenas com 29,8% das residências com tratamento, contribuindo para impactos negativos ao ambiente.

Pela sua relevância, a questão ambiental é contemplada no Plano e mostra preocupação com a rápida e recente ocupação na faixa de floresta tropical úmida, ao norte de Mato Grosso, o que gerou grandes áreas desmatadas, devido à mecanização intensiva, às queimadas e à extração de madeira, provocando sérias conseqüências ao meio ambiente. Os impactos vão desde a redução da diversidade da fauna e da flora, da deterioração das bacias hidrográficas, da erosão do solo até de doenças respiratórias, riscos de incêndios e aumento da emissão de gás carbônico. Este último, um dos principais responsáveis pelo efeito estufa e aquecimento do Planeta.

²¹ IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, indicador síntese de renda, educação e expectativa de vida. O Centro-Oeste passou de 0,717 em 1991, para 0,788 no ano 2000 (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2006). Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/>>. Acesso em 03/02/2007.

²² A taxa de escolarização em Mato Grosso, atualmente ficam em: 72,3% para crianças de 5 ou 6 anos; 96,4% para crianças de 7 a 14 anos; 81,4% para jovens de 15 a 17 anos; 31,9% para adultos de 18 a 24 anos e 6,9% para adultos de 25 anos ou mais. Fonte: PNAD 2005 < www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de maio de 2007.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2001), a ocupação desordenada levará a uma perda média de solos nas culturas de grãos nos Cerrados, girando em torno de 10 quilos por quilo de grão produzido, por erosão eólica-hídrica, cujos custos serão insuportáveis, quer pela perda de fertilidade, que requer reposição via insumos químicos, quer pelo assoreamento e poluição das bacias hidrográficas.

Fazem parte do Plano também a discussão a respeito dos conflitos fundiários, a regularização e titulação das terras que geram restrições econômicas, à medida que criam insegurança nos investidores e dificuldade de financiamento à produção. O tratamento do problema demanda iniciativas políticas por parte dos governos, especialmente dos Estados, tanto para mediar os conflitos, como para acelerar o processo de demarcação e regularização da posse da terra dos diversos grupos sociais interessados.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2006) deve ser pulverizado em planos e projetos territoriais de pequena escala (bacias, meso ou microrregiões, aglomerados e municípios, ecossistemas etc.) de caráter operacional. A SUDECO e seus parceiros na rede devem estimular a elaboração participativa dos referidos planos e, ao mesmo tempo, incentivar a configuração de instâncias locais de gestão participativa. Embora tendo flexibilidade para a formação de múltiplos modelos institucionais, de acordo com as características e escolhas de cada território, será estimulada a constituição de organizações institucionais, nos moldes das agências de desenvolvimento locais, que comprometem o governo federal, os governos estaduais e municipais, e envolve as instituições privadas.

Nesse contexto, espera-se que a política de desenvolvimento regional proposta pelo governo tenha a participação maciça das comunidades envolvidas na sua efetivação e a aplicação dos projetos contemplados no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste seja eficaz, de forma a amenizar as desigualdades regionais e locais, tão evidentes. Do contrário, estar-se-á contribuindo ainda mais para a exclusão de grupos minoritários, em privilégio da ampliação da propriedade fundiária em moldes capitalistas, como ocorre na Comunidade Voadeira, objeto deste estudo. Hoje a Comunidade sofre as conseqüências do processo de reprodução e expansão do capital no campo, iniciada nas décadas de 1960 e 1970.

A política de investimentos estatais para a região contribuiu para o fortalecimento de grandes empreendimentos agropecuários e veio a reforçar a

exclusão ou a formação de núcleos de pequenos agricultores, como é o caso da Comunidade Voadeira. Nesse aspecto, concorda-se com Santos (1998), quando este afirma que:

O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar contra as oscilações dos preços externos e internos e a ganância dos intermediários. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhes são negados sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais (p. 29).

Santos aborda um ponto importante da problemática vivida pela população rural, na qual se insere a Comunidade Voadeira. Ela carece dos serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, emprego, transporte, enfim, essa realidade espelha a distância que há entre a vida vivida e uma verdadeira cidadania.

Diante dessa realidade, a análise que se faz é a de que as pequenas comunidades, como é o caso de Voadeira, devem se organizar e, com o apoio do poder público, da iniciativa privada e de outras instituições, discutir as potencialidades locais, com vistas a desenvolver formas alternativas de geração de renda e de permanência dos moradores na Comunidade.

Nesse aspecto, pode-se considerar a importância do PRONAF, como política pública que, via prefeitura, pode beneficiar a Comunidade Voadeira, no sentido de demarcar a área de terras pertencentes aos moradores locais.

Esse caminho necessariamente se dará com a aplicação de políticas públicas que dêem conta do gerenciamento dos recursos naturais e financeiros, com a participação de toda a Comunidade, em parceria com instituições, como a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural (EMPAER/MT), o Serviço de Apoio a Pequena Empresa (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, as Universidades, os empresários locais, na busca de apoio técnico, financiamentos, estudos de impactos sócio-ambientais e de viabilidade econômica das atividades. Essas ações devem estar aliadas ao contexto regional e global, uma vez que tanto as ações locais interferem no regional como no global e vice-versa.

É nesse aspecto que se discute a co-responsabilidade de todos para com a natureza, pois todos, uns mais que outros, têm sua parcela de contribuição nos processos de impactos nela gerados.

3.3 O MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS

Barra do Garças é município do Estado de Mato Grosso que, segundo o IBGE (2000), possui uma área de 9.142 km², com uma população de 52.092 habitantes e densidade demográfica de 5,6 habitantes por km². Do total de sua população, 47.843 moram na zona urbana e 4.249 na zona rural, ou seja, 91,8% residem no espaço urbano, uma relação extremamente alta para um município que se insere num vasto território, em que a economia é predominantemente agropastoril.

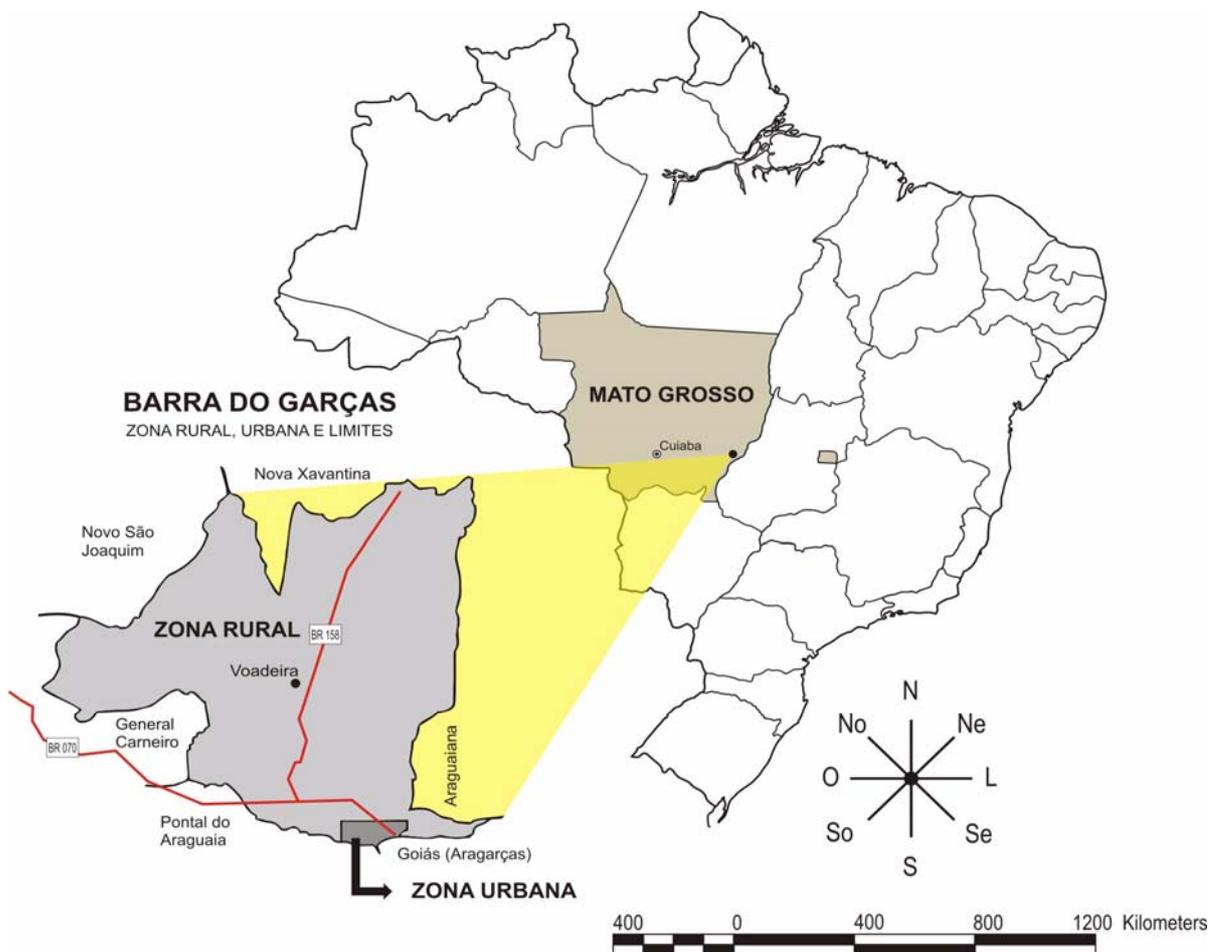
Situa-se às margens do Rio Araguaia, região Leste do Estado, na Microrregião do Médio Araguaia, fazendo limites com o município de Aragarças no Estado de Goiás e com os municípios de Torixoréu, General Carneiro, Nova Xavantina, Araguaiana e Novo São Joaquim, no Estado de Mato Grosso (vide **Figura 2**).

O primeiro registro de penetração em solo barra-garcense data de 1672 e, segundo Ferreira (1958), foi realizada:

[...] pela “bandeira” chefiada por Bartolomeu Bueno – O Anhangüera – [...] ali foi encontrado pela expedição de Manoel de Campos Bicudo, que, subindo o Cuiabá (sic), até São Gonçalo Velho, ganhou a Chapada de São Jerônimo; cruzou o rio Paranatinga e prosseguiu rumo ao norte em busca de índios Coróas. Pires de Campos, um dos componentes da expedição, regressa a Cuiabá quase meio século depois, com o resultado da exploração, de onde surgiu a lenda dos tesouros dos “Martírios” presumivelmente localizados na zona vivida pelo sertanista [...] (p. 82).

No interstício entre essa primeira “bandeira” e o início do povoado que deu origem à cidade de Barra do Garças, ocorreu a formação de pequenos povoados no entorno, como Araguaiana – MT e Registro do Araguaia – GO, às margens do Rio Araguaia. Esses povoados eram formados por garimpeiros, que, em busca de ouro, viveram um período marcado por conflitos, por falta de recursos e por ataques indígenas.

Figura 2



Adaptado da Fonte: www.vetorizar.com/mapadobrasil. Acesso em 12/09/2007.
Organização Cartográfica: Alberto Santana Santos

Ocorreu um período de despovoamento da região, entre a decadência do ouro e o a descoberta do diamante, pedra preciosa cuja exploração iniciou-se, como informa Ferreira (1958), na foz do Rio Garças, por volta de 1895.

O povoado da atual cidade de Barra do Garças se iniciou com a vinda dos garimpeiros do Norte e do Nordeste, em busca de jazidas de diamantes na região, dando origem ao povoado Barra Cuiabana (margem esquerda do Rio Araguaia) e, na outra margem, a um povoado denominado Barra Goiana.

Segundo Ribeiro (2001), em 13 de junho de 1924, Barra do Garças foi fundada “pela iniciativa dos patrões do garimpo, Antonio Cristino Côrtes e Francisco Dourado” (p. 33). Eles orientaram a construção do povoado demarcando lotes e distribuindo-os para quem quisesse construir casas para morar. Rapidamente surgiram igreja, pensão, casa de comércio e escola, elevando-se à categoria de vila, depois, distrito de Araguaiana.

O crescimento rápido do povoado, segundo Ferreira (1958), rendeu-lhe, em 1932, a categoria de vila, pela Lei nº. 32 de 21 de dezembro de 1935. Em 15 de setembro de 1948, Barra Cuiabana emancipou-se, recebendo a denominação de Barra do Garças; e Araguaiana (antes sede do município) passou a ser distrito.

Em 1943, com a chegada da Expedição Roncador Xingu²³, foi fundada a cidade de Aragarças, no povoado de Barra Goiana e, no período de 1950 a 1954 foi construída a ponte sobre o Rio Araguaia, depois, sobre o Rio Garças, bem como a estrada (BR 158) até o Rio das Mortes, fato que marcou a integração de Barra do Garças com todo o Brasil.

A partir de então, se instalaram bancos, energia elétrica, serviços de água e esgoto, asfaltamento, urbanização, comunicação, escolas e serviços públicos, que impulsionaram o desenvolvimento de Barra do Garças.

Segundo Ribeiro (2001), “A intenção da Fundação Brasil Central era desbravar e colonizar o interior do Brasil, [...], as zonas compreendidas nos altos dos rios Araguaia, Xingu, no Brasil Central e Ocidental” (p. 35). No entanto, o processo de desenvolvimento de Barra do Garças ocorreu principalmente no período de 1950 a 1970, facilitado pela concessão de incentivos fiscais, por meio de organismos estatais, a partir do Governo Médici – Pós-64. Nesse sentido, pode-se dizer que, a partir de 1965, o município já estava preparado para a nova fase de efetivação das relações capitalistas no Centro-Oeste e na Amazônia²⁴.

A propaganda da qual se utilizava o governo para atrair migrantes, era de que, com a fartura de terras, era só chegar e tomar posse. Essa propaganda atraiu um contingente de pequenos agricultores, principalmente da região Nordeste e Centro-Sul, os quais sofreram a expulsão de suas terras de origem, pela entrada da modernização da agricultura.

Como já foi dito, essa migração para a Amazônia ocorreu via empresas de colonização, por meio das cooperativas que desencadearam um processo de

²³ A Expedição “Roncador Xingu” foi substituída pela Fundação Brasil Central ainda em 06 de outubro de 1943 e incorporada à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO em 1967.

²⁴ A partir do Governo Médici ocorreu toda a implementação de obras de infra-estrutura na Amazônia Legal. Os organismos estatais tiveram papel fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que os objetivos eram de desbravar e colonizar a região, através da implantação de uma infra-estrutura de transporte e de comunicação; fato que deu condições para a incorporação do município de Barra do Garças ao mercado produtivo nacional.

colonização dirigida que deu origem, na região do Araguaia, na década de 1970, às cidades de Canarana, Água Boa e Querência²⁵.

Dentro da estratégia de ocupação da Amazônia Mato-grossense, para Moreno (1998), o INCRA desenvolveu também diversos projetos de colonização em áreas de desbravamento. Esses projetos receberam diversas denominações, de acordo com as características do assentamento. Mas convergiram para os mesmos objetivos, quais sejam, eliminar conflitos sociais gerados pela expropriação sistemática de trabalhadores rurais nas regiões de elevada concentração fundiária, como o Nordeste e o Centro-Sul; criar, ao mesmo tempo, pela remoção dos expropriados, um bolsão de mão-de-obra nessas regiões, para viabilizar projetos de caráter empresarial agropecuários, agroindustriais ou de mineração.

A colonização da região, incentivada pelo Estado, com vistas a atrair produtores capitalizados e a entrada de empresas que aumentaram a área produtora pela ocupação de terras públicas é que ficou conhecida por “modernização conservadora”. Essa modernização é que imprimiu grandes impactos ambientais na região, tais como o desmatamento, a inserção de espécies exóticas, como o capim *brachiaria*, a poluição de mananciais pelo uso de agrotóxicos e a destruição de espécies nativas.

Barra do Garças é parte integrante da Amazônia Legal e dispõe de uma malha viária formada pelas rodovias BR 158, que leva às cidades do Baixo Araguaia até a divisa com o Pará, na região do Xingu; e a BR 070, que leva à região sudoeste do Estado.

Ribeiro (2001) informa que, antes da década de 1970, a cidade era composta por uma população urbana basicamente de aventureiros e remanescentes de áreas do garimpo e da área rural, por trabalhadores, posseiros ou agregados nas

²⁵ Segundo Varjão (2004), até 1973, Barra do Garças era o maior município do mundo, com quase 176 000 km², sendo posteriormente desmembrada e “Hoje, na área que formava Barra do Garças, estão instalados 19 municípios mato-grossenses” (p. 57). Nesse sentido, Ferreira (1958), aponta que a área do município era ainda maior e que “com o desmembramento de sua área para formação de outras comunas, Barra do Garças, do 1^o. lugar que ocupava, passou a ser o 2^o em relação às áreas dos demais municípios mato-grossenses, com 194 826 km², ou seja, 14,86% da área do Estado, superado apenas por Chapada dos Guimarães” (p. 85). Sobre esse aspecto, Lima Filho (2001) aponta que o município, antes do ano de 1966, possuía aproximadamente 195 000 km² e abrangia as cidades de Santa Terezinha, Luciara, São Félix do Araguaia e “lugares importantes no imaginário regional, como a Serra do Roncador e rios como o Xingu, Kuluene, Rio das Mortes, Tanguru, Suiá-Missu entre outros” (p. 76).

fazendas, oriundos dos estados da Região Norte, Região Nordeste e do Estado de Minas Gerais.

O processo de colonização foi intensificado na década de 1970. Nesse período, segundo Ribeiro M. (2005), uma grande leva de migrantes de diversas partes do país chegou à região, atraída pelos altos investimentos estatais. Barra do Garças passou a ser um pólo de desenvolvimento, pois recebeu cooperativas, cujos projetos de colonização originaram novas cidades no interior, como Canarana, Água Boa e Querência, que serviram de apoio logístico para o desenvolvimento do campo.

Segundo Oliveira (apud LIMA FILHO, 2001), em 1970, a SUDAM proporcionou incentivos fiscais para implantação das Sociedades Anônimas, que passaram de 50% para 70%. Duarte (apud LIMA FILHO, 2001) aponta que, das 189 empresas que receberam incentivos da SUDAM entre os anos de 1967 e 1982, 64 delas se concentraram na região do Araguaia, sobretudo no município de Barra do Garças, e 15 no município de Luciara.

O crescimento da zona urbana de Barra do Garças, levou à sua estruturação em distritos e povoados no seu entorno, que hoje compõem-se de: distrito de Vale dos Sonhos, distrito de Toricoeje, distrito de Indianópolis, povoado Tabazul, povoado Voadeira e o Monchão do Arueira.

É nesse contexto que se situa a Comunidade Voadeira, objeto de nossa pesquisa.

O município de Barra do Garças é composto por uma vegetação que se constitui de matas, cerrados e campos cujas pastagens naturais facilitam o desenvolvimento da pecuária, fonte básica da economia local. De clima tropical, o município possui um período chuvoso (outubro a março) e outro seco (abril a setembro).

Situada à margem esquerda do Rio Araguaia, a cidade possui um potencial hídrico muito grande, sendo o Rio Araguaia o mais importante. Seus afluentes, o Rio das Garças, o Rio das Mortes, além de ribeirões, córregos e lagos compõem a bacia hidrográfica do município, que facilita a agricultura.

Vale ressaltar também as comunidades indígenas que compõem a região, como as tribos Xavante e Bororo. As atividades que desenvolvem baseiam-se em plantações, criação, caça, pesca e artesanato. A população indígena da região, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2004, era de 2.440 índios.

A FUNAI (2004) informa que a Missão Salesiana de São Marcos atua junto ao povo Xavante, na Reserva Indígena São Marcos, no município de Barra do Garças, desde 1958. A reserva hoje possui uma área de 188 478,26 ha, composta de 26 aldeias, com 20 a 400 pessoas em cada aldeia e suas principais necessidades são: a conservação de estradas, esgoto sanitário, energia elétrica e água potável.

A Missão Salesiana Sagrado Coração, segundo Camargo (2001), também lutou em favor dos índios Bororo, na demarcação de terras, no município de General Carneiro/MT. O Padre Rodolfo Lunkenbein (37 anos), por apoiar a demarcação do Território Bororo do Meruri, e Simão Cristino Bororo, que foi defender o padre, foram mortos no pátio da Missão, em 15 de julho de 1976. Foram também gravemente feridos os Bororo Lourenço Rondon Cibae Ewororo, então cacique daquela comunidade, Dona Tereza, mãe de Simão Cristino, José Rodrigues Boiadowu e Gabriel dos Santos Bakorokudu. Uma bala perdida atingiu também um rapaz, filho de um morador da região. À custa desses sacrifícios os Bororo do Meruri têm hoje a sua terra demarcada e registrada.

Essas tribos indígenas, nas palavras de Ribeiro (2001), passaram a sofrer pressões com a chegada de colonizadores, já na década de 30:

[...] as frentes de expansão avançaram e ainda avançam sobre as terras tribais que, na região de Barra do Garças, pertenciam aos índios bororos e xavantes. Com a chegada das frentes pioneiras, momento que se caracteriza pelo uso privado das terras, em que estas assumem a equivalência de mercadoria, essas populações serão sumariamente expulsas para dar lugar às grandes empresas, fazendas e aos projetos de colonização. Por esses motivos, migram para outros locais do estado ou para as periferias das cidades (p. 52).

Nas primeiras décadas do século XX, os sertanejos que migraram para a Região Central do Brasil, oriundos das Regiões Norte e Nordeste, segundo Ribeiro M. (2005), vieram em busca de melhores condições de vida. Assim, formavam caravanas e deslocavam-se em lombos de burros e a pé, com muita dificuldade para vencer o percurso; muitas vezes paravam para trabalhar em fazendas e ganhar um dinheiro para seguir viagem, que podia durar de meses a anos. Apesar das dificuldades de comunicação da época, as notícias de que a região era promissora, foram levadas por canoeiros, comerciantes, tropeiros e aventureiros, fazendo com que muitas famílias se deslocassem de seu lugar de origem para explorar esse imenso sertão.

Esse processo de pressão sobre as terras indígenas foi agravado com a modernização agrícola implementada a partir dos governos militares.

No Capítulo 4, faz-se uma análise da Comunidade Voadeira, em seus aspectos sócio-econômicos e culturais, para entender o processo migratório de seus moradores, as conseqüências sofridas pela chegada do capital ao campo e as estratégias de sobrevivência por eles adotadas.

4 COMUNIDADE VOADEIRA: UMA RADIOGRAFIA SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL

A Comunidade Voadeira é um bairro rural, e faz parte do município de Barra do Garças – MT. Localizada a 18 km da cidade e a 500 km da capital, Cuiabá, tem atualmente uma população de 71 habitantes. Em pesquisa de campo, constatou-se que esses 71 habitantes remanescentes, residem em 24 casas do núcleo central, além dos habitantes residentes em chácaras e fazendas vizinhas.

A Comunidade Voadeira teve sua formação iniciada por volta de 1952, como relata um dos seus primeiros moradores, J.J.C., quando foi designado pela Agência dos Correios e Telégrafos para operar o telégrafo naquele local. Em entrevista, ele relatou que, lá chegando, encontrou apenas uma família moradora no lugar onde a Comunidade está constituída atualmente. Aos poucos foram chegando famílias da região, principalmente do município de Torixoréu – MT, como M. B. e seu esposo L., naturais da Bahia e considerados as primeiras lideranças da Comunidade. O Sr. A. M. F., também vindo da Bahia, havia trabalhado no garimpo de Baliza – GO e depois se mudou para Voadeira, sendo apontado como um dos responsáveis pela vinda de outros baianos à Comunidade, ainda no início da década de 1960.

Segundo J.J.C., nessa década, Voadeira já tinha uma média de 100 famílias, possuía uma pensão, uma farmácia e uma casa de comércio. O local, até o final da década de 1960, era rota da linha de ônibus que ia para a capital, Cuiabá.

Os migrantes, oriundos principalmente do Nordeste e de outras regiões de Mato Grosso, chegaram à região pelas notícias dos parentes que aqui já habitavam, de que a região era farta em terras e água, motivo que os levou a deixar a terra natal, local de seca e de dificuldades com a agricultura. Esses migrantes foram movidos pelo sonho de encontrar um lugar em que pudessem viver de forma mais decente, desenvolvendo uma agricultura que lhes desse melhores condições de vida.

Instalada às margens do Córrego Voadeira, a área da Comunidade pertencia à Fazenda Voadeira. A referida Fazenda localizava-se no lote 143 da Gleba Taquaralzinho (vide **Figura 3**), com uma área de 5.435 hectares e era de propriedade particular, cuja escritura foi expedida em 02/08/1945 (INCRA, 1984). Essa Fazenda, segundo informações do cartório do 1º. Ofício de Barra do Garças,

foi adquirida por outro proprietário e, em 18 de fevereiro de 1960, foi repassada à sua herdeira, da sobrepartilha de bens deixados pelo seu falecimento. Um dos marcos do limite da fazenda passava a 40m pelo lado direito da linha telegráfica Cuiabá-Registro do Araguaia. A área foi fracionada e 44 dessas partes foram vendidas, restando uma área remanescente de 577,659 ha (1º Serviço Notarial e Registral de Barra do Garças, 2006).

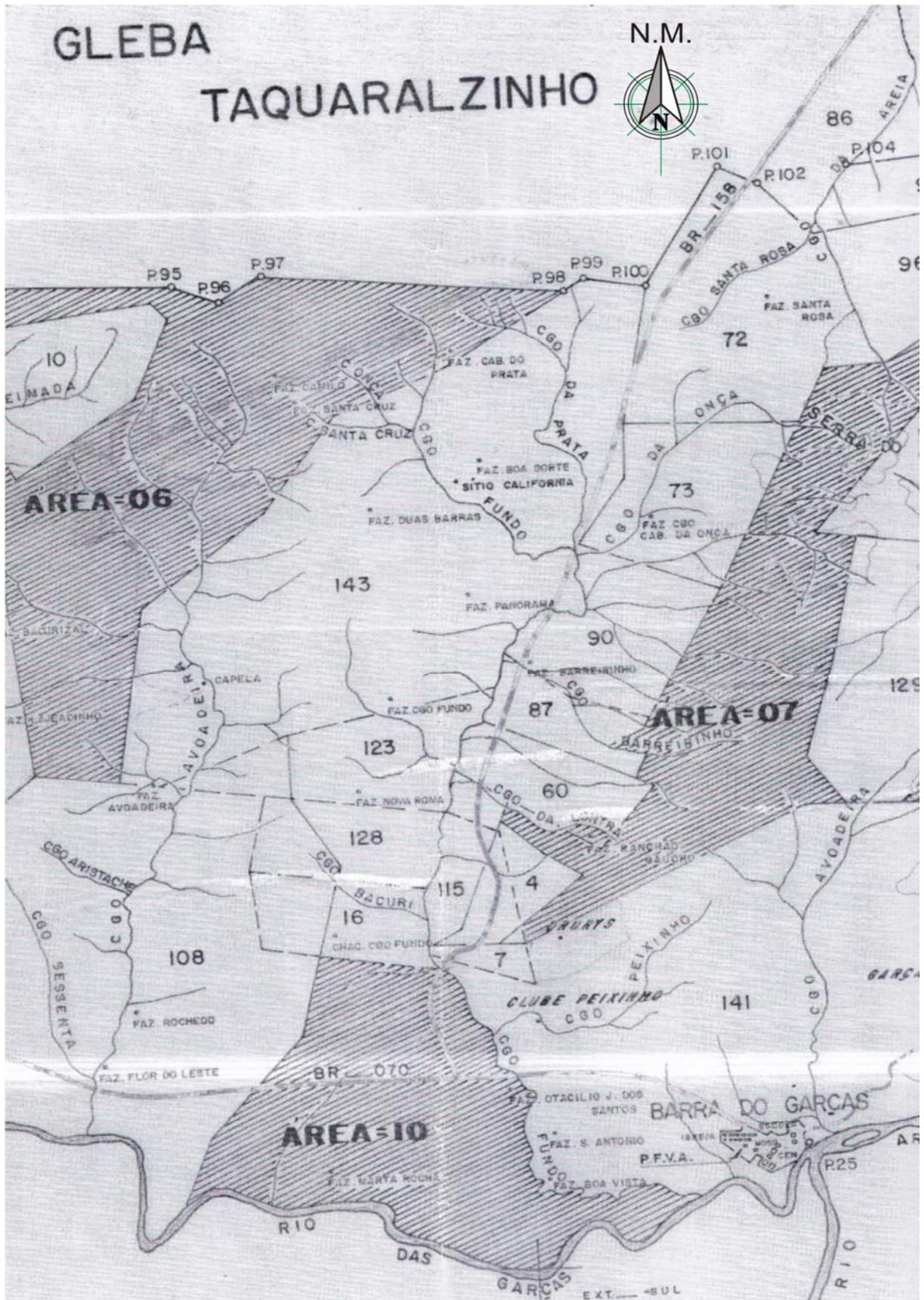
O que se tem de informação é que a herdeira da área era filha única e, quando do falecimento de seus pais, nem tinha conhecimento de todos os bens deixados por eles. Moradora da cidade de Goiânia, não participara das transações comerciais da família. Um político da região, cuja esposa é prima da herdeira, sabedor desse fato, incentivou a ocupação da área, com fins eleitoreiros, ao colocar candidatura à prefeitura de Barra do Garças, no início da década de 1950.

Os migrantes, em sua maioria nordestinos e mato-grossenses, passaram então a ocupar áreas da Fazenda, e construíram suas casas às margens do Córrego Voadeira, local onde hoje está sediado o povoado.

Com o passar do tempo, uma amiga do casal herdeiro da Fazenda Voadeira descobriu, num cartório em Cuiabá, o registro dessas terras e os comunicou. Desde então, o casal tenta reaver a propriedade. Foram feitas várias tentativas, em ações que envolveram 10 advogados, mas os moradores de Voadeira resistiram para garantir suas posses. Apenas um advogado J. B. S., que, posteriormente, passou a ser prefeito da cidade de Aragarças – GO é que conseguiu negociar com os moradores. Nessa negociação, foi feita a legalização de algumas das áreas ocupadas, através da emissão da escritura, mediante pagamento aos proprietários legais. Os outros moradores que não se prontificaram a negociar com os donos da fazenda, acabaram vendendo o seu direito para fazendeiros do entorno, que negociaram e as regularizaram.

Vale ressaltar que, no depoimento de J. J. C., um dos primeiros moradores de Voadeira, este relembra que políticos da época, candidatos a governo do Estado, a vereador e a prefeito, quando da ocupação da Fazenda, manifestavam-se em defesa dos ocupantes da área, quando estes se sentiam ameaçados pela chegada de advogados para negociar. Esses políticos asseguravam aos moradores que ninguém os retiraria da área ocupada. No entanto, o que veio a ocorrer foi a saída de muitos moradores, que venderam o direito aos fazendeiros da região e estes negociaram direto com o proprietário da Fazenda e escrituraram suas terras.

Figura 3



Fonte: INCRA, 1984.
Escala: 1/100.000

O relato a seguir, de um morador da Comunidade, sobre a negociação com o proprietário da área de ocupação da Fazenda Voadeira, é elucidativo desse processo:

Era de um doutor, que [...] não me lembro o nome dele, morava em Goiânia, n/é? [...] Era, que era o dono da fazenda. Hoje eu nem sei se ele é vivo. [...] Aí depois, [...] aí levaram vim fazer uma combinação com os morador e até ele achou por bem vender e dar a escritura. Aí depois teve uma reunião e veio 2 advogados aí, aí eles veio pra combinar com os povo que tinham as chácaras ali. Eu já tinha minha terrinha aí. Aí acharam por bem comprar que o doutor tinha planejado dar escritura. O povo comprava naquele tempo no valor que tava e ele dava escritura e assim foi. [...]. Não era pra pagar duma vez e as terras naquele tempo era barato, n/é? Muito barato, n/é? Só que o dinheiro também, [...] acho quase era pior do que hoje. Dinheiro toda vida a gente pobre não tem, a gente sabe, n/é? Mas deu um jeito que quem quis comprou. E quem não, veio outros assunto aí se não queria vender os direitos pro povo que se debelaram a comprar, pra fazer fazenda. (J. P. F., 80 anos, aposentado, natural de Cícero Dantas – BA, entrevistado em 05 de setembro de 2006).

Em levantamento realizado nos arquivos da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, a Lei Municipal Nº. 216, de 04 de março de 1965, determina a isenção de Imposto de Transmissão, na doação que o Sr. J.C. V., proprietário da Fazenda Voadeira, que este fizer ao Estado de Mato Grosso. Tal Lei foi sancionada pelo prefeito da época (BARRA DO GARÇAS, 1964).

No entanto, não foram localizados dados sobre a área doada. A única informação que se tem foi colhida em conversa informal com a Presidente da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira e outros moradores da Comunidade. Estes informam que o povoado está loteado numa área pública, que era de 10 alqueires (48,4ha) e os lotes onde os moradores estão instalados não têm registro. Nesse local, existem chácaras que eram de domínio público e foram ocupadas. Essa área, hoje denominada “patrimônio”, é o local onde estão construídas as residências dos moradores, e onde foi construído no passado o Posto Telegráfico (vide **Figura 4**).

Durante a pesquisa ficou constatado que os moradores do núcleo ali formado não possuem escrituras de seus lotes. Já os proprietários de chácaras e fazendas vizinhas, todos informam possuir documentação. Os que se instalaram na área pertencente à Fazenda Voadeira optaram por negociar com o antigo proprietário, ou aguardaram o direito adquirido por usucapião ou ainda venderam o direito aos fazendeiros que regularizaram suas terras. Na Comunidade, apenas um

morador, um dos primeiros a chegar à região, ainda possui uma propriedade fora do núcleo, com 28 ha.

Figura 4



Comunidade Voadeira, 25/06/2006.
Fonte: arquivo da autora

Em relação aos moradores que venderam suas propriedades, as conseqüências são drásticas:

Muita gente vendeu o direito deles e ficaram se batendo. Venderam e foram pra cidade não sei o quê [fazer]. Aí acabou com aquele dinheirinho e ficaram se batendo pior do que o que tava, porque quando tava aqui o combinado tinha onde plantar uma mandioca, uns pés de banana, uma cana, o que quisesse plantar, n/é? O povo vivia era da roça. Dinheiro não tinha, mas tinha barriga cheia, tinha muita fartura quando eu cheguei aqui, ali nessas roças fazia gosto de a gente ir ali ver as canas que tinha, mamão perdendo, e tinha fartura ali. Aqui quando eu cheguei aqui eu achei bom (J. P. F., 80 anos, aposentado, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistado em 05 de setembro de 2006).

O fato da chegada dos donos da Fazenda Voadeira para negociar com os ocupantes levou muitos moradores a venderem o direito das terras aos fazendeiros do entorno e a procurarem outras áreas. A agregação dessas pequenas chácaras às fazendas do entorno desencadeou um processo de falta de trabalho, uma vez que as fazendas constituídas passaram a desenvolver apenas a pecuária. A extinção

tanto do Posto de Telégrafo como da linha de ônibus que por ali passava com destino à capital, contribuíram para a decadência do povoado. Outros fatores, como a pouca oferta de escolaridade e falta de serviço, também são apontadas pelos moradores como motivos para essa decadência, que se iniciou no final da década de 1960.

O diálogo da socióloga Whitaker com Tundisi que trabalham com a questão agrária, embora expressivo do interior de São Paulo, nos é esclarecedor no sentido de mostrar, no contexto do município de Barra do Garças a existência de uma pressão sobre as terras dos pequenos produtores, para que nelas seja produzido gado, conforme encontra-se em Whitaker & Bezzon (2006):

A minha interpretação, baseada naquilo que pude observar, é a seguinte: sítiantes venderam suas propriedades para grandes conglomerados da agroindústria e foram morar na cidade. Mas eles não tinham **vocação** para morar na cidade. Então, eu me lembro, o sujeito comprava uma casa, na periferia da cidade, a geladeira e a televisão. Como o dinheiro recebido era pouco, dava no máximo para comprar mais uma casa ou duas de aluguel. Mas acontece o seguinte, ele sempre esteve ligado à terra. E eu acho (não sei, exatamente, porque é pura observação e eu posso estar enganado) que os bóias-frias de hoje são uma geração dos antigos proprietários da terra e que perderam a **vocação**. Então, agora, quando não dá mais para sustentar uma situação, vão trabalhar na terra, mas para um outro patrão (p. 29). (Grifos dos autores).

Fica evidente que o assédio às terras dos pequenos agricultores de Voadeira força-os a migrar para as cidades ou para outras áreas no campo.

Assim como todo trabalhador cuja cultura está ligada à terra, esse migrante na busca de realizar o sonho da terra para sobrevivência, acaba fugindo das dificuldades enfrentadas no seu lugar de origem, e a maioria dos moradores de Voadeira são vítimas desse processo. No relato a seguir, uma moradora esclarece o porquê de sua saída da Bahia acreditando encontrar uma vida melhor em Barra do Garças, pois lá na Bahia as dificuldades eram inúmeras, como relata:

Aí eu trabalhava o dia todo na roça, eu comia era fruta de mandacaru e bebia água. A comidinha que eu arrumava, eu empreitava assim, tinha aqueles matão pra arrancar de enxadão eu não, não dava conta de fazer muito serviço, eu fazia pouco. Eu recebia aquele dinheirinho que comprava uma mixaria de nada, passava o dia todo morrendo de fome na feira, não podia tirar um tostão pra comprar nada pra eu comer. Trazia as comprinhas na cabeça, nas costas pra casa. Chegava em casa, dava pros meus meninos e não chegava pra mim, [...] e eu ficava com fome. Eu tinha era 09 filhos. Eu sofri demais. Virgem Maria. [...]. Passei fome, [...]. O menino meu, o caçula “morreu”, chorou com fome, [...] e eu fiquei doida, [...]. Não morreu porque mandaram me buscar. Eu fiquei com a minha cabeça meio variada, cheguei aqui, eu não sabia. Eu saí de casa assim de lá, eu

pra mim eu ia era assim pra ali, assim, um lugar pra passear, alguma coisa. Larguei tudo assim, tranquei a porta e eu saí. E o menino gritava com fome e eu só sentia o cheiro da comida na casa dos outros. E eu não podia nem dormir mais de fraqueza. Aí eles ligaram pra cá pra minha família e mandaram me buscar (I. R. A., 70 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas – BA, entrevistada em 04 de setembro de 2006).

O fragmento retrata o sofrimento desses migrantes nordestinos e de outras regiões do país e o mito mantido por eles de que o Centro-Oeste teria fartura; seria uma região onde se poderia prosperar, tanto pela abundância de água como de terras férteis e mantimentos. Os migrantes que se estabeleceram na região de Voadeira, acabaram por convencer outros membros da família e parentes a se juntarem a eles.

A população de Voadeira é composta por moradores provenientes da zona rural nordestina, acostumados a uma cultura rural, os quais mantêm os costumes de suas origens culturais e têm uma vida simples e precária em relação aos serviços básicos garantidos pela Constituição Federal.

Das famílias migrantes, 50% trouxeram consigo apenas roupas; 25%, roupas e móveis; 12,5%, roupas e um mínimo de dinheiro; 4,17%, roupas, móveis e animais. Restam os demais, 8,33%, que não são migrantes, pois nasceram na Voadeira.

Segundo informam os entrevistados, as mudanças da Bahia para Voadeira eram realizadas em caminhão e ônibus, durando em torno de 03 dias. O sonho de uma vida melhor está tão latente que uma moradora, quando perguntada sobre o porquê da migração, diz:

Da dificuldade da água que não tinha, de tudo. Mas a água era pior, porque o que é o necessário de uma casa é a água, né? [...] Quando eu cheguei aqui sabe quem me deu os pratos e os garfos pra comer, que eu não tinha? Eu trouxe roupa, [...], forro de cama, isso eu trouxe, mas o resto, naquele tempo o povo era besta, saía de lá largava tudo, sabe! Eu tinha uma casinha na cidade, vendi por um pouco, mais o nada. E aí viemos embora [...]. [Trouxe] só o dinheiro da passagem na marra. [...]. Daqui lá era chão. É três dias de viagem de ônibus. [...]. Aí nós veio, no dia que nós veio, veio 18 pessoas. Eu vim de ônibus, nesse tempo era atrasado, [...], quando nós veio nós dormimos na Piranhas, chegamos na Piranhas, solão alto, lá nós ficamos. Não tinha água. [...]. Nós veio num caminhão até Governador Valadares e de Governador Valadares nós veio de ônibus até aqui na Barra, mas assim, viemos, quando chegou na estrada, em Jataí, era tão cansada! [...]. Aí nós foi dormir lá, não tinha água. Foi puxar água na cisterna pra todo mundo banhar e lá nós dormimos e viemos assim tocando de boque. Chegamos na Barra, olha, [...], saímos da Piranhas e chegamos na Barra no outro dia 12 horas, espia o tanto que era acanhado? Hoje da Barra pra Piranhas você vai em 10 minutos (M. M. S., 80 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 04 e 20 de setembro 2006).

Esses migrantes saíram do local de suas origens pelo sonho de buscar uma vida melhor. Para a maioria dos moradores esse processo parece ser de uma sina, pois, na história da maioria das famílias, isso já lhes custou um percurso de até 5 migrações sucessivas. Os dados mostram que, dos moradores do núcleo de Voadeira, 34% fizeram 3 migrações; 29%, 1 migração; 8% fizeram 2 migrações; 8% fizeram 4 migrações e 21% nasceram na Voadeira. Já para os moradores do entorno, 45% fizeram 3 migrações; 27% fizeram 1 migração; 18% fizeram 4 migrações e 9% fizeram 5 migrações.

4.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS MORADORES DA COMUNIDADE VOADEIRA

A Comunidade Voadeira é o núcleo populacional mais antigo do município de Barra do Garças, cujos moradores sobrevivem por meio de trabalhos desenvolvidos com os derivados do caju e outros doces e, em fazendas, como diaristas ou no sistema de empreita. Outra atividade que gera 10 empregos fixos e outros empregos temporários é o parreiral, com produção de uvas e uma plantação de mamão, localizado a 4 km do núcleo central, na Fazenda Santa Filomena das Águas (vide **Figura 5**).

Figura 5



Parreiral que emprega moradores de Voadeira, 20/09/2006.
Fonte: arquivo da autora

A estrutura arquitetônica da Comunidade é composta por 24 casas, por uma escola, uma igreja católica, uma igreja evangélica, uma praça, um campo de futebol, um cemitério, um galpão de festas, uma cozinha comunitária, um posto de saúde e um monumento histórico. Os lotes das casas variam de 200 m² a 1.000 m² (vide **Figura 6**):

O vilarejo possui sete vias públicas internas e duas ruas de acesso à cidade. Essa disposição dos lotes indica uma provável ocupação, sem critérios, em que os moradores iam construindo suas residências naquele espaço denominado por eles de “patrimônio”.

A pesquisa revelou que as residências da Comunidade são todas em alvenaria ou adobe (vide **Figura 7**). Existem também 28 pontos de iluminação elétrica (CEMAT, 2005) e 75 hidrômetros (NOVACON, s/d), e o abastecimento de água provém de um poço semi-artesiano instalado no local.

Quanto ao esgoto sanitário, o que se observa na Comunidade é que, das 35 famílias entrevistadas, considerando-se o núcleo e o entorno, apenas 29 possuem fossa. Algumas delas têm o esgoto da lavanderia despejado direto nas vias públicas (vide **Figura 8**). Essa situação se repete conforme as práticas vivenciadas nas moradias de origem, onde a pesquisa revela que apenas 20,83% das casas possuem fossa e 4,17%, rede de esgoto.

Ainda com relação à estrutura física da Comunidade Voadeira, as moradias estão construídas próximas ao Córrego Voadeira e, como área de lazer, há apenas um campo de futebol (vide **Figura 9**) e uma praça central, onde se localiza também uma pequena construção que dizem ser o Museu de Voadeira. A pesquisa demonstra que as atividades de lazer na Comunidade resumem-se em assistir aos programas da Televisão, ir à igreja e visitar amigos e parentes.

O atual Museu de Voadeira é o local onde funcionou, por mais de 50 anos, o Posto Telegráfico, que fazia conexão entre Cuiabá e Goiás e, segundo seu operador, J.J.C., foi desativado em 1963. O projeto foi construído à época do Marechal Cândido Rondon, nos anos 1940, período em que Barra do Garças conta com toda uma infra-estrutura viária e de comunicação, sendo o telégrafo um recurso importante. Como mostra Ferreira (1958):

[...] uma estação postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, na sede municipal, uma na Vila Araguaiana e uma no povoado Sangradouro; um pôsto telefônico do mesmo Departamento na povoação de

Voadeira; uma estação radiotelegráfica da Fundação Brasil Central e outra da Fôrça Aérea Brasileira, no povoado Xavantina (p. 86).

Figura 6

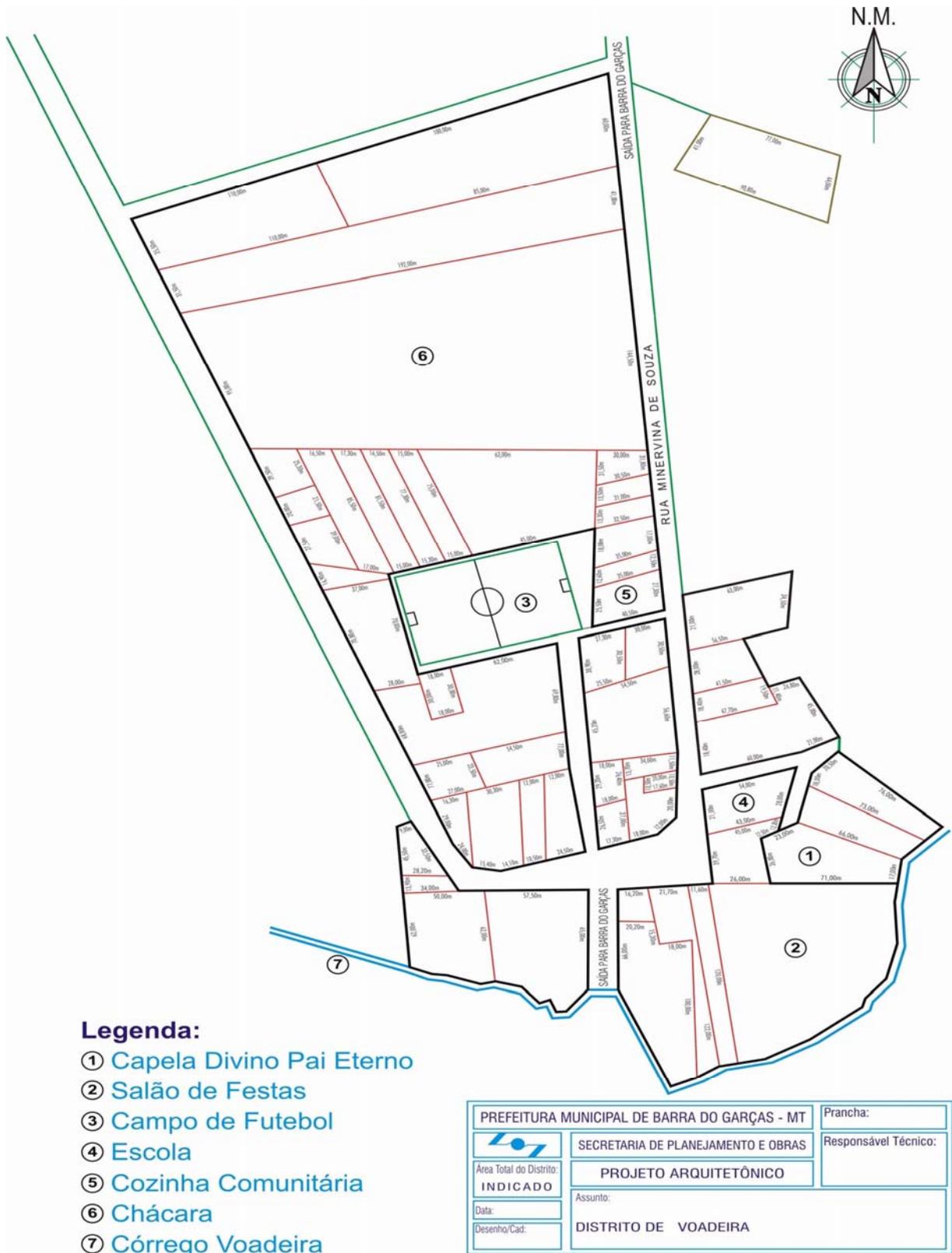


Figura 7



Casa de adobe ainda utilizada pelos moradores de Voadeira, 25/06/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Figura 8



Esgoto despejado na via pública de Voadeira, 05/09/2006.
Fonte: arquivo da autora

Figura 9



Campo de futebol de Voadeira, 25/06/2006.
Fonte: arquivo da autora

O depoimento a seguir mostra que no passado havia movimentação de pessoas e de pequenos negócios superior à realidade atual. Um dos indicadores que mensura este fato é a linha de ônibus de Barra do Garças para Cuiabá:

la, o motorista era o Jurandir, passava aqui, parava bem aqui em frente essa casa ali, ó [apontando para a casa de frente]. Gente, todo dia cedo o ônibus [...] vinha de General [Carneiro], passava aqui e ia todo dia, [...] tinha ônibus de manhã e de tarde. Agora é que virou esse “cemitério”. E aqui era assim ó: aqui tinha loja, aqui tinha pensão, tinha farmácia, tudo quando eu cheguei aqui, tinha tudo isso. Tinha, dia da festa de julho, da festa do Divino Pai Eterno eram 09 noites de festa. Gente que chamegava que nem [...] formiga (M. M. S., 80 anos, aposentada. Natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 20 de setembro de 2006).

Com o passar dos anos, a Comunidade Voadeira entrou num processo de decadência, ocasionado pelos seguintes fatores: a) venda das pequenas propriedades aos fazendeiros; b) mudança de rota do transporte para a capital; c) modernização do sistema de comunicação que implicou na retirada do telégrafo local; d) substituição das propriedades agrícolas por atividades pecuárias.

Enfim, com o desmantelamento da infra-estrutura existente, a Comunidade perdeu sua força e capacidade produtiva, o que se refletiu de imediato

na movimentação do comércio local, distanciando-a dos centros mais dinâmicos do Estado e levando os moradores a migrarem para outros locais e/ou a buscarem alternativas de trabalho. Aos moradores atuais só resta buscar outras opções de renda, das quais o caju e a produção artesanal de seus derivados são as mais importantes, conforme será visto ainda neste capítulo.

Em relação à migração da população de Voadeira, a família mais antiga reside há 53 anos no núcleo, e das 35 famílias entrevistadas, 11 emigraram da Bahia, sendo 10 de Cícero Dantas/BA, 11 de Mato Grosso, 9 de Goiás, 1 do Piauí, 1 de Pernambuco, 1 de Minas Gerais e 1 de São Paulo (vide **Figura 10**).

Figura 10



Migrações para a Região Centro-Oeste
Fonte: IBGE, 1996 apud Ribeiro, 2005, p. 111.

Na Comunidade, as atividades econômicas são meramente de subsistência e se restringem ao cultivo de horta e à criação de galinhas, bem como à produção de doces de caju que já é tradição (vide **Figura 11**).

Figura 11



Casa de pau-a-pique e o cultivo de horta em Voadeira, 05/09/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Em relação às atividades de origem, os chefes de família informam que desenvolviam, em sua maioria, atividades ligadas à lavoura. Essas atividades com a terra ainda permanecem, uma vez que alguns moradores prestam serviços em fazendas (vide **Tabela 1**).

De acordo com a análise dos dados da Tabela 1, pode-se considerar como hipótese que a prática de atividades basicamente ligadas à lavoura e à pecuária se deve às características do local onde residem, bem como às experiências trazidas das regiões de origem. Outro fator que pode ter influenciado é o nível de escolaridade dos chefes de família, que dificulta o desenvolvimento de outras atividades que exijam maior escolaridade. O trabalho de vaqueiro, capataz de fazenda, serviços gerais, boiadeiro, motorista, leiteiro entre outros, desenvolvidos por uma parte dos chefes de família, requer baixo nível de escolaridade.

Vale ressaltar que as famílias permanecem com atividades ligadas à terra, como uma forma de manter os seus valores, pois estes não se modificam. Essas atividades representam uma relação com a terra e não com o capital.

Tabela 1

Atividade de origem e atividade atual dos chefes de família da Comunidade Voadeira e do entorno

Atividade	No Núcleo		No Entorno	
	De Origem (%)	Atual (%)	De Origem	Atual (%)
Nenhuma	8,34			
Lavoura	66,68		36,37	
Do lar		4,17		
Pastora da Igreja		4,17		
Professora		4,17		
Aposentado (a)		29,15		27,27
Serviços gerais	8,34	41,66	9,09	27,28
Peão de boiadeiro	4,16		9,09	
Leiteiro	4,16	4,17		
Vaqueiro		4,17		
Vigia		4,17		
Comerciário	4,16	4,17	9,09	
Motorista				9,09
Capataz de				9,09
Comerciante				9,09
Construção civil	4,16			
Produtor rural			9,09	9,09
Piscicultor			9,09	9,09
Laticínio			9,09	
Não declarado			9,09	
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados coletados pela autora na pesquisa de campo

Em relação à condição econômica, os dados da pesquisa revelam situação precária, principalmente dos moradores do núcleo da Comunidade (vide **Tabela 2**).

Tabela 2

Renda familiar da Comunidade Voadeira e do entorno

Renda da família	No Núcleo	<i>No Entorno</i>
De ½ a 1 SM	09	
Mais de 1 até 2 SM	12	05
Mais de 2 até 3 SM	03	05
Não Declarou		01

Fonte: Dados coletados pela autora na pesquisa de campo

Os dados expressam que as condições de vida das famílias do núcleo são piores que as condições das famílias do entorno, uma vez que as primeiras são compostas por, em média, três pessoas e percebem até dois salários mínimos e não têm área para desenvolver agricultura. Já as famílias do entorno, além de possuírem renda um pouco melhor, têm área para plantio, praticam agricultura de subsistência, produção de frutos, cultivo de horta, criação de galinhas, vacas de leite, cujos excedentes são comercializados na cidade.

De acordo com os depoimentos dos moradores da Comunidade, observa-se que a dificuldade para obter trabalho é uma das maiores preocupações; é o que relata uma moradora:

Ah, a dificuldade daqui é só isso mesmo, é só serviço que não tem n/é? Todo mundo tem que, uns tem que largar a família e sumir no mundo caçando serviço. Aqui na região você ainda acha serviço braçal de vez em quando pra roçar um pasto, fazer uma cerca, ou só mexer com um gado assim quando vão vacinar às vezes eles vem atrás de uma pessoa pra ajudar n/é? Os fazendeiros da região que vem. Aí quando não, tem que sair daqui da currutela porque aqui não tem nada pra fazer mesmo não (M.E. C., 49 anos, natural de Cicero Dantas/BA, entrevistada em 05 de setembro de 2006).

Percebe-se que os moradores da Comunidade não conseguem ainda ter autonomia para reforçar as novas alternativas de geração de renda, pois, mesmo dispondo de recursos alternativos para a sua sobrevivência, como é o caso da produção dos doces, ainda assim a Cozinha Comunitária não tem atividade constante; carece de maior quantidade de matéria-prima e de uma câmara fria para armazenamento.

Nesse sentido, pode-se dizer que os integrantes da Cozinha Comunitária, apesar de tentarem se enquadrar nas empresas capitalistas, não têm uma visão

própria dos capitalistas. Isso se pode observar pela capacidade e estrutura da Cozinha, que não é totalmente aproveitada, funcionando com apenas 20% da capacidade produtiva. Além do que alguns pontos de abastecimento dos produtos, como é o caso da Casa do Artesão, em Cuiabá, fica, muitas vezes, em falta de produtos porque na entressafra do caju esgota-se o estoque que só será repostado na próxima safra.

Vale dizer que, se esses cotistas da Cozinha Comunitária buscassem outras alternativas de financiamentos, teriam condições de ampliar a produção de doces e atingir uma fatia maior de mercado, com vistas a reforçar a marca “Voadeira” e dar um salto de qualidade com esse empreendimento.

Durante a pesquisa ficou constatado que 60% dos chefes de família entrevistados prestam serviço fora de suas propriedades por não terem outra oportunidade na própria Comunidade. Essas atividades variam de diarista de fazenda; empreiteiro de roçado, de cerca ou para vacinação de gado; vaqueiro; capataz de fazenda; comerciário; vigia; ou ainda trabalho no parreiral, que gera 10 empregos fixos. Nesse aspecto, avalia-se a insustentabilidade econômica da Comunidade.

Alternativas como criar galinhas, cultivar horta e produzir doces de caju faz parte da cultura da maioria das famílias²⁶. No entanto, para que as atividades não-agrícolas tenham impacto positivo, em termos econômicos, é necessário que essas comunidades disponham de um aparato tecnológico e informacional que subsidie as atividades, com base em estudos de viabilidade econômica, ambiental, social e tecnológica, isto é, que a atividade seja sustentável.

Nesse sentido, concorda-se com Pietrafesa (2002), quando afirma que nas comunidades de origem agrícola, a relação de produção da agricultura familiar foi se modificando ao longo do tempo, e:

Questões como mercado, produtividade, agregação de valores a produtos primários, passaram a fazer parte do cotidiano do setor. A necessidade de sobrevivência e reprodução, diante do processo de modernização e de exclusão, forçou muitos agricultores a buscarem

²⁶ Na Comunidade do Vale do Orizona – GO, cuja realidade se aproxima da Comunidade Voadeira, segundo Pietrafesa (2002), as atividades não-agrícolas desenvolvidas de forma intensiva e em pequena escala, propiciam novas oportunidades de sobrevivência e até mesmo de permanência na terra, para os agricultores familiares da localidade, que não exercem apenas atividades agropecuárias.

alternativas econômicas, produtivas e organizacionais. Isso multifacetou o setor de agricultura familiar e, entre outras conseqüências, provocou a proliferação do associativismo ou cooperação na utilização dos meios de produção e também nas conquistas de políticas públicas (escolas, por exemplo). Muitos agricultores familiares tradicionais [...] passaram a exercer atividades rurais não-agrícolas [...] (p. 56).

A Comunidade Voadeira sofreu e sofre as ações do modelo de ocupação econômica adotado para o Centro-Oeste e não se enquadra nos parâmetros do desenvolvimento sustentável, já que esse modelo está pautado em quatro pilares: econômico, tecnológico, ambiental e social. O modelo em vigor apresenta conseqüências excludentes, em que as pequenas comunidades ficam sem assistência.

A falta de assistência a essas pequenas comunidades gera migrações para os centros maiores. Sem qualificação e com baixa ou nenhuma escolaridade, encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e não conseguem nem mesmo moradias que lhes proporcionem qualidade de vida.

No caso de Voadeira, muitos de seus antigos moradores foram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Os remanescentes sofrem por não terem um emprego fixo nem área para plantio, conforme já abordado, devido ao tamanho dos lotes, que variam de 200 m² a 1.000 m².

Quanto ao grau de escolaridade dos voadeirenses, a pesquisa aponta que 60,57% dos moradores do núcleo possuem de 0 a 4 anos de estudo e, destes, 11,26% não são alfabetizados; 28,15% têm de 5 a 8 anos de estudo; 9,87% têm de 9 a 11 anos de estudo e apenas 1,41% freqüenta o ensino superior. Já no entorno, o grau de escolaridade melhora: 33,34% com 0 a 4 anos de estudo e, destes, 6,45% não são alfabetizados; 40% têm de 5 a 8 anos de estudo; 13,33% com 9 a 11 anos de estudo; 6,66% estão cursando o ensino superior ou especialização e 6,67% não declararam.

A Comunidade Voadeira possui uma única escola de Ensino Fundamental, atendendo até a 4^a série, com 25 alunos distribuídos nos três turnos. Devido à pouca oferta de escolaridade, a Prefeitura mantém um ônibus diário que transporta os alunos para as escolas da sede do município, para cursarem da 5^a série em diante, cuja preocupação com o deslocamento das crianças é revelada por esta moradora:

Os meninos pra estudar tem que ir para Vila Maria, outros tem que ir para a Barra, olha, isso aí é errado, n/é? Levanta [de] madrugada, para amanhecer, os coitadinhos, no tempo das águas, tempo do frio, tem que levantar. Chegam uma hora da tarde, morrendo de fome. Olha, é um tormento aqui, nos estudos [...] (I. R. A., 70 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas – BA, entrevistada em 04 de setembro de 2006).

Outra moradora expressa sua indignação em relação à dificuldade com o transporte dos estudantes até a sede do município:

Eu tenho uma netinha que está estudando no terceiro ano. [...]. Só que todo dia eu falo para a mãe dela, ainda ontem eu falei. [...]. Se ela fizer o quarto ano, [...] a escola da Cárita encerrou. No dia que ela fizer o quarto ano, se não tiver escola aqui, para a quinta, ela vai, por mim, ficar sem estudar. Eu não vou pegar ela para por em riba de ônibus para ir para a Vila Maria, sozinha, sem a companhia da gente grande porque menino pequeno junto é bicho, n/é? E eu não tenho essa coragem. Ou então se você pegar ela e levar lá para a madrinha dela [...] na Barra, para ficar lá, porque senão ela vai ficar sem estudar (M. M. S., 80 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 04 de setembro de 2006).

Os dados da pesquisa revelam que a Comunidade tem interesse em que se amplie o nível escolar ofertado. Entende-se que essa ampliação da oferta proporcionaria maior qualidade de vida àquelas crianças e maior tranquilidade aos seus pais, pois o percurso o ônibus, para ir até a Vila Maria, perpassa as fazendas do entorno, com falta de segurança e, ao chegarem ao destino, as crianças têm que aguardar sozinhas até o horário da abertura da escola.

Nesse sentido, uma das professoras da escola, que se mudou recentemente para o entorno da Comunidade, afirma ter elaborado um projeto de oferta da 5ª série na escola local, o qual será apresentado à Secretaria Municipal de Educação.

Essa iniciativa de reivindicar condições que venham elevar o nível escolar para a Comunidade pode ser um indicativo de surgimento de nova liderança e desencadear uma retomada do desenvolvimento na Comunidade Voadeira.

É interessante ressaltar a existência de um número razoável de aposentados que, mesmo ganhando pouco, estão em melhores condições sócio-econômicas em relação a outros moradores. Dos 71 moradores do núcleo central, 8 são aposentados por idade (26%), 2 jovens aposentados por deficiência (2,81%), 2 adultos recebem auxílio-doença (2,81%) e 1 recebe benefício da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (1,40%). Existem ainda 5 funcionárias públicas (7,04%), sendo 2 do Programa de Saúde na Família e 3 da escola municipal. A importância

desses salários para a manutenção das famílias é fundamental, uma vez que a renda obtida nas outras atividades desenvolvidas fora da propriedade e até mesmo da produção de doces não é fixa.

Quanto à faixa etária dos moradores do núcleo Voadeira e do entorno, os dados coletados dos entrevistados apontam, conforme **Tabela 3**:

Tabela 3

Faixa Etária dos Moradores da Comunidade Voadeira e Entorno

Faixa Etária	Da Comunidade (%)	Do Entorno (%)
Mais de 60 anos	14,08	13,33
De 40 a 60 anos	26,75	36,67
De 30 a 39 anos	5,64	13,33
De 21 a 29 anos	23,95	3,33
De 10 a 20 anos	12,68	16,67
Menos de 10 anos	16,90	10,00
Não declararam		6,67
Total	100%	100%

Fonte: Dados coletados pela autora na pesquisa de campo

Esses dados, uma vez utilizados pela Presidente da Associação, servem para reforçar o fato de que a Voadeira possui uma população de idade mais avançada:

[...] hoje ela está um distrito já de, acima de meia idade. Vamos falar que ela esteja entrando na melhor idade. [...] as pessoas mais jovens que casaram eles têm que vir para a Barra procurar emprego, eles têm que vir morar na Barra, os que casaram ficaram por aqui [na Barra]. Então lá na Voadeira está ficando só as pessoas de melhor idade (E.R. A., 32 anos, Presidente da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito da Voadeira, entrevistada em 25 de outubro 2006).

Das 24 famílias que vivem no núcleo Voadeira, tem-se que a maioria dos chefes de família são homens; apenas 5 são mulheres, sendo que, dentre elas, 3 são viúvas, 1 solteira e 1 casada. Elas são responsáveis pelo sustento da família. Fora do núcleo, foram entrevistadas 11 famílias, das quais todos os chefes são homens.

Vale ressaltar que a senhora casada, responsável pelo sustento familiar é pastora da igreja evangélica, e os proventos da família vêm do seu trabalho na igreja

e conta ainda com o auxílio que recebe da LOAS. Seu marido trabalha de diarista e, na maior parte do tempo, fica sem serviço, não tendo condições de ser o provedor da família.

No que se refere ao tamanho das famílias, nota-se pelo número de filhos, que ela tende a diminuir (vide **Tabela 4**):

Tabela 4

Número de Filhos das Famílias da Comunidade Voadeira e Entorno		
Número de filhos	No Núcleo (%)	No Entorno (%)
Sem filhos	12,50	
01 a 03 filhos	45,83	54,55
04 a 06 filhos	29,17	18,18
07 a 10 filhos	12,50	18,18
Não declarado		9,09
Total	100%	100%

Fonte: Dados coletados pela autora na pesquisa de campo

A Tabela mostra que família numerosa já não é mais realidade presente na Comunidade. Nos casais mais jovens a tendência é de redução do número de filhos e ela pode ser explicada, considerando-se a dificuldade no sustento dos filhos, e a falta de perspectiva futura é um fator preponderante nesse aspecto.

Nas residências ainda é comum o uso de fogão a lenha, mostrando a tendência de uma tradição, costume que também se percebe em suas residências nas regiões de origem. No núcleo central da Comunidade, a pesquisa revela que 18 famílias possuem fogão a lenha e a gás, somente 1 possui apenas fogão a lenha e 5 possuem apenas fogão a gás (vide **Figura 12**).

No entanto, 19 dessas famílias utilizam, na maior parte do tempo, o fogão a gás. Já nas famílias do entorno da Comunidade, das 11 famílias entrevistadas, 10 delas possuem os dois tipos de fogão, ficando o uso do fogão a gás, na maior parte do tempo, em 5 famílias e, em 5, o fogão a lenha é o mais usado. Apenas um morador não declarou qual sua preferência.

Na Cozinha Comunitária também é utilizado o fogão à lenha na produção da maioria dos doces (vide **Figura 13**), o que, nos períodos de pico, exige a compra de lenha de fora, dado que preocupa, uma vez que no entorno não se observa

presença de reserva de mata, a não ser a mata ciliar, já muito danificada pela pecuária.

Figura 12



Presença constante do fogão a lenha, 05/09/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Figura 13



Cozinha Comunitária, com uso constante de fogões a lenha, 25/06/2006.
Fonte: arquivo da autora.

A opção pelo uso do fogão à lenha na Comunidade e no entorno pode estar relacionada com a falta de condições financeiras para adquirir o gás, uma vez que os dados da pesquisa revelam um baixo poder aquisitivo na maioria das famílias. Mesmo considerando essa hipótese, a manutenção dos hábitos praticados nas residências é decorrente de uma cultura tradicional.

Quando perguntados sobre a capacidade do Cerrado em atender à demanda de lenha da Comunidade, 16 chefes de família da vila e 6 do entorno demonstram preocupação e acreditam que, num futuro não muito distante, ela irá faltar. Apenas 1 chefe de família diz que “tanto faz”; 11 acreditam que o Cerrado vai suportar e 1 não opinou. Já em relação ao reflorestamento, apenas 13 chefes de família da vila e 10 do entorno acreditam ser necessário.

Em se tratando de reflorestamento, vale dizer que a região de Voadeira sofre a degradação ambiental, consequência do processo de ocupação das margens do Córrego Voadeira, bem como pela pecuária praticada pelos fazendeiros do entorno (vide **Figura 14**).

Figura 14



Degradação da área do entorno do Córrego Voadeira, 17/09/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Durante a pesquisa, constatou-se que próximo às nascentes dos córregos

Voadeira e Voadeirinha²⁷, ocorre o desmatamento da mata ciliar, em boa parte das margens, além da presença do capim *Brachiaria*, planta exótica utilizada para pastagem, também aí localizado.

As áreas de pastagens, principalmente no entorno da Comunidade, estão danificadas pela erosão das margens do Córrego Voadeira, fato que compromete o futuro da Comunidade. Depoimentos de moradores revelam que, em tempos não muito distantes, a presença de peixes era abundante e hoje é raridade, além do que o volume de água do Córrego tem diminuído muito. A instalação de um pesque-pague junto à nascente do Córrego Voadeirinha, localizado a 04 km da Comunidade, é apontada por alguns moradores como o principal motivo da diminuição do volume de água no Córrego Voadeira.

Na nascente do Córrego Voadeirinha percebe-se a preservação da mata ciliar, que é composta por 13 olhos d'água, e está localizada na encosta da Serra do Taquaral. O proprietário revela que seu objetivo no local é investir no turismo, com outras opções de lazer, além do pesque-pague, de forma a aproveitar a estrutura de sua fazenda e efetuar algumas melhorias como construção de alojamentos. Atualmente ele recebe uma parcela razoável de visitantes que preferem o sossego e a pescaria ao movimento da cidade.

Uma das preocupações que se tem com aquele local, é a de que o investimento em infra-estrutura próxima à nascente do Córrego Voadeirinha pode desencadear processos erosivos e interferir na qualidade e quantidade da água daquele manancial, tão importante para o abastecimento das fazendas e da própria Comunidade Voadeira. A presença constante de turistas pode resultar em alto impacto ambiental irreversível, caso não seja devidamente estudado e planejado o propósito do investimento.

Para os moradores, o Córrego Voadeira tem um valor inestimável, uma vez que serve para lazer, lavar roupas e louças, bem como para abastecimento de água das casas, quando ocorre algum problema com a bomba do poço semi-artesiano que atualmente fornece água às residências.

²⁷ Córrego Voadeirinha é um afluente do Córrego Voadeira, que desemboca acima da localização da Comunidade.

4.2 A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE VOADEIRA E A COZINHA COMUNITÁRIA

Em 1981 a Comunidade Voadeira criou a Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito da Voadeira, cujo objetivo constante no Estatuto Reformado (2004) é:

[...] congregar os moradores e os pequenos produtores do Distrito da Voadeira, para um trabalho sócio-educativo e demais atividades econômicas, profissional ou cultural que completam o trabalho comunitário e, ainda, amparar e defender os interesses gerais da comunidade, representando-a perante os poderes públicos Federal, Estadual e Municipal, colaborando com estes no estudo e solução dos problemas que direta ou indiretamente possam, de qualquer forma, interessar as atividades da Associação (p.1).

Inicialmente a Associação teve um trabalho voltado aos feirantes que, aos poucos, foram deixando essa atividade. A partir de 1991, os associados passaram a produzir doces de caju e seus derivados, com o apoio da EMPAER, como alternativa à geração de renda.

De início, sem observar normas e regras, a Cozinha Comunitária passou a produzir doces, num processo totalmente artesanal. Esse fato levou a Associação a buscar uma parceria com o Banco do Brasil, para adequar-se às normas da Vigilância Sanitária, bem como para melhorar os equipamentos. Em 2004, o projeto foi executado e, hoje, o público consumidor dos produtos dispõe de maior segurança alimentar (vide **Figura 15**).

Uma característica bem peculiar no cultivo do caju, na região, o difere das produções em larga escala: as plantas são antigas, muitas delas nativas, outras, cultivadas sem tecnologia e seus derivados são produzidos de forma bem artesanal.

A comercialização dos doces é realizada na tradicional Festa do Caju, criada há 16 anos pela Comunidade e que beneficia boa parte das famílias moradoras. Compondo o calendário turístico do município, a Festa contribui para valorizar a produção de doces do local, além de proporcionar uma característica peculiar à Comunidade e, em termos econômicos, acarreta incentivos pela sua representação histórica, como expressa o líder do SEBRAE:

A Festa do Caju, só para a gente poder ter uma idéia, todos os anos ela acontece já com recursos daquela Lei de Incentivo à Cultura, [...], a antiga Lei Hermes de Abreu, [...]. Porque ali na Voadeira era a antiga

estrada que ligava Barra do Garças a Cuiabá e então, ali teve um telégrafo naquela época que, segundo contam, foi enviada uma mensagem e que essa mensagem acabou evitando uma guerra, n/é? [...]. Eu não me recordo bem a data, mas foi aquela, foi na oportunidade do Veloso, [Revolta do Major Veloso contra o governo de Juscelino Kubitscheck²⁸] n/é? Então, Voadeira tem muito a ver com as questões históricas, n/é? (D. M. R. – Líder da Agência do SEBRAE – Barra do Garças – MT, entrevistado em 03 de outubro de 2006).

Figura 15



Produção artesanal de doces, 17/09/2006.

Fonte: arquivo da autora.

Outras oportunidades de comercialização dos doces são as feiras e eventos, fundamentais para ampliar o acesso aos mercados, como relata o líder do SEBRAE:

²⁸ A Revolta do Veloso, segundo Miguez e Benevides (apud LIMA FILHO, 2001), ocorreu em 02 de dezembro de 1959, quando os coronéis da Aeronáutica João Paulo Moreira Burnier e Haroldo Veloso escolheram Aragarças como ponto de estratégia para a operação que acabou mal-sucedida. Os revoltosos foram presos pelo Exército no aeroporto da cidade. O fato ficou conhecido como o “Levante do Araguaia” (p. 137 – nota de final de capítulo). Os dois motivos apontados para a Revolta foram a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, fato que decepcionou militares e civis de direita e a suspeita de que houvesse um golpe de esquerda em marcha, sob o comando de Leonel Brizola, a ser deflagrado em 15 de dezembro de 1959. A operação extinguiu-se em dois dias por falta de meios e porque Jânio voltou atrás em sua decisão. O fato marcou a história de Aragarças e de Barra do Garças, sendo recordado pelos moradores mais antigos. Para maiores informações consultar <http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/3_levante.html>. Acesso em 30 jun 2007.

[...] porque, através do SEBRAE, também tem uma ação que chama acesso aos mercados, que eles viajam, nós levamos os produtos deles até outros mercados, eles estiveram em Cuiabá, outros Estados, inclusive. Eles já participaram da FENAVEM, [...] ela acontece em Minas Gerais, [...]. Eles já participaram da Feira Floresta que é no Rio de Janeiro, A Elisângela foi, [...]. Eles já participaram da Feira de Empreendedores em Cuiabá, da Mão de Minas que acontece em Belo Horizonte, n/é? (D. M. R., Líder da Agência do SEBRAE – Barra do Garças – MT, entrevistado em 03 de outubro de 2006).

Apesar da renda da Festa do Caju, segundo a EMPAER (2004), o montante arrecadado, dividido entre os associados e a Associação é insuficiente, mostrando serem necessários outros meios para ampliação e comercialização dos produtos, expandindo a cultura e o potencial culinário de Barra do Garças.

Como alternativa, em 2003, os cotistas da Cozinha Comunitária deram início à produção de outros doces tais como: de mamão, de jaca, de abóbora, de abacaxi, de coco, de manga, de banana, de uva e de figo, cujo objetivo é manter a atividade da Cozinha Comunitária durante o ano todo. Mesmo assim, a capacidade de produção da Cozinha ainda está aquém do mínimo para a sustentabilidade econômica, pois, segundo o SEBRAE, hoje opera em torno de 20% apenas. No entanto, para ser viável economicamente deveria operar com, no mínimo, 60% de sua capacidade produtiva.

Os produtos oferecidos pela Comunidade aparecem com certa posição de destaque em termos de mercado, de modo que a crescente demanda por doces e a falta de matéria-prima levam a Cozinha Comunitária a não ter condições de atender toda a clientela, como se pode perceber no depoimento:

Então assim, é uma comunidade que eles já estão prospectando no mercado já, já faz bastante tempo. E hoje eles têm aí uma demanda de produtos advindo da Casa do Artesão de Cuiabá que eles mal conseguem atender. Por quê? Não porque a cozinha não tem como atender, até porque a capacidade produtiva da cozinha está ociosa. Eles poderiam estar trabalhando, eles estão operando com em torno de 20% da capacidade produtiva, n/é? Então muita coisa pode ser feita, mas para que isso aconteça é preciso ter matéria prima, então eles estão muito restritos ainda ao caju, porque eles não têm uma câmara fria para poder armazenar o produto, n/é? (D. M. R., Líder da Agência do SEBRAE – Barra do Garças – MT, entrevistado em 03 de outubro de 2006).

No entanto, há divergências em relação à produção da Cozinha, como revela a presidente da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito:

O que acontece hoje: a cozinha hoje praticamente o trabalho é para manter ela funcionando. [...]. Ela trabalha com 5% da capacidade de

produção. Então o custo dela é alto. [...]. Você vê, ela é muito grande. [...] você acaba gastando praticamente o que você trabalha durante o ano, é para manter ela. Então as pessoas não vêem o lucro. E no mundo hoje que a gente está, que é capitalista, se você não vê esse dinheiro, se você não vê retorno, você não se esforça para trabalhar. Como que para produção da Festa do Caju, eu posso passar até semana fora que a cozinha não pára de serviço. Na festa do Caju, eu venho na Barra quase todos os dias. Eu chego lá e a cozinha está lá funcionando, está trabalhando. Ela está trabalhando das 6 [da manhã] às 10 [da noite]. Esse ano teve dia da gente trabalhar das 3 da manhã a 01 da madrugada, praticamente ela virou 24 horas. E isso independente de eu estar ou não. Então eu acredito assim, que a partir da hora em que o ano inteiro ela estiver com a mesma capacidade de produção, quando a festa vem, eu praticamente vou ser descartada (E. R. A., 32 anos, Presidenta da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito da Voadeira, entrevistada em 25 de outubro de 2006).

Esse depoimento revela que a Cozinha não atinge os objetivos de gerar renda, apesar dos esforços da Comunidade e do apoio do SEBRAE. A própria Casa do Artesão, de Cuiabá, que é um ponto de venda dos derivados de caju, por vezes fica sem produto, conforme relata a presidente:

A gente fornece para a Casa do Artesão, com produtos do caju, mas como os produtos eles só são em uma época, ela também não é permanente, não é direto, a gente abastece lá enquanto tem produto, e depois só na nova safra (E. R. A., Presidenta da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito da Voadeira, entrevistada em 25 de outubro de 2006).

Já os doces produzidos de outros frutos são comercializados, ao longo do ano, tanto na própria Comunidade, como em mercearias da região e na feira livre do município, que acontece todas as quartas-feiras, à noite, e aos domingos, pela manhã. O depoimento da presidente da Associação revela:

O que a gente está abastecendo direto é no doce de leite a gente está abastecendo o Super Ouro Fino, a Mercearia N.S. Aparecida, a lanchonete do Posto Boa Viagem e o Açougue Catarinense, mas esse é o doce de leite, de pedaço (E. R. A., Presidenta da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito da Voadeira, entrevistada em 25 de outubro de 2006).

Nessa Comunidade, em se tratando da produção dos derivados de caju, que representam a marca Voadeira, tem-se percebido que a dificuldade maior é a falta de uma área para plantio, pois 34 dos 35 chefes de família entrevistados alegam faltar terra para plantar, sendo que os moradores do núcleo não possuem condições econômicas de adquirir uma área.

De acordo com as análises realizadas junto à Comunidade Voadeira, entende-se que, como afirma Müller (1997), "a participação, a localidade ou região, a pesquisa científica com os conhecimentos do pessoal da região, são ingredientes fundamentais para uma estratégia ecologicamente sustentável." (p.133).

Nas palavras de Müller (1997) essa é a base para que o desenvolvimento local possa acontecer de forma sólida, participativa e eficaz. Pois somente com o envolvimento dos atores locais, ao contribuir com o seu conhecimento e reconhecer as suas potencialidades e os seus desafios, é que se fortalecem as relações das instituições com a Comunidade.

É preciso que cada comunidade preserve suas características peculiares,, sua cultura, sua forma de vida, seus costumes. Nesse contexto, Becker (1997) afirma que, para poder nela intervir, é necessário entender que:

[...] cada processo de desenvolvimento específico representa, ou melhor, expressa a conexão entre a produção material, produção cultural e a produção ético-ideológica do lugar, respondendo ao mesmo tempo às necessidades sociais de mudança. Por isso, as intervenções no processo de desenvolvimento devem considerar as condições naturais, culturais e ético-ideológica de cada lugar como pressuposto e, ao mesmo, resultado do próprio processo de desenvolvimento (p. 81).

As concepções teóricas desenvolvidas por Becker trazem à reflexão a necessidade de se conhecer bem a realidade da Comunidade, antes de nela intervir; por isso é que a descrição etnográfica da população da Comunidade Voadeira é importante para elaborar um novo projeto de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade.

4.3 ENTRAVES ENDÓGENOS E EXÓGENOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE VOADEIRA

Diante dos dados levantados e das análises feitas, a questão que se coloca é a seguinte: até que ponto o desenvolvimento sustentável é possível numa Comunidade em que o histórico de vida dos moradores é composto de sucessivas migrações, fome, expropriação de suas terras, trabalho informal, dentre outros, e que vivem sem as condições de saneamento básico? (vide **Figura 16**).

Como vimos em depoimento de moradores, os discursos de políticos da região vêm recheados de falsas promessas, de falsas melhorias, as quais são esquecidas, após o pleito eleitoral, ou, mesmo quando são construídas obras com

objetivos eleitoreiros, elas não cumprem com a sua função social, como é o caso do Posto de Saúde da Comunidade, o qual não tem atendimento médico nem mesmo medicamentos ou vacinas.

Figura 16



Latrina ainda presente em algumas residências da Comunidade Voadeira, 05/09/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Nesse sentido, vale ressaltar as palavras de Lago (1984), ao dizer que um projeto de desenvolvimento sustentável contempla descentralizar a economia, a política, o poder, o espaço social e a produção. Isso requer priorizar as exigências de consumo local, incentivar as pequenas cidades a tornarem-se centros culturais e econômicos autônomos, desconcentrar geograficamente os parques industriais, incentivar os camponeses a diversificar as atividades econômicas e cultivar produtos orgânicos – vinculados à reforma agrária, obter fontes de energia, matéria-prima e mão-de-obra para a produção agrícola e industrial, a partir de recursos regionais.

Face às constatações obtidas através das pesquisas junto à Prefeitura Municipal, ao IBGE, ao cartório, ao INCRA, das entrevistas, da coleta de dados e das informações por meio de questionários aplicados aos moradores de Voadeira, podem-se tecer algumas considerações.

Pelo levantamento do perfil sócio-econômico da Comunidade, constata-se que as atividades ali desenvolvidas não atendem aos princípios da sustentabilidade,

uma vez que não existe um equilíbrio entre os quatro pilares básicos: econômico, ambiental, social e tecnológico.

A economia local atualmente se baseia numa produção em que a renda da maioria das famílias não possui regularidade, tanto pelas atividades rurais de diaristas, como pelas atividades da produção de doces.

Os direitos sociais estão comprometidos pela carência dos serviços básicos de saúde, saneamento, escola, transporte, emprego, lazer, telefonia e outros na Comunidade. A própria Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira não consegue atingir o objetivo que consta do seu Estatuto Reformado (2004), que é de congregar os moradores “para um trabalho sócio-educativo e demais atividades econômicas, profissional ou cultural que completam o trabalho comunitário e, ainda, amparar e defender os interesses gerais da comunidade...” (p.1).

Não há nem apoio, nem iniciativa no sentido de buscar inovação tecnológica, pois as atividades ali desenvolvidas baseiam-se em trabalho artesanal, tanto na produção dos doces como nos serviços gerais de fazenda os quais são braçais.

O que se pode considerar de positivo, no âmbito tecnológico, é a reforma da Cozinha, que procura adaptar-se aos moldes da vigilância sanitária e o apoio do SEBRAE, com cursos e consultoria que vêm incrementando o trabalho (vide **Figura 17**) e dá maior qualidade aos doces e derivados. Nesse aspecto, contribui para a prospecção de mercado e reforça a marca Voadeira. No entanto, para atingir o mínimo de sustentabilidade, necessário se faz atingir um patamar mais elevado de tecnologia que possa garantir aumento da produtividade e continuidade das atividades ao longo de todo o ano.

Em relação às questões ambientais, talvez um dos problemas mais preocupantes encontrados na Comunidade, que revelam insustentabilidade, é o processo de degradação das margens do Córrego Voadeira, o que já compromete o suprimento de água para as fazendas e chácaras vizinhas em períodos de estiagem.

Tanto o núcleo central como o entorno de Voadeira sofrem as ações antropogênicas e isso se reflete inclusive na carência de lenha para cozinhar, conforme a maioria dos entrevistados menciona. A respeito do Córrego Voadeira, que passa próximo às casas, percebe-se a inexistência de mata ciliar em certas partes do leito e a presença de erosões, provocadas pela pecuária.

Figura 17



Cozinha Comunitária de Voadeira, 25/06/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Outra constatação nesse aspecto é que, quando da visita à nascente do referido Córrego, observa-se a plantação de capim *Brachiaria* até a beira do Córrego, em ampla extensão, além de uma represa construída dentro da sede de uma fazenda. A presença de lixo inorgânico nas redondezas da vila e o despejo de esgoto de lavanderia nas vias públicas também são fatores preocupantes que afetam a preservação.

Outra preocupação que se levanta é em relação à coleta de frutos, que é de base extrativista e, se for intensiva, pode tornar-se predatória, uma vez que a utilização alimentar é a parte reprodutiva da planta – o fruto. Nesse aspecto, Almeida (1988) afirma ser necessário deixar uma quantidade adequada de frutos para germinação das sementes no campo, para que não ocorra a extinção daquela espécie e nem a falta de alimentos para animais silvestres que deles se utilizam. A solução seria a produção de mudas e o cultivo de espécies de interesse.

Nesse aspecto, pôde-se observar durante a pesquisa de campo, no período de coleta do caju, a presença de muitas araras e periquitos alimentando-se no local. Esse fato nos remete ao depoimento de um morador da vila, o único que

possui ainda uma propriedade rural no entorno, o qual relatou que, antigamente, se podia matar e espantar os passarinhos das roças e, hoje, com a legislação aplicada, a dificuldade em cuidar das roças é muito grande.

Ah, eu planto lá, sempre colhendo da roça lá. Agora, [...] estou plantando, mesmo porque eu cheguei aqui plantando mais arroz, milho, feijão, aqui naquele tempo era mais fácil de lidar. E hoje ainda hoje dá, mas hoje a terra parece já está mais cansada, só se for com adubo. Mas a gente perdeu o jeito desse negócio de plantar arroz, milho, porque não faz gosto. O derradeiro aí que eu plantei, eu já fiquei meio contrariado com o arroz, porque plantar uma roça pequena, a gente fraca só planta é pouco, n/é, porque a gente vai trabalhar braçal, que é mais o que a gente faz, não tem maquinário, aí planta roça pequena, é só pra passar raiva. Os passarinho renderam, a lei, veio uma lei para não açoitar passarinho, não matar, não sei o quê. Aí na lei que está é só deixar só render. Olha, eu acho que precisava de o povo, como diz, pôr emenda nesse negócio, modo de o governo votar esse negócio porque de um jeito que está, o pobre não tem jeito mais de viver mais não, de roça não. Plantar rocinha pequena o papagaio, o passarinho come tudo, tudo! Porque encheu de trem aí, de passarinho, tem passarinho demais. Aí não é para matar nenhum, porque matar a gente não dava conta não. Mas naquele tempo que podia matar, fazia mais medo, com tiro, uma coisa, matava algum eles lá sentiam falta, e a gente só faltava um pouco. Mas agora está por conta. Vigiar uma roça pequena, a gente planta pequeno, não dá tempo de ficar lá vigiando. Aí não colhe não. Aí até no ano atrasado mesmo eu plantei um meio alqueire de milho na beira da estrada, [...], ah, mas eu passei raiva! [...]. Mas o milho quando foi engrossando o leite do caroço, os passarinho montou em cima, os papagaios, periquito. Aí quando ele coalhou o leite, eu digo: eu vou dobrar esse milho para ver se, porque de primeiro a gente dobrava, modo dos periquito, dobava e sossegava, aí dobrei e ficou do mesmo jeito, eles ficou comendo do mesmo jeito. Se foi o trabalho, que teve [...] de dobrar, e ficou lá comendo do mesmo jeito. Tá doido! O ano atrasado. Aí, não sei não, hoje em dia está sem jeito da gente poder trabalhar. Mandioca eu vivi mas eu plantei, eu plantava mais essas coisa, mais mandioca, o que eu mais plantava era mandioca. [...]. Alguma vez saiu o caminhão carregado daqui com farinha para a cidade. (...) A farinha eu ainda eu estou fazendo, porque todo ano eu faço para despesa. (J. P. F., 80 anos, aposentado, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistado em 05 de setembro de 2006).

Esse depoimento revela que não há uma visão ecológica, de preocupar-se em manter áreas nativas para a preservação de aves e animais silvestres. Na visão de alguns moradores, eles devem ser extintos para que se possa produzir.

Com base nas análises realizadas junto à Comunidade Voadeira, que pratica atividades extrativistas, produção de horta e criação de galinhas para subsistência, além de outras atividades temporárias, constata-se que ela se classifica como carente. Assim, entende-se viável indicar algumas ações, conforme proposta inicial deste estudo. A efetivação dessas ações necessita do envolvimento da Comunidade, do poder público e da iniciativa privada.

Para alcançar os objetivos do novo projeto que apresentaremos, o conhecimento deste estudo será necessário aos envolvidos, pois a pesquisa realizada junto a esses pequenos agricultores teve como objetivo estudar as relações sócio-econômicas da Comunidade, fazer uma descrição etnográfica do local, avaliar se as atividades desenvolvidas na Comunidade são sustentáveis e verificar se os fatores culturais da população interferem na escolha das atividades ali praticadas.

Outro fator a ser considerado é o de que nem sempre o sucesso econômico significa o bem-estar social e cultural. Na visão de Carneiro (1999) isso quer dizer que o sucesso econômico medido pelo incremento da produtividade e renda pode estar associado à “intensificação da exploração da força de trabalho ou da destituição de laços de solidariedade e da desestruturação familiar” (p. 338).

Segundo esse autor, uma das razões que levam os agricultores familiares à pluriatividade é a queda da renda agrícola. No entanto, não são todas as unidades familiares que optam por essas alternativas e isso se deve a razões de tradição cultural. Essas atividades dependerão do capital econômico disponível, das condições de mercado, das capacidades individuais e coletivas existentes para enfrentar os períodos de redução nos rendimentos da agricultura, que podem desencadear novas atividades. Nem sempre é o fator econômico que determina a abertura de novas atividades; muitas vezes valores culturais podem estar representados no patrimônio territorial da atividade agrícola, convergindo esforços para sua manutenção.

Nesse sentido, concorda-se com Whitaker & Bezzon (2006), para quem a solução é encontrada na criação de “redes de produção local em territórios bem definidos e a partir do caráter multifuncional da pequena propriedade” (p. 84).

Porém, nem sempre essas soluções encontradas por algumas comunidades são sustentáveis. Brundtland (1987) cita que o desenvolvimento sustentável requer atender às seguintes categorias: retomada do crescimento; mudança na qualidade do desenvolvimento; geração de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manutenção de uma escala populacional sustentável; conservação e melhoria da base de recursos e a inclusão do ambiente e da economia nas tomadas de decisões.

A crença com a qual se iniciou o trabalho de pesquisa era a de que as atividades desenvolvidas pela Comunidade Voadeira seriam sustentáveis. Porém,

no decorrer da pesquisa, ao contrário do que se quis demonstrar, constatou-se que as atividades ali desenvolvidas não têm sustentabilidade, conforme os inúmeros pontos negativos abordados anteriormente.

A partir de autores como Ferreira (1998), Sachs (2002), Boff (2004), Brandenburg (2005), Capra (1995), Procópio (2001), Martins (1996) e outros, e com base nos dados coletados, constatou-se que a Comunidade Voadeira não apresenta sustentabilidade em suas atividades. Para atingir a sustentabilidade é necessário garantir a participação de todos os moradores nas decisões, desenvolver um sistema de produção que respeite a vocação local, ter preocupação em preservar o ambiente, investir em tecnologia inovadora para o desenvolvimento das atividades, propor um mercado justo e regular, promover a inclusão social e contribuir para a melhoria dos indicadores sociais.

É a mobilização social que vai dar força às ações, das quais devem participar a prefeitura, instituições financeiras, universidades, instituições de formação profissional e de apoio técnico e outros parceiros. De forma articulada, é necessário focalizar nas atividades produtivas pretendidas; fortalecê-las através de agentes financiadores, como bancos e cooperativas e capacitar a Comunidade nas questões organizativas, gerenciais e mercadológicas, como forma de garantir a sua emancipação e a governabilidade das ações.

No que diz respeito à Comunidade Voadeira, é necessário um projeto de desenvolvimento local, que respeite a singularidade do povoado, com a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades básicas dos moradores e que os incentive a uma cultura empreendedora, com apoio logístico às suas atividades, com acesso aos mercados e ao crédito, aliada à conservação do ambiente. Esse conjunto de fatores é que gera a competitividade dos negócios.

Um plano de desenvolvimento local para a Comunidade Voadeira necessariamente deve contemplar a instalação de uma rede de esgotos; a ampliação e melhoria da rede escolar; a melhoria do sistema de transporte; a geração de empregos; o crescimento econômico; a conservação dos recursos naturais; a melhoria do sistema de comunicação; a ampliação da oferta de matéria prima e a ampliação dos mercados.

Especificamente falando dos recursos naturais, não se percebe na Comunidade ações de conservação, que possam beneficiar as futuras gerações. A hipótese que se considera é de que a forma como os moradores agem em relação

aos recursos naturais deve-se tanto ao baixo grau de escolaridade como pelo baixo nível tecnológico adotado. Principalmente em relação aos moradores do entorno,, cujas propriedades são maiores, não se percebe a inserção dos meios preservacionistas. A presença de capim *Brachiaria* ou de pastagens nativas até a beira dos córregos, substituindo a mata ciliar, é um indicativo de não preservação. Inclusive alguns chacareiros reclamam da queda do volume de água nos córregos, o que já está prejudicando suas atividades de pecuária em certas épocas do ano.

Essas informações revelam que é necessário definir ações imediatas, pois ainda há possibilidade de reverter esse processo destrutivo. Para isso, é preciso dialogar tanto com os moradores como com o poder público, de forma a montar um projeto de florestamento (plantio de espécies nativas) das matas ciliares, para conter a degradação das margens e evitar a perda das nascentes. Mesmo considerando que a natureza, na maioria das vezes, se regenera sozinha, no caso específico de Voadeira, no estágio em que se encontra, entende-se que requer ações externas, inicialmente, para interromper o processo de destruição e, em seguida, iniciar a reposição das espécies nativas do local.

Sempre com o olhar para o desenvolvimento sustentável, no Capítulo 5, faz-se um estudo mais aprofundado dos aspectos sociais e econômicos da Comunidade Voadeira e, com base nas análises, apresentam-se algumas ações possíveis de serem desencadeadas, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

5 COMUNIDADE VOADEIRA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O objetivo deste capítulo é discutir alternativas de desenvolvimento econômico e de organização social que assegurem à Comunidade Voadeira, perspectiva de vida com mais qualidade e independência. O ponto de partida será o perfil sócio-econômico e as atividades desenvolvidas pela população. Isso implica analisar a atual situação da Comunidade, em particular as atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira, especificamente pelo grupo de cotistas da Cozinha Comunitária, além dos que desenvolvem atividades no parreiral e de outras atividades temporárias das quais a Comunidade depende para sua sobrevivência.

O propósito que se tem é de indicar algumas ações prioritárias possíveis de serem desenvolvidas na Comunidade, para que o seu desenvolvimento possa se desencadear dentro de uma perspectiva sustentável.

5.1 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE VOADEIRA

O processo de modernização da agricultura brasileira, em particular da região Centro-Oeste, forçou o avanço da fronteira agrícola e, com esta, ocorre uma enorme pressão sobre as terras indígenas e dos pequenos produtores, principalmente dos posseiros, daqueles sem documentação de suas terras.

A Comunidade Voadeira sofre todo esse processo de pressão pelos grandes proprietários de terra do entorno e hoje é uma “ilha” em meio a latifúndios, sem possibilidade de expansão dos seus lotes. Sofre carências de infra-estrutura, de atendimento à saúde, de saneamento básico e possui transporte precário e insuficiente. Nessa situação, os moradores procuram desenvolver atividades alternativas, como a produção de doces, a prestação de serviços de diaristas em fazendas, nas atividades de roçado, de vaqueiro, de instalação de cercas, dentre outras.

Sua importância histórica é muito grande, por se tratar do núcleo habitacional mais antigo do município de Barra do Garças e por carregar a

historicidade de ter sido a sede do posto de telégrafo que fazia comunicação entre Cuiabá e Goiás.

Naquele período, Voadeira era mais movimentada; os moradores praticavam agricultura em suas próprias terras e quem não possuía propriedade, arrendava terra dos fazendeiros do entorno, conforme relato dos moradores:

Eu tocava roça, [...], quem não tinha terra, tocava roça, nós todo mundo tocava roça lá na terra de Gerson. Zé Dinilo, eu, José Balduino, todo mundo tocava roça lá. Plantava arroz, plantava feijão, plantava milho. [...] Era pouquinho que pagava n/é? Eu não sei se era 25, era uma besteira que a gente pagava [...]. Aí Gerson vendeu, foi vendendo, vendendo, foi plantando capim, foi acabando. Aí pronto! Ficou todo mundo parado. Só o Zé Dinilo que tem uma terrinha ali, o Antão que tem outra pra acolá, os moradores antigos ninguém tem, acabou tudo, foi todos embora, [...]. O João Abacate foi embora, foi acabando, acabou a pensão. A mãe de Carolino tocava uma pensão aqui nessa casa [apontando para uma casa próxima]. [...], o Hermidio tocava uma loja ali, tinha farmácia, tinha loja. Foi embora [...] pro Goiás, não ficou ninguém. Ficou aí, foi acabando. Foi o povo foi saindo, saindo... (M. M. S., 80 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 20 de setembro de 2006).

Esse depoimento, rico em detalhes sobre a vida dos moradores de Voadeira demonstra que, como afirma Ribeiro (2001), os que migram em busca de terra, se deparam com uma série de contradições entre o sonho e a realidade. É na terra e por meio desta que procuram manter suas tradições, suas representações de mundo e suas liberdades. No entanto, com o processo de modernização, são pressionados e/ou convencidos a venderem suas terras. Essa venda lhes proporciona a ilusão de buscar melhoria de vida, nas cidades, ou em outras regiões rurais, pois o que lhes atrai não é a renda, mas o sonho de buscar um pedaço de terra onde possam criar sua família e manter as tradições.

Esse processo de venda da propriedade ocorre por conta da chegada do capital ao campo. O desenvolvimento das grandes propriedades agropecuárias na região leva a um processo de expulsão dos pequenos agricultores, cedendo lugar à expansão das pastagens.

No período de 1950 a 1954, com a construção das pontes sobre os rios Araguaia e Garças, Barra do Garças ligou-se aos Estados de Goiás, de Minas Gerais e de São Paulo. Esse fato alavancou a incorporação do município ao mercado produtivo nacional, que se intensificou na década de 1970.

A reprodução e expansão do capital no campo, nesse período, fez com que os pequenos agricultores remanescentes desenvolvessem inúmeras estratégias para continuar sobrevivendo em suas terras.

Para se contrapor a esse processo que gera exclusão dos pequenos agricultores, é necessário pensar uma tecnologia de acesso à maioria; por isso, entende-se que a agroecologia e a valorização do pequeno produtor é uma iniciativa louvável.

Outra medida, de cunho governamental, é a criação do PRONAF, que se amplia e atende um número significativo de pequenos agricultores, proporcionando condições de melhorar a dinâmica do trabalho, na propriedade rural, bem como ampliar a produção, na busca de geração de renda.

O Movimento dos Sem-Terra (MST), iniciado na década de 1980, veio combater o latifúndio improdutivo e tentar amenizar os problemas dos pequenos agricultores e do desemprego urbano. Nesse sentido é que esse movimento de cunho político, reivindicatório, em defesa da agroecologia, contribuiu para engrossar e fortalecer a luta pela justiça, pela democracia, pela punição dos que atentaram contra a vida de trabalhadores e por melhores condições de vida, a luta pela dignidade, a luta pelos direitos de cidadãos.

Essa grande parcela da população que vive em condições precárias, formada pelos sem-terra, pelos sem-teto, pelos sem-trabalho, busca sensibilizar o poder público e fazer aplicar a legislação. Nesse sentido, concorda-se com Assad & Almeida (2004) ao afirmar que a agricultura é essencial para a produção de alimentos e de produtos de primeira necessidade, portanto, importantes para o bem-estar humano. No entanto, gera inúmeros desafios, tanto para governos e sociedade como para os agricultores.

O primeiro desafio é o ambiental, pois a agricultura causa impactos pela substituição de uma vegetação natural, já adaptada ao solo, por outra que exige a contenção do processo de sucessão natural, ou seja, acarreta o uso de insumos externos para retribuir uma produção que proporcione ganhos econômicos. Nesse sentido, o desafio está em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente de tal forma que seja mínima a dependência desses insumos externos e de recursos naturais não-renováveis.

Outro desafio é de natureza econômica. Isso porque a agricultura é considerada uma atividade capaz de gerar produtos de valor comercial tanto maior

quanto maior for o valor agregado. Nessa ótica, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que atenuem perdas e desperdícios, cuja produtividade seja compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que garantam competitividade no mercado bem como a qualidade do produto.

O terceiro desafio é social. A agricultura é um dos setores da economia que gera, ao mesmo tempo, empregos e contribui para a contenção de fluxos migratórios, aliviando, em consequência, o processo de urbanização acelerada e desorganizada. Entretanto, esse desafio exige a adoção de sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural, em condições dignas de trabalho, com remuneração compatível com seu grau de importância no processo de produção.

O quarto desafio considera a agricultura como uma atividade que se realiza fundamentalmente no território e, por isso, é uma atividade que se integra a outras atividades rurais. Em outros termos, a efetiva integração entre a produção agrícola e o espaço rural ocorre por meio da diversificação de atividades e da multifuncionalidade desses espaços. É a utilização do espaço rural para desenvolver atividades não-agrícolas, tais como a produção de doces, queijos, frutas, ovos, frangos, verduras, artesanato, turismo, piscicultura, enfim, uma série de atividades que incrementam a renda.

E, por último, o desafio tecnológico que transformou a agricultura e esta se tornou uma atividade fortemente dependente de tecnologias. A dinâmica da agricultura do Centro-Oeste, a partir dos anos 1970, atestou essa integração com o aumento da produção e da produtividade. Se, por um lado, o uso intensivo de recursos tecnológicos revolucionou a agricultura, por outro causou grandes impactos ao ambiente, de tal forma que é crescente a necessidade de se desenvolverem novos processos produtivos com tecnologias que sejam menos agressivas, ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produtividade.

A Agenda 21 (2004), além das questões ambientais, discute também a importância da dimensão social visando à redução das desigualdades e combate à pobreza; à proteção e à promoção das condições de saúde humana e seguridade social, assim como à promoção da educação e da cultura para a sustentabilidade e à proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade.

Entretanto, esclarece que o governo e a sociedade devem estar integrados para promover o progresso social e o exercício da cidadania dos grupos socialmente vulneráveis, por meio de ações que lhes garantam serviços de saúde, educação, assistência social e lazer, bem como documentação básica. Essa união deve estar pautada no respeito às diferenças culturais e peculiaridades regionais, via participação popular, sempre com vistas à melhoria da qualidade de vida dessas populações e à equidade social.

Ressalte-se, porém, que não se pode inserir a Comunidade Voadeira nesse contexto, uma vez que esta é caracterizada por suas peculiaridades regionais, limitada pelo uso da terra e acesso a ela pelos grandes proprietários, carentes de serviços de assistência social. As atividades desenvolvidas pela Comunidade atenderam inicialmente à agricultura capitalista, com prestação de serviços para abertura de novas áreas, com práticas agrícolas diversas, com plantio de pasto e com a oferta de serviços braçais. Hoje, são relegados à própria sorte, pois os fazendeiros do entorno praticam apenas a pecuária, diminuindo drasticamente a oferta de serviço aos moradores. Acaba para o pequeno agricultor o sonho da fartura, que, na verdade, nunca existiu.

Na visão de organismos internacionais, da sociedade civil organizada, e de pesquisadores como Becker (2005), para a solução dos problemas socioambientais e econômicos da Amazônia, é necessária a aplicação maciça de recursos em ciência, tecnologia e educação, na região. Isso porque, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da sociedade e a adoção de novos modelos de produção são indispensáveis para que se possa promover o crescimento econômico, a inclusão social e a conservação dos recursos naturais.

Em consequência, a exploração ordenada dos recursos naturais geraria emprego e renda e proporcionaria para a região, por um lado, a proteção da biodiversidade e, por outro, o desenvolvimento de condições adequadas de produção, baseadas na exploração desses recursos, através de cadeias industriais.

Hoje, segundo Becker (2005), a situação que se apresenta nas iniciativas comunitárias é a falta de investimento em pesquisa e tecnologia que sejam apropriadas ao desenvolvimento de processos industriais mínimos. Nesse sentido, o sucesso das cadeias produtivas de base alternativa só se dará a partir das populações locais, as quais necessitam aprender e melhorar suas técnicas para

agregar valor aos produtos, buscar a certificação e estreitar laços com os centros de biotecnologia avançada.

Na Comunidade Voadeira, o que se percebe é que ela sofre as conseqüências excludentes pela não aplicação das políticas públicas que estão garantidas na Constituição Federal, ou seja: educação, saúde, lazer, transporte, saneamento básico, entre outras.

Dessa forma, a Comunidade não apresenta autonomia econômica, sofre pressões dos fazendeiros do seu entorno, que não estão preocupados com a questão ambiental, mas, sim, com a posse das terras dos moradores. Em função disso, constata-se que a degradação ambiental está presente na Comunidade.

Diante da dificuldade da oferta de serviços, os moradores de Voadeira, como forma de resistência para permanecer na terra, gestaram um projeto novo, uma alternativa - a construção da Cozinha Comunitária - por meio da criação da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira, na busca da emancipação econômica.

Na Voadeira, a população desempenha atividades voltadas ao extrativismo, com a coleta do caju, principal matéria-prima para o funcionamento da Cozinha Comunitária na produção de doces, além da coleta de outros frutos da região: jaca, mamão, abacaxi, manga e outros. Essa matéria-prima é coletada nos quintais das famílias do núcleo, como também nas chácaras e fazendas vizinhas.

5.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAIS E PRODUTIVAS DA COMUNIDADE VOADEIRA

A Comunidade Voadeira, atualmente, possui características de um bairro rural, e seus moradores são apegados às práticas tradicionais, como o uso da queimada, culturas de ciclo longo (frutíferas) e não são muito ecológicos, pois o local apresenta-se devastado, com lixo no entorno do Córrego e algumas residências com esgoto despejado nas vias públicas. O uso intensivo do fogão a lenha e a ausência de mata no entorno, revelam a não preocupação com a preservação do local. Todos esses fatores contribuem para a insustentabilidade do lugar.

Do ponto de vista econômico, mantêm vivas características típicas do nordeste, como a fabricação da farinha de mandioca, a criação de galinhas, galinhas d'Angola e pequenas hortas. Já com relação aos costumes, o uso do chapéu de couro, do facão na cintura e do cão como companheiro também revela o apego às

práticas do passado. E, arquitetonicamente, na Comunidade, muitas casas continuam sendo de adobe, o que permite dizer que a modernidade ainda não chegou ao local. No que se refere à questão sócio-ambiental, vários problemas permitem classificá-la como sendo uma Comunidade carente, cujas características e práticas culturais revelam a insustentabilidade pelos seguintes motivos:

a) a ausência de fossa em algumas residências contraria a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e o Decreto nº 8.468, de 08 de setembro de 1976, pois a Lei define como poluição o lançamento de esgotos, em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, isto é, que degrade a qualidade ambiental, prejudicando a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) a presença de lixo em áreas públicas, às margens do Córrego Voadeira, provoca a poluição das águas;

c) a degradação das margens do Córrego Voadeira, pela derrubada da mata ciliar e pela prática da agropecuária, provoca o assoreamento do manancial;

d) o uso intensivo de fogão a lenha, tanto nas residências como na Cozinha Comunitária, compromete a sustentabilidade ambiental, visto que na região a presença de mata ciliar já é mínima;

e) a falta de uma política de atendimento à saúde na comunidade, caracteriza um estado de completo abandono por parte do poder público, pois, apesar da presença do Posto de Saúde, não há vacinação, atendimento médico ou odontológico, nem mesmo fornecimento de medicamentos;

f) o sistema de transporte apenas uma vez por semana para a sede do município é insuficiente, porque todas as famílias dependem da cidade para compras, atendimento médico, serviços públicos em geral, além de opções de lazer para o final de semana. Como alternativa, resta-lhes a carona de vizinhos que possuem veículos, ou mesmo a Kombi da Associação que, quase diariamente, vai à cidade e cobra uma taxa de R\$2,50 para ida e R\$2,50 para volta. Viagens extras custam R\$1,00 por quilômetro rodado;

g) o grau de escolaridade ofertado na comunidade é insuficiente para as necessidades das famílias. A alternativa oferecida pela Prefeitura Municipal é de transportar os alunos da 5ª série em diante para a cidade, a longas distâncias, com falta de segurança, o que gera insatisfação por parte dos pais;

h) o sistema de telefonia é precário, pois há um único orelhão, além do que o sistema de telefonia celular, na maioria dos casos, não funciona;

i) a falta de asfaltamento e de manutenção das estradas gera constantes problemas mecânicos nos sistemas de transporte;

j) a presença de algumas casas fechadas na Comunidade revela a falta de perspectiva dos moradores, que se deslocam em busca de trabalhos temporários em fazendas, ou, até mesmo, migram para as cidades, em busca de melhores condições de vida;

k) a distância do centro da cidade e a falta de transporte diário reduzem as possibilidades de lazer na comunidade, uma vez que as opções no local resumem-se em um campo de futebol, uma praça, o Córrego Voadeira ou, como mencionado pelos moradores, na televisão;

l) a Cozinha Comunitária opera bem abaixo de sua capacidade de produção, por falta de uma câmara fria para armazenamento da matéria-prima, ou, até mesmo, por não possuir área para plantio de frutíferas, que favoreceria a ampliação das suas atividades;

m) a pesquisa revelou que 18,28% dos moradores da Comunidade vivem de aposentadorias ou de auxílio-doença, 14,08% têm mais de 60 anos de idade e 16,90% têm menos de 10 anos de idade, ou seja, não têm condições de assumir novas atividades;

n) o grau de alfabetização é baixo, pois 60,57% dos moradores têm de 0 a 4 anos de estudo, sendo 11,26% não alfabetizados. Isso dificulta qualquer tentativa de melhorar as condições sócio-econômicas da Comunidade através de medidas que envolvam formação profissional;

o) a renda média das famílias é baixa, pois 87% das famílias do núcleo vivem com até 2 salários-mínimos, não tendo condições de uma alimentação balanceada;

p) a cultura tradicional arraigada nos moradores, cujas práticas vão desde o uso constante de fogão a lenha, derrubada da mata, uso de queimada, dejetos despejados nas vias públicas e desperdício de matéria-prima para fabricação dos doces, contribui para a insustentabilidade da Comunidade;

q) a inoperância e o descaso do poder público no atendimento às necessidades de transporte, educação, saneamento, saúde e lazer são cruciais na contabilização social que gera a insustentabilidade local;

r) a pouca oferta de trabalho no entorno aponta para a falta de perspectivas futuras para os moradores da Comunidade, uma vez que até no parreiral que emprega 10 pessoas, o responsável pela equipe aponta que a baixa escolaridade pode ser um agravante na hora da contratação.

Diante dessa realidade, faz-se um questionamento quanto ao compromisso do poder público, pois o posto de saúde da Comunidade não cumpre com sua função social. Segundo a Lei Municipal Nº. 1295 de 04 de abril de 1990, que dá providências para a construção de um posto de saúde na Comunidade Voadeira, foi projetado um, com 1 sala para consultas, 1 copa, 1 sala para imunização e curativos, 1 sala para dentista e sanitários. Hoje, esse posto está inerte.

A população de Voadeira, quando das campanhas de vacinação, tem de se deslocar até a sede do município de Barra do Garças, uma vez que o posto de saúde não possui médico, dentista, vacinas e muito menos medicamentos. O único serviço lá prestado é o de verificação da pressão arterial, segundo informações dos moradores.

Esse descaso por parte do poder público é colocado com muita ênfase pelos moradores. Veja os depoimentos:

Tem um posto de saúde, nós fez calo na mão de carregar cascalho, nunca me serviu para nada. Eu sou indignado com esse posto de saúde, viu. Eu não sei por que que ele existe. Não tem médico, não tem remédio, não tem nada. Se vai lá pegar uma cibalena, não tem licença de entregar, e não tem também, não tem nada, n/é..., por quê? (L. P. P., 72 anos, aposentado, natural de Pontalina – GO, entrevistado em 04 de setembro de 2006).

Médico aqui de ano em ano vinha um, mas agora nem isso não vem. Nem vacina, se eu explicar para a senhora. As crianças pequenas aqui vem vacina pra Barra, de primeiro vinha. Tinha uma mulher que era, não sei que era que trabalhava, a Dona Antônia [referindo-se à secretária municipal de saúde da gestão anterior] acho que era. Vinha as vacinas para as crianças. Agora, se quiser vai vacinar no Palmares [Bairro distante 14 km do núcleo] ou na Barra. Nem isso já está com não sei quantos meses que vem para vacinar, vacina para a Barra e aqui não vem não (M. M. S., 80 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 04 de setembro de 2006).

O que se pôde constatar é que a falta de um programa que atenda a Comunidade tanto na saúde, como na educação, esgoto sanitário, transporte e geração de emprego, leva a comunidade a ter baixa qualidade de vida. Como revela

uma moradora, ao falar da rua onde mora. Segundo ela, sua rua era sempre esquecida, descaso que se estendia até mesmo à falta de energia. Veja:

É que o lugarzinho é pequeno, como aqui é a Voadeira, uma currutelinha pequena. E passa [...] energia lá na frente e aqui no fundo não passa, por quê? A gente [...] também aqui é filho de Deus. Aí eu me revolto umas horas. Eu digo: na política todo mundo acerta que mora gente aqui em cima. Eu já passei cada uma aqui em político. Eu digo: aqui não mora ninguém, não. – Uai, dona! Mora! A senhora não mora aqui? - Não, eu não moro aqui, não! Porque aqui ninguém manda nada para aqui, não. Chegam as coisas aí para baixo, e lá para baixo mesmo recebe tudo, se acaba tudo, e aqui em cima ninguém se lembra. É, ninguém se lembra! É, que fulano teve aqui dando isso dando aquilo e aqui nada! Aí quando eles vêm com santo eu digo: nem de santo eu gosto, [...], eu falo bem assim. Não se lembra da gente quando a gente não vota, também? [...] com razão, porque quando a gente precisa também, pelo menos uma energia. Ninguém vai pedir dinheiro, ninguém vai pedir isso ou aquilo. Mas que se lembrasse daqui também, que aqui também mora gente aqui em cima, n/é? Que jeito que gasta para puxar uma energia dali de onde está esse poste para aqui n/é? Porque eles não querem! É. Agora quando querem voto todo mundo chega aqui com santinho, n/é? Não estou precisando de santo! (I. R. A., 70 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 04 de setembro de 2006).

Vale mencionar que, em função do período eleitoral, na semana seguinte à entrevista, a energia já estava colocada. Fatos como esse, de os políticos só aparecerem em período eleitoral, deixam a comunidade arredia em relação a promessas, como revelado por alguns moradores, durante o período das entrevistas, uma vez que estas aconteceram em período eleitoral.

De acordo com os depoimentos, a leitura que se faz é de que os moradores têm percebido que as promessas de campanhas políticas já se tornaram corriqueiras e que não mais fazem diferença. Fato é que, desde 1998, quando se participou de uma Ação Cívico Social, em parceria com o Ministério do Exército e uma rádio local, um candidato a vereador e sua esposa empenharam-se na reforma da praça e do museu e, mesmo com seu esforço eleitoral, não conseguiu se eleger. Inclusive houve indignação por parte de sua esposa, quando da visita posterior à Comunidade, ocasião em que percebeu o descaso em que se encontra a praça e o museu que ela se empenhara em reformar. Veja o que conta a moradora:

Essa pracinha aí quem fez foi a M. [esposa do candidato]. Mas o exagero dela [da praça] a senhora vê. [...] está com muitos anos que foi a M. que fez. Aquela casinha daquele museu só tava o chão. Ela mandou fazer os tijolos, os adobes, que não pode fazer de tijolo, que é coisa antiga do Projeto Rondon n/é? Ela pagou para fazer os adobes, fez a casa. E aí, arrancou as portas velhas, levou na Barra, deu uma reformada. Está ali. A praça quando ela está uma capoeira, fica um mundo velho, cresce essas

árvores aí fica encobrindo, você não vê nada. Serve, serve de motel, aí eles pegam, o pessoal da prefeitura vem roçar de ano em ano. Toda festa de outubro, quando é na festa do caju eles vem roçar essa praça. Quando não, agora vieram na festa da igreja, no mês de julho [festa do Divino Pai Eterno]. Estava um mundo velho, eles cortam no toco, ali agora ela está crescendo. Quando for daqui uns dias, que ela estiver nas nuvens de novo, daqui de um ano eles vem aqui e cortam. É uma praça? Nunca! Não é. Esses dias a M. teve aqui e falou pra mim: essa daí se acabar, num tem M. pra fazer outra mais não! (M. M. S., 80 anos, aposentada, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 04 de setembro de 2006).

A presença dos profissionais da prefeitura para serviços de jardinagem somente em períodos de festa não resolve os problemas que a Comunidade enfrenta. O mesmo ocorre com a manutenção da estrada que, segundo depoimento dos moradores, é realizada muito esporadicamente, geralmente em período de festas.

Em se tratando de festas, o Inventário Turístico do Município (2005) registra que, na Comunidade Voadeira, existem duas festas anuais tradicionais. Uma delas é a Festa do Divino Pai Eterno, de cunho religioso, realizada há aproximadamente 40 anos. Antes era comemorada por 09 dias seguidos. Hoje se estende por dois finais de semana e termina sempre no primeiro domingo de julho, que é o dia do Divino Pai Eterno. A outra é a Festa do Caju. De cunho popular e folclórico, ela acontece no mês de outubro, com duração de dois dias. Realizada há 16 anos, tem a finalidade de valorizar a cultura local e gerar renda para a Comunidade (vide **Figura 18**).

Como atrativo turístico local, tem-se também o Museu Histórico Voadeira, em adobe e madeira, tendo aproximadamente 12m² que, nos dias de festa, é utilizado para exposição e comercialização de artigos de artesanato da cidade vizinha, General Carneiro.

Assim como as festas tradicionais, segundo o Inventário Turístico do Município (2005), a Feira Livre consta também do calendário de eventos. Todo domingo a feira acontece na sede do município, onde três moradores da Comunidade Voadeira comercializam a produção de hortifrutigranjeiros. Essa feira é considerada um atrativo por comercializar frutas, verduras, legumes, queijos, ovos, ervas medicinais, roupas, produtos artesanais, comidas típicas, frutas silvestres, mel e outros.

Em outubro/2006, a Feira Livre passou a ter uma edição também às quartas-feiras, à noite, atendendo somente os produtores de Barra do Garças,

havendo a exposição e comercialização de doces por parte da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira.

Com potencial turístico, a Comunidade Voadeira tem ainda, nas suas imediações, um pesque-pague e todo visitante, para chegar lá, passa pela Comunidade. Isso pode ser visto como uma oportunidade de oferecer outros atrativos que venham a fomentar o turismo local; como exemplo pode-se citar a confecção de artesanato, cuja possibilidade já está sendo estudada, conforme depoimento a seguir:

Na verdade está sendo estudado dentro da Associação um novo grupo para trabalhar só com artesanato. Porque aí seria a marca Voadeira também impressa no próprio artesanato. A gente está pensando em trabalhar com as meninas mais novas, a gente está tendo dificuldade porque as instituições que dão curso só pegam acima dos 16, e esses jovens estão na faixa de 12,13, até os 15 anos. Então a gente está esperando, mas acredito que daqui uns 02 anos vai ter um novo grupo, ele também vai funcionar na forma de cotização, eles também vão ter uma sede própria, tudo dentro da Associação, mas já vai ser um grupo diferente, vai funcionar como a própria Cozinha (E. R. A., 32 anos, Presidenta da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira, entrevistada em 25 de outubro de 2006).

Iniciativas como essa contribuem para agregar valor aos produtos, assim como a proposta de incluir os doces no controle de qualidade, estando esse processo já em andamento, conforme informações da Presidente da Associação (vide **Figura 19**).

Não resta dúvida de que os doces, em geral, com selo de qualidade, adquirem maior credibilidade junto aos consumidores. Outra ação louvável nos trabalhos da Cozinha é que a Associação recepta vidros que são reutilizados no armazenamento dos doces e licores. Há duas empresas da cidade que fornecem garrafas de água mineral, em vidro, as quais são submetidas ao processo de esterilização e reaproveitadas para embalar o licor e o mel de caju, além de vidros de conservas que são reaproveitados para os doces.

Está prevista a aquisição do programa de código de barras para a Cozinha Comunitária, o que vai facilitar a disseminação da marca dos produtos. Até então, os produtos da Cozinha Comunitária, caso sejam comercializados em supermercados, levam o código de barras do próprio supermercado e, conseqüentemente, a marca do supermercado. Nesse sentido, a Associação deixa de reforçar a marca Voadeira, ou seja, omite-se a “identidade” do produto, conforme revela o líder do SEBRAE:

Figura 18



XVI Festa do Caju, 14/10/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Figura 19



Comercialização dos produtos Voadeira na II Feira das Águas, Porto do Baé – Barra do Garças – MT
13/09/2006.
Fonte: arquivo da autora.

Mas para poder utilizar o código de barras do supermercado, não pode colocar a marca Voadeira, e sim do supermercado. E fica caracterizado como um produto do supermercado, n/é? Então isso é um ponto de gargalo que atrapalha o marketing deles. E tem outras coisas que acabam interferindo também, o código de barra eu acredito que no próximo ano eles possam estar conseguindo, já (D. M. R., Líder da Agência do SEBRAE – Barra do Garças – MT, entrevistado em 03 de outubro de 2006).

Durante a pesquisa de campo, foi constatado que, para fortalecer o trabalho da Associação, na Comunidade estavam sendo ministrados vários cursos, em parceria com o SEBRAE e EMPAER. A Cozinha Comunitária “Antonio Roque Minete Flores”, segundo a EMPAER (2004), já está funcionando em conformidade com as normas da vigilância sanitária e foi construída com o apoio da Fundação Banco do Brasil e da EMPAER. A contrapartida da Comunidade é a construção do muro e do portão, já em fase de conclusão.

A Cozinha Comunitária é a principal fonte de produção de doces na Comunidade. No entanto, segundo informação da presidente da Associação, Voadeira oferece esporadicamente almoço, com cardápio regional, tendo, já em 2006, atendido 3 grupos fechados. É mais uma alternativa de a Comunidade gerar renda, além de preservar sua cultura e costumes.

As atividades agrícolas, antes desenvolvidas na região, hoje fazem parte apenas da memória de moradores, conforme depoimento a seguir:

Antes os fazendeiros davam as terras n/é?... para o povo plantar, n/é?. Plantava arroz, milho. Aí mudava pra porcentagem, dava, colhia os mantimentos aí depois quando o ano que vem, repartia a porcentagem n/é?... , pagava porcentagem [...]. Aí depois eles foram só formando, formando [o pasto], aí os outros venderam para outros aí não davam mais. [...], agora é só trabalhar por dia e pronto. Porque quando eles davam n/é?... as terras, às vezes eles davam [...], pra tirar os mantimentos da gente e davam o pasto pra jogar a semente de capim. E aí quando foram trocando de fazendeiros aí os outros já não davam mais, [...] nem arrendado, nem pagado, nem alugado, aí jogava era capim (M. E. C., 49 anos, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 05 de setembro de 2006).

No mesmo depoimento, a moradora revela as opções de trabalho que restam para a Comunidade:

Agora ali na frente [...] tem um homem que comprou uma fazenda lá e ainda dá serviço. Tem um bocado de gente que trabalha lá no parreiral que tem aí [...]. Aí eles largam a família aqui e eles vão todo dia e voltam. Trabalham todo dia lá. Uns vivem de salário, outros vivem por dia. É o único lugar que ainda tem serviço ainda que o povo daqui trabalha é nesse parreiral aí. Aí na região é quando tem ainda vem caçar [procurar]

assim é para trabalhar de vaqueiro, pra tirar leite; é o único serviço que tem aqui. Aí, tirando isso do parreiral e esses leiteiros, aí quem quiser trabalhar pra não morrer tem que sumir para o mundo, largar a família e sumir, senão... A única coisa que é difícil; porque aqui é um lugar bom, sossegado, não tem bagunça, não tem briga, mas no demais, está faltando serviço para os homens e só (M. E. C., 49 anos, natural de Cícero Dantas/BA, entrevistada em 05 de setembro de 2006).

O parreiral atualmente gera 10 empregos fixos e todos os empregados, à exceção do agrônomo, são filhos da Comunidade Voadeira. A maioria mora na Comunidade e desloca-se diariamente para o local de trabalho. A produção de uvas atende o comércio local e região, inclusive a capital, Cuiabá.

Não há exigência em relação ao grau de escolaridade para o trabalho no parreiral, segundo informações do agrônomo responsável, visto que as instruções são passadas todas com demonstração prática.

Nesse sentido, pode-se dizer que os trabalhadores sem escolaridade, ou com baixo grau de estudo, ainda têm campo de trabalho na área rural. Porém, a tendência é que poderá haver dificuldades no futuro, pois, segundo o agrônomo responsável pelo parreiral, “se o empregado tiver estudo, sempre é melhor. Nós sempre estamos incentivando para os estudos”. Esse depoimento pode revelar que, se aparecerem outros profissionais com grau de escolaridade maior, podem vir a ocupar esses lugares.

Em se tratando de grau de escolaridade, durante a pesquisa constatou-se que, na Comunidade Voadeira, está bem abaixo daquele apresentado pelos moradores do entorno.

Aqui, faz-se uma ressalva para o fato de que as condições sócio-econômicas dos moradores do entorno são melhores, pois eles têm veículo próprio, dispõem de uma condição salarial favorável para ter mais acesso aos estudos²⁹.

Dessa forma, entende-se que a Comunidade carece de melhores condições de transporte, de atendimento à saúde, apoio técnico, para desenvolver atividades próprias da região, aliadas a financiamentos que possam estruturar esse trabalho, vincular-se ao mercado de consumo, de forma estratégica e permitir a geração suficiente de renda.

²⁹ Durante a pesquisa, a única moradora do núcleo que faz faculdade foi perguntada do por que escolher um curso parcelado e fora do município. Ela respondeu que, como na comunidade não há transporte diário para a sede do município, não teria como freqüentar um curso regular.. E fazendo a faculdade parcelada, quando vai, as aulas são compactadas em 15 dias, facilitando o acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSITIVAS

Em função dos indicadores coletados, tanto nas entrevistas como nos questionários, pode-se declarar que as atividades da Comunidade Voadeira são insustentáveis economicamente.

A Cozinha Comunitária, da forma como vem sendo conduzida, opera com apenas 20% de sua capacidade de produção quando deveria operar, pelo menos, com 60%.

Os dados da pesquisa indicam, também, elevados custos com a manutenção da Cozinha, uma vez que ela não mantém suas atividades constantes, durante o ano, pela falta de matéria-prima para a produção dos doces. Dessa forma, entende-se que é necessário e urgente tomar medidas que propiciem a ela atividades regulares, além de providências para redução dos custos.

Acrescente-se, ainda, que a falta de área para desenvolver agricultura leva os moradores a trabalharem como diaristas em fazendas. Atividade esporádica, sem vínculo empregatício, sem direitos trabalhistas, não garante o sustento da família; ao contrário, gera insegurança e falta de perspectivas para uma vida melhor.

O número de moradores da Comunidade é pequeno, com baixa escolaridade, com idade avançada e apegados a uma cultura tradicional. Os dados da pesquisa apontam que eles não conhecem os caminhos para buscar financiamentos que poderiam facilitar o desenvolvimento de um projeto alternativo para geração de renda.

A preocupação de instituições como o SEBRAE, EMPAER e outras, na oferta de diversos cursos, tanto na área de artesanato, de doces, de empreendedorismo e de liderança, não atingiu os objetivos de geração de renda,

pois a falta de criatividade dos moradores, para fazer uso dessa apropriação do conhecimento em benefício próprio, para melhorar o padrão de vida, não aconteceu. As características culturais, físicas e econômicas da população impedem qualquer tentativa de intervenção mais ousada em que se idealizem mudanças profundas.

Contudo, mesmo com a problemática apontada, entende-se que a atividade da Cozinha deve ser incentivada através de medidas que possam amenizar parte dos problemas detectados. Essas medidas, algumas delas contidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2006), podem ser: a criação de certificados de produtos ecologicamente corretos (selo verde); qualificação dos recursos humanos; aumento dos espaços de participação e fortalecimento de novas lideranças.

Com o objetivo de melhorar as condições de vida na Comunidade em estudo, é que são sugeridas, a seguir, algumas ações possíveis de serem executadas, com base na sustentabilidade. Essas ações podem, no decorrer do processo, garantir a permanência dos moradores no local, uma vez que favorecem a geração e incremento da renda dentro da propriedade. Podem, ainda, iniciar um processo de desenvolvimento de um novo produto: o turismo, pois a população do núcleo apresenta relevância histórica e características peculiares próprias: pela localização fora da zona urbana, com estilo tipicamente rural, pelas atividades desenvolvidas na Cozinha Comunitária e pela presença de um pesque-pague a 04 km da Vila que vem se fortalecendo, e cujos visitantes passam, obrigatoriamente, pela Voadeira. Por isso, recomenda-se:

- a) políticas de incentivos financeiros e técnicos para a expansão das atividades da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Distrito de Voadeira;
- b) oferta de atendimento no Posto de Saúde local, com médico e dentista, pelo menos uma vez por semana;
- c) ampliação da oferta de escolaridade na Comunidade;
- d) instalação de rede de esgotamento sanitário em toda a Comunidade;
- e) oferta de serviço de limpeza urbana e jardinagem na Praça Central, uma vez por semana;
- f) aquisição de uma área para a Associação de Moradores e Pequenos Produtores, para plantio de frutíferas e de cana-de-açúcar para produção dos doces;
- g) ampliação e melhoria da oferta do serviço de transporte à sede do município;
- h) potencialização do uso da Cozinha Comunitária de forma a gerar mais renda;

i) integração dos artesãos de doces da Comunidade aos artesãos de cerâmica do município de General Carneiro;

j) capacitação dos moradores de Voadeira para o desempenho de atividades que estejam ligadas à sua cultura, por exemplo, criação de um grupo de teatro de repentes, contadores de histórias;

k) desenvolvimento de um projeto de florestamento (plantio de mudas nativas) às margens do Córrego Voadeira, consorciado com o Curtume Santo Antônio (CURTUSA), que já desenvolve um projeto de reflorestamento (plantio de espécies exóticas);

l) aquisição de uma câmara fria para armazenar a matéria-prima para os doces;

m) aquisição de embalagens, por atacado, para diminuir os custos da Cozinha Comunitária;

n) ampliação da reutilização de embalagens de vidro;

o) instalação de telas suspensas, como aparadores, sob os pés das frutíferas, para evitar a perda de matéria-prima para os doces;

p) criação de um site para divulgar os produtos e serviços da Comunidade Voadeira, consorciado com os artesãos de General Carneiro;

q) escrituração dos lotes dos moradores;

r) construção de asfalto nas vias públicas da Comunidade;

s) construção de um ginásio de esportes anexo à escola;

t) incentivo aos jogos de dominó, de cartas, de dama e de xadrez, no Salão Paroquial, para oportunizar a integração e o lazer dos moradores;

u) um estudo local com inventário das potencialidades turísticas, com vistas a desenvolver atividades ligadas ao turismo, para geração de emprego e renda.

Entende-se que essas ações podem vir a atenuar os problemas enfrentados pelos moradores da Comunidade Voadeira e amenizar o sofrimento dessa população que vive as conseqüências da chegada do capital ao campo e do descaso do poder público quanto ao atendimento aos direitos do cidadão.

“É preciso criar pessoas que se atrevam a sair das trilhas aprendidas,
com coragem de explorar novos caminhos.
Pois a ciência construiu-se pela ousadia dos que sonham,
e o conhecimento é a aventura pelo desconhecido em busca da terra prometida”
Rubem Alves

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 BRASILEIRA. Resultado da Consulta Nacional. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2ª. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ALMEIDA, Fernando. *O bom Negócio da Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, S. P. de. Cerrado: aproveitamento alimentar. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998.

ARAUJO, Tânia Bacelar de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 30, n. 2, abr.-jun. 1999.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e Sustentabilidade: Contexto, Desafios e Cenários. In: *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. p.15-30.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica: o projeto Rio Formoso*. Campinas: Papirus; Goiânia, Elege Publicidade e Editora Ltda., 1996.

_____. *Livro de Registro de Leis da Prefeitura Municipal*. Nº. 03, 1964.

BECKER, Bertha K. Redefinindo a Amazônia: o Vetor Tecno-Ecológico. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BECKER, Dinizar Fermiano (org.). *Desenvolvimento Sustentável: necessidade ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

_____. A Economia Política do (Des)Envolvimento Regional contemporâneo. In: BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz (orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003a.

_____. A Contradição em Processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional In: BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz (orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003b.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. *Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais*. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora – MG.

BOFF, L. *Responder Florindo*. Da crise da civilização a uma revolução radicalmente humana. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRANDÃO, Carlos Antonio; COSTA, Eduardo José Monteiro da; ALVES, Maria Abadia da Silva. Estratégias de Desenvolvimento e Construção do Espaço Supra-Local: os novos arranjos institucionais. In: *XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR*. Salvador, 23 a 27 maio de 2005.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Revista Ambiente e Sociedade*. V. VIII, nº. 1, p. 01-14, jan.-jun. 2005.

BURSZTYN, Marcel; BARTHOLO, Roberto S. Prudência e Utopismo: Ciência e Educação para a Sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel (org). *Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios ao novo Século*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Papirus Educação).

CAMARGO, Gonçalo Ochoa (organizador). *Meruri na visão de um ancião Bororo – memórias de Frederico Coqueiro*. Campo Grande: UCDB, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre, v.3. nº 3, p. 70-85, jul.-set. 2002.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 14ª ed. São Paulo: Cultrix. 1995.

CARDOSO, Adauto Lucio; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Avaliação de Políticas Públicas: notas na perspectiva da gestão democrática e da ampliação da cidadania. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (Orgs.); CHAVES, Sandra Isabel (Col.). *Cidades Sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento*. Goiânia: UCG, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores Familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: *Mundo Rural e Tempo Presente*. COSTA, Luiz Flávio Carvalho;

BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto José (orgs.). Rio de Janeiro: Mauas, 1999. p. 323-344.

CAVALCANTE, Else Dias; COSTA, Maurim Rodrigues. *Mato Grosso e Sua História*. Cuiabá: Edição dos Autores, 1999.

CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses. *Mapa de pontos de iluminação da vila Voadeira*, 2005.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: a Agenda 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

DANTAS, Alexandre. A Poesia Como Forma de Captar o Real. In: WHITAKER, Dulce C. A. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau – SP: Letras à margem, 2002.

DINIZ, Zélia dos Santos. *Conhecendo Barra do Garças*. 3 Ed. Barra do Garças-MT, Gráfica Multicolor, 2005.

EMPAER, *Projeto de Desenvolvimento do Distrito da Voadeira*. Barra do Garças – MT, 2004. (não paginado).

ESTATUTO REFORMADO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE VOADEIRA. Barra do Garças, 2004.

FERREIRA, Jurandyr Pires (planej. e orient.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, v. 1, 1958. (Obra conjunta dos Conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística).

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.

FIAMENGUE, Elis Cristina. Histórico dos Assentamentos. In: WHITAKER, Dulce C. A. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau – SP: Letras à margem, 2002.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Regional de Barra do Garças – MT. *Processo de Levantamento de Necessidades - Missão Salesiana de Mato Grosso*, 2004.

GIANSANTI, Roberto. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Atual, 1998. (Série Meio Ambiente).

GLOBO RURAL. *Como Conseguir Melhorar a Renda com a Exploração das Frutas Nativas do Cerrado*. Rio de Janeiro, Rede Globo, 30 abr. 2006. PROGRAMA DE TV.

GOHN, Maria da Glória. Políticas Públicas e Participação Social na construção das Agendas Mundiais de Políticas Sociais. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (Orgs.); CHAVES, Sandra Isabel (Col.). *Cidades Sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento*. Goiânia: UCG, 2006.

GOMES, Horieste. *Reflexões sobre Teoria Crítica em Geografia*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

GONÇALVES, Carlos Wagner Porto. *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Temas atuais).

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A Evolução da Agricultura Familiar e do *Agribusiness* nos anos 90. In: RATTNER, Henrique (organizador). *Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: USP, 2000. (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos). p. 139-57.

GUIMARÃES, Roberto P. A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção Pensamento Petista).

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Nova Fronteira, Versão 1.4, dez/2004. Cdrom.

IBGE. *Dados do Município de Barra do Garças*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 09 nov. 2005.

INCRA. *Planta Cadastral da Gleba Araguaia*, 1984.

INVENTÁRIO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO. Fichas de Pesquisa N^{os}. 22, 26, 37 e 56. Prefeitura Municipal de Barra do Garças, 2005.

LAGO, Antonio. O que é ecologia./Antonio Lago, José Augusto Pádua- 1^a ed. – São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos; 116)

LEME, Heládio José de Campos. A Espacialidade do Desenvolvimento: as cidades na Região Centro-Oeste. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Orgs.). *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003. p. 621-34.

LIMA FILHO, Manoel Ferreira. *O Desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: UCG, 2001.

MARCUZZO, Juliana Luisa; AREND, Silvio Cezar; RAMOS, Marília Patta. Contextualização do Surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal como Instrumento para o Desenvolvimento Regional. In: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (orgs). *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social. Revista de Sociologia* [da] USP, São Paulo, nº. 8(1), p. 25-70, maio de 1996.

MEAD, Margaret. *Culture and Commitment*. Nova York: Doubleday, 1970.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra? In: *Klepsidra – Revista Virtual de História*. v.9, ago.-set. 2001. Disponível em <<http://www.klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>>. Acesso em: 30 out. 2005.

MMA - Ministério do Meio Ambiente – “Agenda 21 Brasileira - Encontro Regional do Centro-Oeste”. Brasília, novembro de 2001.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital Social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional. In: BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz. (org.) *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MOREIRA, Roberto José. Economia Política da Sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: *Mundo Rural e Tempo Presente*. COSTA, Luiz Flávio Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto José (orgs.). Rio de Janeiro: Mauas, 1999. p. 237-265.

MORENO, Gislaene. Terra, Poder e Corrupção: a política fundiária em Mato Grosso – 1970/1990. In: *Revista Matogrossense de Geografia*. Departamento de Geografia [do]. Instituto de Ciências Humanas e Sociais [da] Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 02 Número 01 /02 DEZ. 1996/1997. Cuiabá: Universitária, 1998 (p. 7 a 45)

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. Importância da Agricultura Familiar para a Problemática da Segurança Alimentar. *Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás*. Goiânia: UCG, v. 32, n. 2, p. 195-210, fev. 2005.

MULLER, Geraldo. Desenvolvimento Sustentável: notas para elaboração de um esquema de referência. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

NOSSO FUTURO COMUM. *Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NOVACON – Engenharia de concessões S/C Ltda. *Mapa de Cadastro de Consumidores – Setoriais – Rotas – Comunidade da Voadeira*. Barra do Garças – MT, s/d.

NOVA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2ª Edição Revista e Ampliada, s/d. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentodocentrooeste/index.asp>> Acesso em: 18 fev. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. Texto apresentado no XII Encontro Nacional do MST - São Miguel do Iguazu - PR, 19 a 24 jan. 2004.

PAIVA, Carlos Águedo. *Capital Social, Comunidade, Democracia e o Planejamento do Desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história*. IN: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (orgs.). *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PELIZOLLI, M. L. *A Emergência do Paradigma Ecológico: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis, RJ: VOZES, 1999.

PIETRAFESA, José Paulo. "A Grande Travessia": agricultura familiar e qualidade de vida. Brasília: UNB, 2002. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2002.

PIRES, Mauro Oliveira. A trajetória do Conceito de Desenvolvimento Sustentável na Transição Paradigmática. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lucia de Santana (orgs.). *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998. (Coleção Regio Montano Campestris).

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE, 2006. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentodocentrooeste/>>. Acesso em: 03 fev. 2007.

PROCÓPIO, Argemiro. Segurança Humana, Educação e Sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel (org). *Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios ao novo Século*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

RAMOS, Marília Patta; MARINO, Juan Mario Fandino. Condicionantes Históricas do Desenvolvimento Capitalista Global em Nível Regional. In: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (orgs.). *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. *Geopolítica e Memória: uma discussão do processo de desenvolvimento*. Tese (Pós doutorado em Geografia Humana). Instituto de Geociências – Departamento de Geografia. Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. *O Migrante e a Cidade: dilemas e conflitos*. Araraquara: UNESP, 2001.

_____. *Políticas Territoriais e Colonização numa Área da Amazônia Oriental*. São Paulo, 1993. (Dissertação) Mestrado em Geografia Humana. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Marilene Marzari. *Memória de Migrantes: onde viver o fazer faz o saber*. Cuiabá, Cathedral Publicações, 2005.

ROHDE, Geraldo Mario. *Epistemologia Ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética da Terra e de seus arredores planetários*. 2ª Ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Pesquisador aposta no modelo agroecológico*. 2003. Entrevista concedida à Revista Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2003, SBPC Labjor Brasil. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em 25 nov. 2005.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Coleção: Idéias sustentáveis.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 4ª ed. 1998. (Coleção espaços).

SCHMIDT, Wilson. Agricultura Orgânica: entre a ética e o mercado? In: *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre, v.2, n. 1, p. 62-73, jan.-mar. 2001.

1º. SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL. Comarca de Barra do Garças. Estado de Mato Grosso. *Certidão de Transcrição das Transmissões*, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. 3ª ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

SOTO, William Héctor Gómez. Considerações Finais: a dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmica territorial. In: BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz. *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

TEIXEIRA, G. 'Ouro Verde' muda a face do Pará. *Jornal do Brasil*, 26/01/2004. Disponível em <<http://jbonline.terra.com.br>>. Acesso em: 23 de set. 2005.

THEODORO, Suzi Huff; LEONARDOS, Othon H.; DUARTE, Laura Maria Goulart. Cerrado: o celeiro saqueado. In: DUARTE, L. M. G. (org.). *Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VARJÃO, Valdon. *Janela do Tempo: homenagem ao passado. Histórias e Estórias Vivenciadas*. 3ª. ed. Barra do Garças: , 2004.

WHITAKER, Dulce Consuelo A.; BEZZON, Lara Crivelaro. *A Cultura e o Ecosistema: reflexões a partir de um diálogo*. Campinas - SP: Alínea, 2006.

WILSON, Edward O. A Extinção é para Sempre. In: FARIA, Antonio Augusto da Costa (Org.). *Encontros Fortuitos: reflexões sobre a natureza*. São Paulo: SENAC, 2002.

WITTMANN, Milton Luiz; DOTTO, Dalva Maria Righi; BOFF, Vilmar Antonio. *Estruturas Organizacionais em Rede e Desenvolvimento Regional: contextualização*

e complexidades. In: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (org.). *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, (p. 11-35).

_____. Desenvolvimento Regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, (p. 319-339)

ANEXOS



Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado Multidisciplinar em Ecologia e Produção Sustentável

Identificação

Aluna: Sônia Salete Zavareze
Orientador: Prof. Dr. Aristides Moysés

Objetivo da pesquisa de campo

Estudar como se formou a concepção de economia sustentável junto a Comunidade Voadeira, além de verificar se há potencial para desencadear outras atividades produtivas que venham a beneficiar a comunidade, sem impactar o ambiente e analisar se existem, no território do município, outras plantas que venham a ser utilizadas como alternativa econômica.

Questionário

I - Dados Pessoais e Familiares: (entrevistar o chefe da família)

1)

Data:	Nome:	Religião:				
Local de Moradia	Núcleo central ()		Fora do núcleo ()			
Estado civil:	Sexo:	Idade:	Escolaridade:			
Cônjuge:			Escolaridade:			
Atividade:		Sexo:	Idade:			
FILHOS						
Nome	Religião	Sexo	Idade/de onde veio	Escolaridade/onde estuda?	Atividade	Adotivo
OUTROS						
Nome	Religião	Sexo	Idade/de onde veio	Escolaridade?/onde estuda	Atividade	Parentesco

2) De onde veio?

a) Cícero Dantas – BA () b) Outro _____

2.1) Sua trajetória migratória foi:

2.1.1) direto para a Comunidade Voadeira? Sim () Não () Se **não**, ir para 2.1.2
2.1.2) _____

2) Que tipo de atividade desenvolvia lá na cidade de origem?

- a) Lavoura () Em terras próprias? Sim () Não () b) Serviços domésticos ()
c) Outros: _____

4) Motivo da migração?

- a) Acompanhamento de família () b) Busca de melhoria de vida ()
c) Expulsos da terra () d) Venda da propriedade ()
e) Outros _____

5) Em que ano chegou à Comunidade Voadeira? _____

6) O que sua família trouxe quando chegou na área?

- () móveis () dinheiro () animais domésticos () animais para produção
() outros _____

7) Como era lá o uso da terra?

- () bem aproveitado, com adubação orgânica () bem aproveitado, com adubação química
() mal aproveitado, sem adubação () não havia espaço para produção
() outros _____

II – Dados da Propriedade na cidade de origem e da propriedade na Voadeira

1)

Infra estrutura da residência	Na cidade de origem	Na Comunidade Voadeira
Quartos		
Salas		
Cozinha		
Banheiro		
Despensa		
Área		
Galpão		
Sala comercial		
Água encanada		
Energia		
Fossa		
Patrimônio Imobiliário		
Casa		
Lote		
Possui(a) escritura?		
Se não possui(a), por quê?		

2) Quando foi construída a casa em que você mora? _____

3) Qual é o tamanho da área construída? _____ m²

3) Você fez melhorias na casa nos últimos anos? _____

4) Quais? _____

III) Dados complementares:

1) Utiliza na maior parte do tempo fogão: à lenha () à gás ()

2) Tem habitação na cidade () sim () não

3) Quais eletrodomésticos você tinha e tem na sua casa?

Relação Eletrodomésticos	Onde residia	Hoje, na Voadeira	Hoje, na cidade
Fogão a gás			
Fogão a lenha			
Máquina de costura			
Rádio			
Aparelho de som			
Televisão			
Geladeira			
Tanque de lavar roupa			
Ferro de passar roupa			
Freezer			
Liquidificador			
Outros (enumere)			

4) Tem propriedade rural? () sim () não Área: _____ ha

4.1) Infra-estrutura da propriedade rural:

Especificação	Terra própria, uso quando chegou (hectares)	Terra própria, uso atual (hectares)
Pastagem natural		
Pastagem formada		
Capineira		
Culturas anuais		
Culturas permanentes		
Matas ciliares		
Matas		
Áreas inaproveitáveis		
Área inaproveitadas		

4.2) A sua área tem problemas com erosão? () não () moderada () acentuada

Se tem, como resolve? _____

4.3) Você enfrenta problemas com água na propriedade rural? () Sim () Não

Como resolve o problema? _____

IV – Renda Familiar e profissão

1) Ocupação profissional atual:

1.1) Trabalha com caju e outros doces? Sim () não () Desde que ano: _____

1.2) Outras atividades que desenvolve:

Rural () Qual? _____

Urbana () Qual? Doméstica () Pública () _____ Outra () _____

2) Renda Familiar

a) até R\$175 () b) mais de R\$175 a R\$350 () c)

mais de R\$350 a R\$700 ()

d) mais de R\$ 700 a R\$1.050 () e) mais de R\$1.050 ()

3) Meios de subsistência:

a) Trabalho rural de diarista ()

b) Produção de doces e derivados ()

c) Criação de galinhas ()

d) Horta ()

e) Produção de leite ()

f) Produção de gado ()

g) Comércio ()

h) Emprego público () i) Outros _____

4) Recebe algum benefício governamental

a) bolsa-escola, sim () Não () b) bolsa-família, sim () Não ()

c) aposentadoria, sim () Não ()

d) auxílio-doença, sim () Não () e) pensão, sim () não ()

f) LOAS, sim () não ()

5) Posse de automóvel? Não () Sim () Tipo _____ Ano _____

Marca _____

V – Perspectivas para o futuro da comunidade

1) Onde moram e o que fazem seus filhos (múltipla escolha)?

() na propriedade () na cidade para estudar () na cidade para trabalhar

() ajudam nos trabalhos da propriedade () trabalham fora e ajudam nas despesas da família.

2) Se os filhos moram fora da propriedade, qual atividade desenvolvem?

3) Você acredita que o Cerrado vai suportar a demanda de lenha para a comunidade? _____

4) Pensou em outras frutas, além do caju, para comercializar os derivados? Sim ()

Não () Quais? _____ Por quê? _____

5) Qual a sua relação com o Córrego Voadeira?

() conhece a nascente () desconhece o córrego () faz uso constante do córrego () preserva-o

() não acredita que necessite de conservação () outros _____

VI – Necessidades da Comunidade

Infra-estrutura	Saúde	Meio Ambiente	Educação
Transporte ()	Médico ()	Reflorestamento- margens do córrego()	Reforma da escola ()
Emprego ()	Farmácia ()	Preservar nascente ()	Biblioteca ()
Quadra de esportes ()	Dentista ()	Cursos ()	Projetos alternativos ()
Estradas ()		Cuidar da Praça ()	Eventos culturais ()
Asfalto ()			Palestras/cursos ()
Terra para plantar ()			Ampliar o nível escolar ()
Lotes p/ residências ()			

VII – Participação social

1)

Organização	Cargo	Sempre participa	Às vezes	Nunca
Associação de Moradores				
Sindicato Trab. Rurais				
Partido Político				
Igreja Católica				
Igreja Evangélica				
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural				
Outros				

2) Que tipo de benefícios recebeu participando das organizações?

3) Quais as formas de lazer preferidas por você e sua família?

() Ir a celebrações religiosas

() ir a local de dança

() Passear na casa de vizinhos e parentes

() Jogar bola

() Mesa de truco

() Assistir televisão

() Outras _____, _____, _____

VIII – Desenvolvimento Sustentável

1) Na sua opinião, o que você pensa ser necessário para que a Comunidade Voadeira possa se desenvolver e manter seus moradores? _____

2) Nas roças e horta utiliza que tipo de adubação?

() orgânica. () palhada () esterco bovino () esterco de galinhas () esterco de suínos

() outros _____

() química. Que tipo _____

2.1) Qual o destino dos vasilhames dos produtos químicos utilizados? _____

3) Como faz a conservação do solo?

() Por rodízio de culturas Quais? _____

() adubação

() curvas de nível

() plantio de sorgo e outros na entressafra para produzir palhada

() mantém corredores de mata nativa

() preserva as margens dos córregos

() Outros _____

IX - Quanto à assistência técnica

1) Você já recebeu algum tipo de assistência técnica? () sim () não.

2) De quem? _____

3) Quantas vezes por ano? _____

4) Você ou membros de sua família já participaram de cursos para melhorar o seu sistema de produção?

() sim () não

4.1) Nome do curso _____

4.2) Instituição que ofereceu _____

4.3) Local _____ Data ____/____/____

4.1) Nome do curso _____

4.2) Instituição que ofereceu _____

4.3) Local _____ Data ____/____/____

4.1) Nome do curso _____

4.2) Instituição que ofereceu _____

4.3) Local _____ Data ____/____/____

5) Esses cursos ajudaram a melhorar a produtividade de suas atividades?

X - Políticas públicas

1) Você recebeu algum tipo de crédito nos últimos anos? () Sim () Não

1.1) Qual? () FCO () PRONAF () Outros _____

Quanto (R\$) _____

2) Se sim, qual o valor e este crédito foi para quê? _____

3) Consegui pagá-lo dentro do prazo? () sim () não () está pagando

4) Qual resultado obtido (benefícios ou problemas)?

5) Como você avalia a atuação da prefeitura na sua cidade, para o atendimento às demandas dos agricultores familiares?

6) Você participou, de alguma forma, na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR?

7) Tem conhecimento sobre ele?

8) O que deveria ser feito pela Prefeitura para melhorar a vida dos agricultores?

XI - Relações da família fora da propriedade

1) Presta algum tipo de serviço fora da propriedade

() Sim () Não Que tipo? _____

2) Por quanto tempo no decorrer do ano? _____

3) Por que faz esta atividade? _____

4) Você recebe ajuda de parentes? () sim () não De quem? _____
Qual a frequência? _____

5. Gastos mensais (o que compra fora da propriedade)

Produto	Quantidade	Onde compra?	Quais as razões da compra
Arroz			
Feijão			
Açúcar			
Sal			
Óleo			
Macarrão			
Legumes/Verduras			
Carne de gado			
Carne de aves			
Carne suína			
Farinha			
Polvilho			
Frutas			
Outros			

XII - Qual futuro vê para sua família e sua propriedade?

1) Quais as possibilidades de permanência de sua família na propriedade (múltipla escolha)?

- São boas, pois tenho ajuda dos filhos, noras, genros, outros parentes para desenvolver as atividades produtivas;
- Meus filhos moram na cidade, mas ainda tenho forças para continuar nas atividades da propriedade;
- Tenho recebido crédito e assistência técnica que ajudam minha permanência na terra;
- Não vai dar para continuar por muito tempo, pois os filhos saíram e não tenho condições de manter as atividades;
- São ruins as possibilidades de permanecer na propriedade, mas ainda assim é melhor que viver na cidade como assalariado;
- Outras? Quais _____

2) Há possibilidade de seus filhos, genros e noras continuarem o trabalho na propriedade?

- Sim não Não sabe, os filhos são pequenos

3) Se sim (múltipla escolha):

- Porque vêm futuro nas atividades;
- Estão inseridos no sistema de produção e dele tiram a manutenção de suas despesas;
- A infra-estrutura é boa, com moradia para todos;
- Temos perto da propriedade boa Escola e atendimento à saúde.

4) Se não (múltipla escolha):

- A terra é pequena, não dá para todos;
- Não tenho máquinas e equipamentos suficientes para ampliar a produção;
- O que se produz não dá para suprir as necessidades básicas da família;
- Os filhos querem estudar e mudar de atividade;
- Quero que meus filhos estudem e mudem de atividade;
- Outros: _____

5) O que você acha que deveria ser feito EM PRIMEIRO lugar para melhorar a sua vida e a dos agricultores familiares (múltipla escolha)?

- Ampliar a linha de crédito;
- Aumentar a assistência técnica pública e gratuita ;
- Melhorar as estradas até o comércio mais próximo;
- Melhorar ou construir escolas no meio rural;
- Ter assistência médica no meio rural;
- Outros _____

6) Quais os principais PROBLEMAS você vê para o bom desenvolvimento da agricultura familiar (múltipla escolha)?

- Individualismo para desenvolver as atividades produtivas, isso baixa a produtividade;
- Falta estrutura de comercialização;
- Falta equipamentos e máquinas adequadas à pequenas áreas;
- O governo municipal e estadual está sempre ausente;

- () Terra insuficiente para desenvolver minhas atividades;
- () Má qualidade de minha terra;
- () As cidades oferecem melhores condições de vida e por isso minha família migrou;
- () Outros _____

XII – Como comercializa o excedente de produção?

- 1) Na comunidade: () na festa do caju () no dia-a-dia
- 2) Supermercados/lojas: () no município () fora do município
- 3) Feira livre: () no município () fora do município
- 4) Eventos: () do município () fora do município
- 5) Outros _____

XIII – Desenvolvimento Sustentável

- 1) O que você entende por “Desenvolvimento Sustentável”?
